



ALESSANDRA TRALDI SIMONI

DEMOGRAFIA E IDENTIDADE DO POVO XIPAYA NO MÉDIO RIO XINGU, PA

CAMPINAS

2013



Universidade Estadual de Campinas

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Demografia

Alessandra Traldi Simoni

DEMOGRAFIA E IDENTIDADE DO POVO XIPAYA NO MÉDIO RIO XINGU, PA

Dissertação apresentada ao Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de mestra em Demografia.

Orientadora: Marta Maria do Amaral Azevedo

Este exemplar corresponde à versão final da dissertação defendida pela aluna Alessandra Traldi Simoni, e orientada pela Profa. Dra. Marta Maria do Amaral Azevedo.

CPG, 04/03/2013

CAMPINAS

2013

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/338

Si57d Simoni, Alessandra Traldi, 1985-
Demografia e identidade do povo xipaya no médio rio Xingu, PA / Alessandra Traldi Simoni. – Campinas, SP : [s.n.], 2013.

Orientador: Marta Maria do Amaral Azevedo.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Povos indígenas - Amazônia. 2. Índios na América do Sul – Demografia. 3. Índios Xipaya. 4. Índios Xipaya - Xingu, Rio (MT e PA). I. Azevedo, Marta Maria do Amaral. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em inglês: Demography and identity of the xipaya people in the middle Xingu river, PA

Palavras-chave em inglês:

Indigenous peoples – Amazon
Indians of South America - Demography
Xipaya people
Xipaya people - Xingu, Rio (MT e PA)

Área de concentração: Demografia

Titulação: Mestra em Demografia

Banca examinadora:

Marta Maria do Amaral Azevedo [Orientador]
José Maurício Paiva Andion Arruti
Regina Aparecida Polo Müller

Data de defesa: 04-03-2013

Programa de Pós-Graduação: Demografia

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

***DEMOGRAFIA E IDENTIDADE DO POVO XIPAYA NO MÉDIO RIO
XINGU, PA***

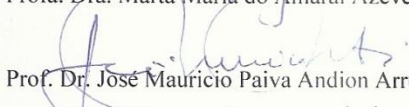
ALESSANDRA TRALDI SIMONI

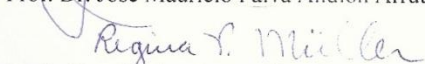
Dissertação de Mestrado para obtenção do título de
Mestra em Demografia apresentada ao Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas – UNICAMP, sob a
orientação da Profa. Dra. Marta Maria do Amaral
Azevedo.

Este exemplar corresponde à redação
final defendida e aprovada em,
04/03/2013.

Banca:


Profa. Dra. Marta Maria do Amaral Azevedo


Prof. Dr. José Mauricio Paiva Andion Arruti


Profa. Dra. Regina Aparecida Polo Muller

Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo – suplente
Profa. Dra. Clarice Cohn - suplente

CAMPINAS/2013

Aos meus pais e à minha irmã por sempre me apoiarem, cada um do seu jeito. Vocês são a minha casa.

Agradecimentos

O difícil processo da escrita me fez pensar que ele está relacionado com o apego e o necessário desapego para conseguir escrever. Desde 2009 venho descobrindo o povo xipaya, a literatura da região e o Xingu, processo esse que se tornou mais intenso nos últimos dois anos. Somadas a estas vieram as descobertas da demografia e da relação possível de ser construída entre ela e a antropologia. E afinal, chegou o fim desta etapa, não por querer, mas os dois anos do mestrado se concluíram. É hora de parar de buscar fontes e dados e finalmente escrever. E como é difícil. Antevendo o fim próximo a procrastinação ganha outro sentido, como o livro tão bom que leio bem devagar, só para não chegar ao final. Depois claro, é possível enxergar o quão bom é viver a história por completo, fechar o ciclo, pensar nas questões levantadas e ver que na verdade não é o fim, é só uma etapa, dentre todas as que começamos e concluímos. Enquanto escrevo o fim desta etapa ainda não chegou, mas algumas coisas já são fáceis de nomear. O quanto aprendi e o quanto não estou nem sou nada sem as pessoas que estiveram presentes e fizeram parte deste trabalho.

Agradeço a minha orientadora Marta Azevedo, por acolher minha pesquisa, pela enorme paciência e apoio especialmente na reta final. Sempre me incentivando a buscar novos caminhos, mesmo que eu tenha demorado a percebê-los. Aprendi muito durante estes dois anos.

Aos professores Roberto Luiz do Carmo e Álvaro D'Antona pela oportunidade de conhecer a Amazônia e de ir a campo. Conhecer os rios mares e me encantar pelas questões que surgem quando trabalhamos seja em campo seja com os bancos de dados.

Ao professor José Maurício Arruti, por todo apoio durante o último ano de mestrado. Por suas observações, comentários e leitura cuidadosa do texto da qualificação. Os constantes e eficientes: “concentre-se na sua qualificação/dissertação” foram essenciais.

Aos professores das disciplinas. José Marcos e Coleta por acreditarem em mim, ensinando muito mais do que demografia. Tirza, Rosana e John cada qual em seu campo apontando possibilidades de estudos.

A Regina Müller, pelas ótimas conversas sobre os povos indígenas no Médio Xingu.

Aos funcionários da FUNAI/Altamira pelas trocas e conversas que me acompanharam por todo o mestrado.

Aos funcionários do NEPO e do IFCH, especialmente Benê e Sandro.

Aos funcionários da FUNAI/Brasília pela disponibilidade e ajuda, em especial a Jailson Lima e Cleide e Marco Antônio da biblioteca Curt Nimuendaju.

Aos funcionários da biblioteca do Museu Emilio Goeldi e da UnB.

Aos amigos tão queridos da salinha 20, que começou em 2009 ganhou diversas formações e sempre foi (continua sendo) o melhor lugar para se trabalhar. Júlia, Hirano, Helô, Márcio, Tati, Vinícius, Igor e Alex.

A Ricardo Dagnino por todos os conselhos, carinho, broncas e conversas, pela amizade e generosidade de compartilhar.

A Thais Tartalha que mesmo de longe está sempre presente. Pela leitura da qualificação e busca de textos perdidos.

A Sofia Madeira e Victor Adena por ensinarem que o campo também traz amor.

A Guilherme Cardoso, hoje distante, a quem devo inúmeras conversas, questionamentos e discussões sobre antropologia e literatura.

A Flávia Paniz, por me ensinar a ser melhor.

A Wladimir Vaz pelos bons momentos de caos criativo e loucura bem-vinda.

Aos amigos, companheiros do GESTA Magda, Leo, Marialba, Carla, Fabi e da PROA Ilana, Luisa, Rodrigo, Mari e Edu, pelos anos de bom trabalho juntos e cafezinhos intermináveis.

A Lobão e Amanda, Zé e Alice, por sempre poder contar com vocês.

Ao grupo do CPEI, Ernenek, Mari, Oscar, Patrícia e Raul pelas ótimas conversas.

À turma de 2011, Taci, Sérgio, Natália, Grazi, Vivian, Aparecido, Rita e Walter por compartilharem o caminho pela demografia.

A Alline e seus pequenos, pela recepção tão carinhosa e pelos mimos nestes últimos meses, por aguentarem a tia neurótica.

A Rosario (xuxu), Rosa, Luís, Bárbara, Kati e Dafne pela amizade tão essencial.

A Carla Craice, mestre gafanhota, por estar sempre um passo a frente e ter a paciência de olhar para trás e me ajudar em todos os momentos.

As meninas do CAF por me aguentarem nos dramas.

A Márcia, por me ajudar a descobrir e trilhar meus caminhos.

A Vera e Sérgio e primos postiços (Gabriel, Lili e Paulinho), por sempre estarem presentes.

A Jessica, Murilo e Danilo, por sempre mostrarem que é possível dar um passo além.

A minha irmã Giovana e aos meus pais, Valéria e Jefferson, por continuarem ao meu lado em todas as minhas decisões, por aguentarem pacientes ou impacientes minhas tergiversações, pela leitura cuidadosa do texto.

Agradeço também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico – CNPq.

“Pelo tamanho do mar

ora

de tanta arribação

dá

pra vagando enjoar

ora

de tanto remanso

dá

pra vagando sonhar”

Fiapos de sonho (1990), Arlindo Barbeitos

Resumo

O principal objetivo deste trabalho é analisar a relação entre identidade e demografia do povo xipaya que vive no médio curso do rio Xingu. Para proceder tal movimento analítico utiliza-se tanto a bibliografia sobre os grupos indígenas da região quanto a produção de dados sobre os mesmos, a fim de resgatar as descrições e os mecanismos dessa produção que a acompanha. Destaca-se que o povo xipaya, que compartilha com outros povos no Médio Xingu semelhante história bibliográfica, está presente nos primeiros relatos sobre a ocupação da área acima da Volta Grande do Xingu (trecho do rio que separa seu médio e baixo curso), e que por uma determinada leitura sobre a relação entre a sociedade indígena e não-indígena, particularmente a partir da expansão da ocupação da área decorrente do comércio da borracha, foi descrito como extinto por ser considerado “integrado” à sociedade regional. O que significava que este grupo foi percebido como um povo indígena que não mantinha uma ordem econômica, religiosa ou linguística independente do restante da população. No entanto, a partir da década de 1970, deu-se início a um movimento de ressurgimento étnico, por meio do qual houve o reconhecimento da etnia por parte do Estado e de seu direito à terra através da demarcação e homologação da Terra Indígena Xipaya. Atualmente a população xipaya encontra-se em três localidades no Pará: na cidade de Altamira, na Terra Indígena Xipaya e em comunidades ribeirinhas às margens dos rios Xingu e rio Iriri, sendo reconhecidos respectivamente como indígenas citadinos, aldeados e ribeirinhos. A fim de compreender os processos históricos e descritivos pelos quais a população xipaya passou, passa e como ela foi descrita e contabilizada no contexto das fontes históricas e demográficas sobre a região do Médio Xingu, traça-se no primeiro capítulo um panorama histórico e bibliográfico, acompanhando a ocupação da área desde as primeiras tentativas em ali estabelecer um aldeamento missionário até os recentes ciclos de expansão desenvolvimentista, dos quais a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte surge como importante marco. O segundo capítulo, traz uma discussão sobre os dados populacionais mostrando-os em todas as suas fases (concepção, execução e recepção) enquanto produtos de disputas políticas e sociais para então apresentar de forma mais detida as dinâmicas da descrição do suposto desaparecimento do povo xipaya enquanto grupo indígena, seguido das dinâmicas descritivas de seu ressurgimento étnico, no contexto dos anos 1970 até a história recente. Por fim analisa-se especificamente os dados produzidos sobre a população xipaya e demais povos indígenas no Médio Xingu, apresentando as diferentes fontes e seus modos de produção.

Palavras-chave

Povos indígenas - Amazônia; Índios na América do Sul – Demografia ; índios Xipaya; índios Xipaya – Xingu, rio (MT e PA)

Abstract

The main objective of this work is to analyze the relationship between identity and demography of the xipaya people living in the middle course of the river Xingu. To carry out such analytical movement both the bibliography on the indigenous groups of the region and the production of data that accompanies it are used, in order to unveil the descriptions and the mechanisms of such production. It is worth noting that the xipaya people, who share with other indigenous peoples in the Middle Xingu a similar bibliographical trajectory, is present in the first reports on the occupation of the area above the Volta Grande do Xingu (stretch of the river that separates its middle and lower course), and that due to a particular reading on the relationship between indigenous and non-indigenous societies, specially caused by the expansion of the occupation of the area resulting from the rubber trade, has been described as extinct for being "integrated" to the regional society. Which meant that this group was perceived as an indigenous people who was not economically, religiously or linguistically independent of the regional population. However, from the late 1970, through an ethnic resurgence movement, the Brazilian State recognized the Xipaya as an indigenous group and its right to land through the demarcation of the Xipaya indigenous land. The xipaya population currently lives in three localities in Pará: in the city of Altamira, on their indigenous land and on riverside communities on the banks of the rivers Xingu and Iriri. They are thus recognized as indigenous groups who live in the city (cidadinos), indigenous groups that live in communities in their land (aldeados) and indigenous groups that live alongside the rivers (ribeirinhos). Therefore, to understand the historical and descriptive processes by which the xipaya population passed, passes, and how it was described and accounted for in the context of demographic and historical sources on the Xingu region, a historical and bibliographical view is presented in the first chapter, following the occupation of the area from the first attempts to establish a missionary village up to recent expansion development cycles, of which the construction of the Belo Monte hydroelectric power plant emerges as an important milestone. In the second chapter, population data are presented in all its phases (design, implementation and reception) as political and social disputes, and from that discussion the description dynamics of the alleged disappearance of xipaya indigenous group is analyzed, followed by the study of the descriptive dynamics of their ethnic resurgence, in the context of the 1970's and of recent history. Finally, in the third chapter,

the data produced on the population xipaya and other indigenous peoples in the Middle Xingu is specifically studied, showing the different sources and their production.

Keywords

Indigenous peoples – Amazon; Indians of South America - Demography; Xipaya people; Xipaya people - Xingu River (MT and PA).

Índice de Figuras

Figura 1: Mapa com localização do Médio Xingu.....	2
Figura 2: Mapa com localização do município e sede municipal (cidade) de Altamira, PA.....	4
Figura 3: Município de Altamira, PA (1911)	
Figura 4: Município de Altamira, PA (1933 – 1960).....	9
Figura 5: Município de Altamira, PA (1970)	
Figura 6: Município de Altamira, PA (2010)	10
Figura 7: Taxa de Crescimento – Município de Altamira (1940 – 2010).....	11
Figura 8: Mapa do Amazonas, 1743	15
Figura 9: Detalhe do Mapa do Amazonas, Rio Iriri.....	15
Figura 10: Distribuição na Amazônia de principais árvores fornecedoras de borracha.	22
Figura 11: Pirâmide Etária, Altamira, 1920.....	24
Figura 12: Maloca de Manoelsinho Xipaya.....	25
Figura 13: População do Pará por lugar de nascimento, 1940.....	26
Figura 14 – Hidrelétricas vislumbradas pelo projeto Kararaô e Terras indígenas.....	32
Figura 15: Primeiro encontro dos povos indígenas do Xingu, 1989.....	32
Figura 16: UHE Belo Monte: Terras Indígenas e UCs federais no entorno.	34
Figura 17: Manoelsinho Xipaya a frente e indígenas xipaya e kuruaya atrás.	46
Figura 18: Detalhe do Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendajú.....	48
Figura 19: Proporção da população por raças, Brasil, 1872	
Figura 20: Proporção da população por raças, Província do Pará, 1872	59
Figura 21: Proporção da população por raças, Paróquia de Souzel, 1872.....	60
Figura 22: Proporção da população por raça, Pará, 1890	
Figura 23: Proporção da população por raça, Município de Souzel, 1890.....	61
Figura 24: Distribuição proporcional da população por cor, 1940.	63
Figura 25: Distribuição proporcional da população por cor, 1950.	63
Figura 26: Distribuição da população segundo Cor, Brasil, PA, 1960	
Figura 27: Distribuição da população segundo Cor, Altamira, 1960	65
Figura 28: Quadro comparativo, distribuição da população por cor, Brasil e Pará, 1980.	66

Figura 29:Distribuição da população por cor, Altamira, 1980.	66
Figura 30: Cidade de Altamira, Estado do Pará – Igarapés e Bairros.....	72
Figura 31: Quantidade de população indígena. Bairros da Cidade de Altamira, Estado do Pará, 2010.....	74
Figura 32: Percentual de população indígena. Bairros da Cidade de Altamira, Estado do Pará, 2010.....	75
Figura 33: Terras Indígenas e Área Indígena no Médio Xingu, PA, 2010.	76
Figura 34: Médio Xingu, Terras Indígenas, 1989.....	84
Figura 35: Comunidades com população indígena. Municípios da Volta Grande do Xingu, Estado do Pará, 2009.....	88
Figura 36: Mapa com famílias xipaya por bairros da sede de Altamira	90
Figura 37: Mapa com o percentual de famílias xipaya por bairros da sede de Altamira.....	91
Figura 38: Percentual de famílias indígenas afetadas por Belo Monte, por etnia, na cidade de Altamira, 2009.	91
Figura 39: Crescimento da população indígena na cidade de Altamira, PA.	93

Índice de Tabelas

Tabela 1: População do Município de Altamira, segundo os Censos Demográficos Nacionais ..	11
Tabela 2: População total Brasil, Pará, Souzel e Altamira segundo os censos de 1872, 1890, 1990 e 1920.....	23
Tabela 3: População por condição e raça no Brasil, 1872	58
Tabela 4: População por condição e raça na Província do Pará, 1872	58
Tabela 5: População por condição e raça na Paroquia de São Francisco Xavier de Souzel, 1872	60
Tabela 6: População pelo quesito raça, Pará, 1890.....	61
Tabela 7: População pelo quesito raça, Souzel, 1890	61
Tabela 8: Distribuição da População por quesito raça ou cor nos principais municípios do Médio Xingu.....	69
Tabela 9: Taxa de crescimento anual (2000-2010).....	70
Tabela 10: População indígena total, rural e urbana em Altamira, PA (2000, 2010).....	71
Tabela 11: Taxas de crescimento anual (2000-2010)- Município de Altamira	71
Tabela 12: População indígena urbana na sede municipal de Altamira em 2010.	73
Tabela 13: Residentes em Terras Indígenas no Médio Xingu, por condição de indígena, 2010 (Povos de contato Século XX).....	77
Tabela 14: Residentes em Terras Indígenas no Médio Xingu, por condição de indígena, 2010 (Povos de contato Século XIX).....	77
Tabela 15: População Médio Xingu, Povo Juruna (Karl von den Steinen), 1884	80
Tabela 16: População Médio Xingu (Henri Coudreau), 1896	81
Tabela 17: População por Terra Indígena no Médio Xingu (década de 1990)	85
Tabela 18: População por Terra Indígena no Médio Xingu (década de 2000).....	85
Tabela 19: Proporção de famílias xipaya nos bairros da sede municipal de Altamira, Estado do Pará, Brasil, 2009	89
Tabela 20: Porcentagem por etnia em levantamentos da Eletronorte.....	92
Tabela 21: Levantamentos da população indígena na cidade (sede municipal) de Altamira, PA	92

Sumário

Índice de Figuras	xix
Índice de Tabelas	xxi
Introdução	1
Capítulo 1 – Ocupações do Médio Xingu e suas descrições	9
1.1 Missões no Médio Xingu	13
1.1.1 A Missão Tavaquara	16
1.1.2 Povos indígenas e a missão Tavaquara	18
1.2 Ciclo da Borracha	21
1.2.1 Primeiro Ciclo (1890-1920)	22
1.2.2 Segundo Ciclo (1942 – 1945)	26
1.2.3 Indígenas do Médio Xingu segundo pesquisadores da virada do século	27
1.3 Expansão desenvolvimentista	30
1.3.1 Transamazônica	30
1.3.2 Kararaô	31
1.3.3 Belo Monte	33
1.3.4 A chegada da antropologia moderna, ONGs e Estado	35
Capítulo 2 - Dinâmicas da descrição uma análise do caso xipaya	37
2.1 Dados como matéria de disputa: Fontes com e sem controle social xipaya	37
2.2 O suposto desaparecimento dos xipaya como um povo: a produção antropológica e linguística até 1970	42
2.3 Os xipaya no contexto dos anos 1970 e da história recente	50
Capítulo 3 – População Médio Xingu e Xipaya a narrativa histórica através dos dados	55
3.1 Reconstituição histórica a partir dos censos brasileiros	55

3.2 Reconstituição histórica da população xipaya a partir de fontes bibliográfica até 1970 ...	78
3.3 População xipaya a partir dos anos 1970 nos contextos urbano e rural do Médio Xingu ..	83
3.4 Auto levantamento, censos autônomos	86
Considerações finais	95
Referências Bibliográficas	97
Anexo I.....	115

Introdução

A partir do estudo do povo xipaya¹ e dos processos pelos quais ele passou no contexto da área etnográfica do Médio Xingu (Figura 1), esta dissertação tem como objetivo principal compreender a relação entre a sua definição como população indígena e a produção de dados relativos a ele.

O Médio Xingu compreende a área de habitação de dez povos: Arara, Arara da Volta Grande do Xingu, Araweté, Asuriní do Xingu, Juruna, Kararaô, Kuruaya, Parakanã, Xikrin e Xipaya. Constitui-se assim uma região de grande diversidade étnica e cultural com povos falantes de línguas pertencentes a três troncos linguísticos: Tupi, Macro-Jê e Karib. Esses povos estão distribuídos na região em três localidades: em Terras Indígenas, em comunidades ribeirinhas às margens dos rios Iriri e Xingu (denominada Beiradão) e em bairros da cidade de Altamira. A área está localizada no estado do Pará, próxima à Transamazônica, abrangendo 11 Terras Indígenas dos povos acima mencionados (Apyterewa, Arara, Arara da Volta Grande do Xingu, Araweté Igarapé Ipixuna, Cachoeira Seca do Iriri, Kuruáya, Kararaô, Koatinemo, Paquçamba, Trincheira Bacajá, Xipaya), uma Terra Indígena (Ituna/Itatá) com restrição de uso por três anos para grupos em situação de isolamento voluntário (BRASIL, 2013), uma Área Indígena (Juruna do km 17) e o mosaico² de Unidades de Conservação (UC) Terra do Meio³. Os principais rios da região são Bacajá e Iriri, afluentes do rio Xingu.

¹ Utilizaremos a convenção para grafia de etnônimos da *Associação Brasileira de Antropologia* (ABA) em que os substantivos são grafados com inicial maiúscula e adjetivos em minúscula, além de não haver o uso do plural. Ver ABA: Convenção para a grafia dos nomes tribais. Revista de antropologia, São Paulo: USP, ano 2, número 2, 1954.

² Instrumento legal e modelo de “gestão integrada e participativa de um conjunto de Unidades de Conservação, que estejam próximas, sobrepostas ou justapostas” (ICMBio, s/d.) reconhecido pelo Ministério do Meio Ambiente. O mosaico Terra do Meio não existe formalmente, mas é considerado por gestores locais enquanto tal. (MARTINO, 2011).

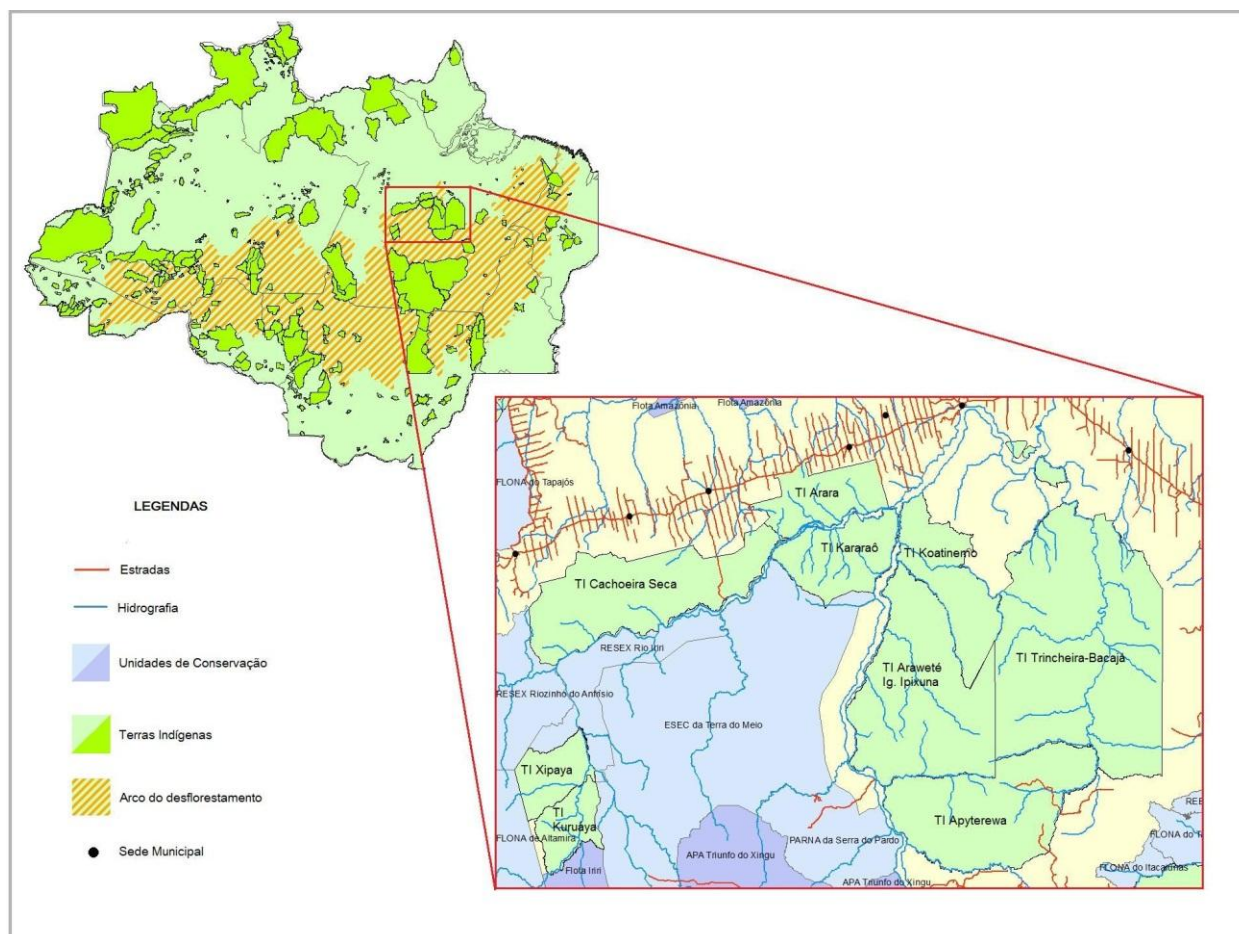


Figura 1: Mapa com localização do Médio Xingu.

Fonte: CTI, s.d.

A reconstituição histórica e demográfica destes povos indígenas tendo como ponto de partida o Médio Xingu pode ser interpretada como uma escolha por uma área ficcional de ocupação, pois a região de circulação dos povos indígenas não se limita aos locais acima descritos. Deve-se ressaltar também que os povos indígenas que hoje se encontram no Médio

³ A Terra do Meio integra a bacia hidrográfica do Xingu, imenso corredor ecológico que se estende do Pará ao estado do Mato Grosso, no interflúvio dos rios Xingu e Iriri, situando-se a leste da Rodovia Federal BR-163 (Cuiabá-Santarém) e ao sul da Rodovia Federal BR-230 (Transamazônica), principais eixos rodoviários regionais.

Xingu têm processos complexos de ocupação de territórios e de relações inter e intra étnicas de grupos que traçam suas próprias histórias e relações com a sociedade regional, seja ela indígena ou não-indígena. Por essa razão não será feita uma análise dos povos indígenas como um todo, mas sim dos grupos que vivem atualmente no Médio Xingu tendo como referência especialmente as fontes bibliográficas que dispõem de dados populacionais.

Além dessas questões relativas aos processos específicos de ocupação do território, a região passa a constituir uma realidade enquanto área para os povos indígenas com a criação de Terras Indígenas e de políticas públicas direcionadas ao conjunto desses povos no Médio Xingu. Dentre essas políticas destacam-se as ações compensatórias em virtude da construção da usina hidrelétrica (UHE) Belo Monte (FUNAI, 2012) e a gestão compartilhada de ações para educação escolar indígena com a criação do Território Etnoeducacional (TEE) Médio Xingu (PARÁ, 2012). Acredita-se assim que um exercício de reconstituição da população indígena delimitado por essa região é justificável, destacando-se o caráter processual de ocupação da região.

Definida a área acerca da qual será desenvolvida a dissertação, temos o município de Altamira (Figura 2) como o mais importante a ser analisado, tanto por suas dimensões territoriais, já que abrange a maior parte do Médio Xingu, quanto por sua sede municipal, a cidade de Altamira, que, além de ser local de habitação dos povos indígenas, é também onde se concentram as agências estatais de políticas indigenistas e organizações não governamentais atuantes na luta pela causa indígena (Conselho Indigenista Missionário e Instituto Socioambiental), o que a torna referência para todos os povos da região.

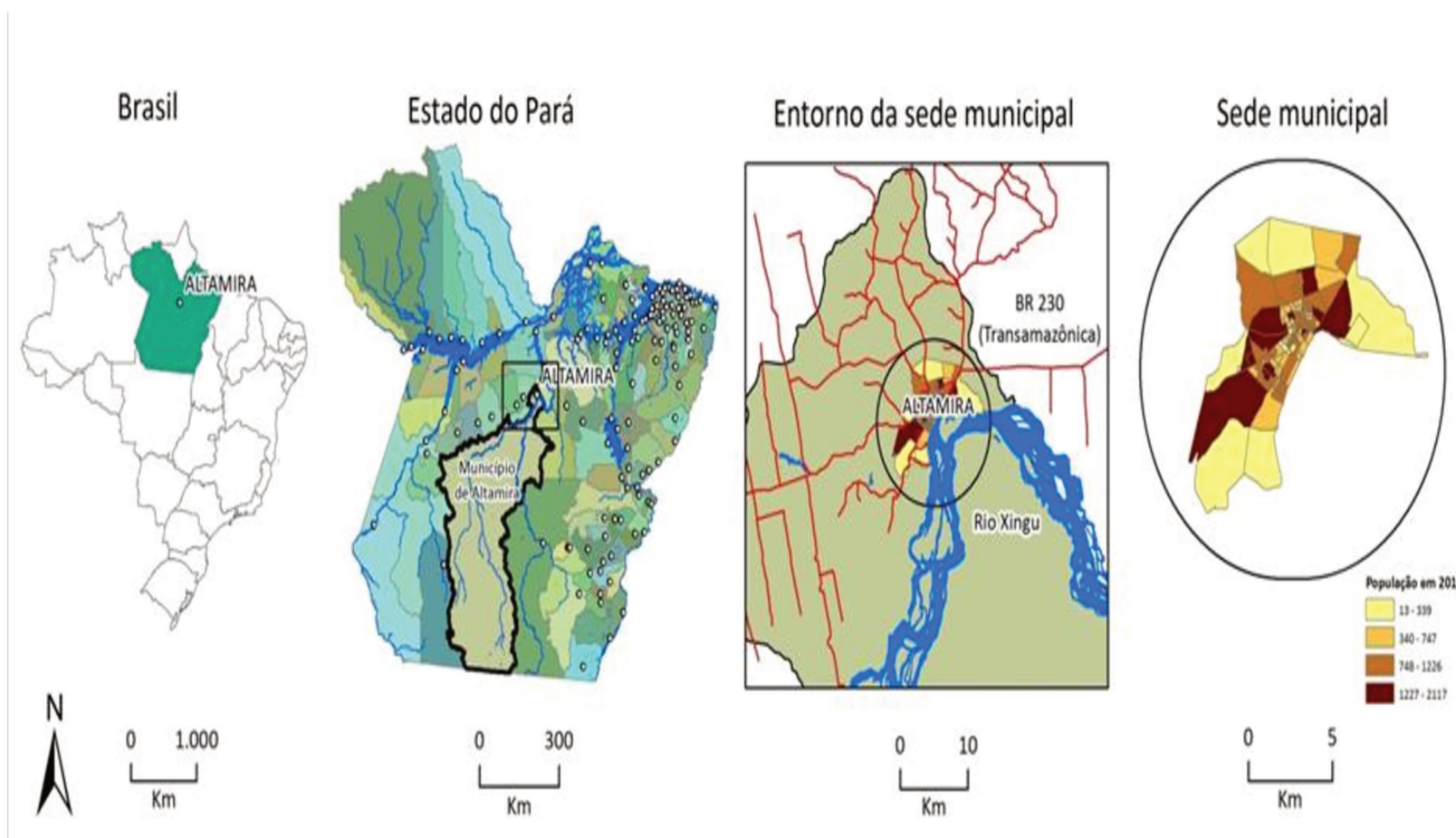


Figura 2: Mapa com localização do município e sede municipal (cidade) de Altamira, PA.

Fonte: IBGE, 2000.

Altamira também teve papel central na produção bibliográfica aqui analisada. Pois as descrições sobre o Médio Xingu e suas populações acompanham o movimento de não-indígenas para a área. A atual cidade de Altamira foi o local da primeira povoação logo acima da Volta Grande do Xingu⁴⁴, área que funcionou até 1880 como barreira natural, impedindo a colonização maciça do Médio Xingu. A partir da ocupação não-indígena da região é que se obtém as informações sobre os povos indígenas que lá estavam, sendo que os grupos se relacionam de maneira diversa com a frente de colonização e expansão, o que veremos influencia diretamente na forma como esses são tratados na literatura.

Considerando assim os povos indígenas no Médio Xingu, eles podem ser agrupados de forma esquemática em três grupos distintos segundo os processos pelos quais vieram a se estabelecer na região: 1) grupos com longo histórico de contato; 2) grupos de contato oficial na década de 1970 e 3) grupos em isolamento voluntário. No primeiro grupo temos os povos Arara da Volta Grande do Xingu, Juruna, Kuruaya e Xipaya. Esses fazem parte de relações com a sociedade regional a partir do período de constituição de aldeamentos missionários e da exploração dos seringais da região, período denominado como ciclo da borracha. Os povos do segundo grupo tiveram seu contato oficial com o Estado a partir da década de 1970 em virtude da abertura da Rodovia Transamazônica (BR-230). São eles Arara, Araweté, Asuriní do Xingu, Kararaô, Parakanã e Xikrin. Por fim temos os grupos que seguem em situação de isolamento voluntário, para os quais não há certeza sobre a quais povos indígenas pertencem.

É a partir dessa classificação dos processos de relação com as sociedades regional e nacional que será centrada esta análise da produção de dados sobre os povos indígenas no Médio Xingu. Essa escolha não se dá pelos processos em si, mas na medida em que são acompanhados de descrições que implicam em uma construção discursiva sobre os povos indígenas que desliza para as percepções e definições das populações e consequentemente para a produção de dados sobre elas. Está-se, portanto, diante de um ponto central para a demografia, segundo a qual é possível investigar dinâmicas demográficas específicas apenas a partir de uma população.

⁴⁴ A Volta Grande do Xingu é o trecho em que o rio tem uma queda de 96 metros, formando cachoeiras e ilhas. Por essa razão tem grande potencial energético e é onde está sendo construída a Usina Hidrelétrica de Belo Monte. (ISA, s.d.a.)

Nesse contexto, o povo xipaya partilha com os povos do primeiro grupo a descrição por parte de naturalistas e antropólogos a respeito de seu desaparecimento e sua extinção enquanto grupo etnicamente distinto. A partir da década de 1970, no entanto, esses grupos passam novamente a ser descritos e reconhecidos como povos indígenas. Veem-se com maior detalhe esses movimentos, tanto do suposto desaparecimento quanto da retomada da identidade indígena xipaya, no segundo capítulo. Quer se chamar atenção neste momento para o fato de que analisa-se nesta dissertação o movimento de reentrada destes grupos, particularmente do povo xipaya, enquanto povos indígenas em duas dimensões que se conectam e influenciam, sendo a primeira o ressurgimento na bibliografia, advinda de um processo próprio dos povos no sentido de retomada da identidade indígena, e a segunda sendo o reconhecimento pelo Estado dos direitos deles enquanto povos indígenas.

Esse movimento duplo faz parte de uma intrincada rede de relações históricas e socialmente construídas por diversos atores e agentes. Desta forma, enquanto fenômeno de reformulação de identidades, não pode ser encarado sob uma perspectiva essencialista, mas sim processual, parte de um “contínuo processo de inovação cultural” (Monteiro, 2001:26) presente em todos os povos indígenas. Neste ponto a compreensão da dinâmica local da relação entre indígenas e não-indígenas e sua descrição se fazem essenciais na análise da produção de conhecimento sobre povos indígenas - e na própria produção de dados sobre eles. Esses processos devem ser compreendidos não apenas como pano de fundo que auxiliaria a traçar historicamente como os indígenas são retratados em estatísticas populacionais, mas sim como produtores eles mesmos da presença ou ausência de povos enquanto tais. Deve-se ressaltar que a dinâmica local está ligada à política e às relações de esferas regionais, nacionais e internacionais, que serão aqui apenas mencionadas por exigirem um trabalho de maior fôlego para sua incorporação de maneira a não simplificar fenômenos complexos.

Buscando seguir as questões levantadas, a presente dissertação está organizada em três capítulos. Começamos pela apresentação de um breve histórico da ocupação do Médio Xingu, análise guiada pelas descrições extraídas de diversas fontes bibliográficas que acompanham o movimento da população não-indígena para essa área e a relação estabelecida com os povos indígenas da região.

Partindo desse histórico que nos mostra diferentes momentos, interpretações e práticas referentes à descrição dos povos indígenas do Médio Xingu, é possível compreender os dois fenômenos centrais para a discussão demográfica do povo xipaya: o seu desaparecimento seguido de sua suposta extinção e sua emergência étnica. Para tal, no segundo capítulo discutiremos primeiramente as fontes que serão utilizadas e, após a discussão metodológica, faremos uma narrativa histórica dos processos vivenciados pelo povo xipaya.

Por fim, no terceiro capítulo se traçará a história demográfica dos povos do Médio Xingu e da população xipaya, alcançando o ano de 2010. Faremos assim uma reconstituição demográfica dos processos históricos vivenciados pelos povos que hoje se encontram na região e dos Xipaya. Além disso, a população indígena da região será analisada nos Censos nacionais, particularmente no Censo 2010, que traz grandes avanços em relação à pesquisa de populações indígenas. As particularidades existentes também serão discutidas nos distintos levantamentos demográficos das etnias.

Capítulo 1 – Ocupações do Médio Xingu e suas descrições

Este capítulo trata das ocupações do Médio Xingu a partir de três períodos: o dos aldeamentos missionários (1750-1880), que marca o início das tentativas de colonização do Médio Xingu e dos relatos sobre os povos indígenas acima da Volta Grande do Xingu; o do Ciclo da Borracha (1890-1960), com a formação de Altamira, primeira cidade criada na região, sendo também o município que abarca em seu território todo o Médio Xingu; e por fim o do ciclo que chamamos de desenvolvimentista, que se inicia na década de 1970 com a construção da Transamazônica e segue até os dias atuais, tendo como seu maior símbolo a construção da hidrelétrica de Belo Monte.

Como foi dito na Introdução, a formação da cidade de Altamira é central no processo do povoamento e da ocupação do Médio Xingu, bem como nas relações entre sociedade regional e povos indígenas, em todos os períodos que serão analisados ao longo desta dissertação. Nas Figura 3, 4, Figura 5 e 6 a seguir a evolução territorial do município de Altamira pode ser vista:

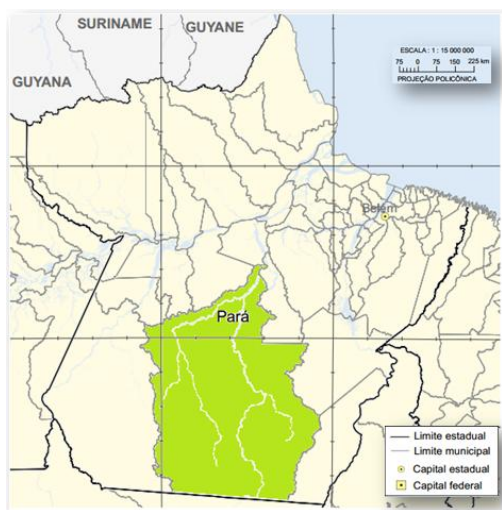


Figura 3: Município de Altamira, PA (1911)

Fonte: IBGE, 2011.

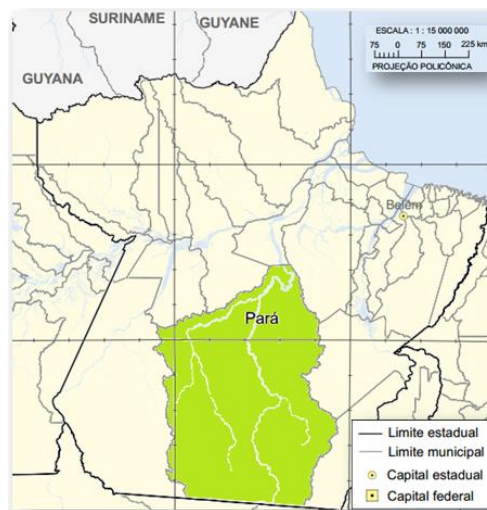


Figura 4: Município de Altamira, PA (1933 – 1960)

Fonte: IBGE, 2011.

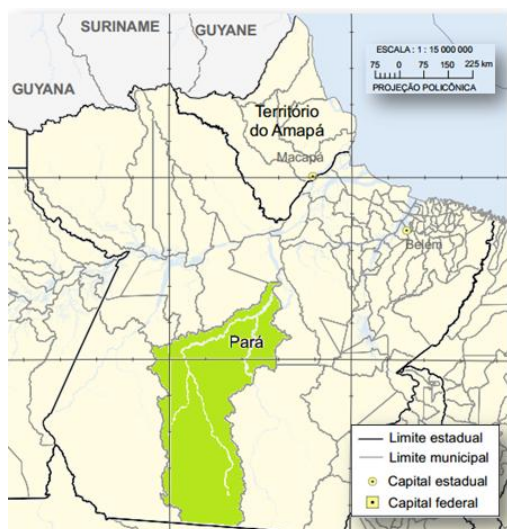


Figura 5: Município de Altamira, PA (1970)

Fonte: IBGE, 2011.

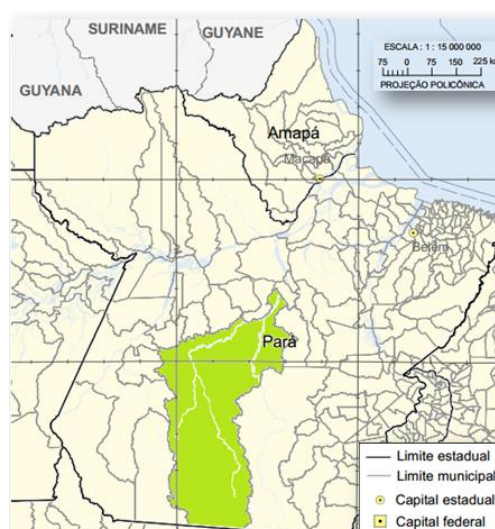


Figura 6: Município de Altamira, PA (2010)

Fonte: IBGE, 2011.

Vê-se que as maiores mudanças territoriais seguem a divisão analítica por períodos aqui proposta. O município de Altamira é criado em 1911 já com dimensões enormes, referentes à grande parte da área de extração de borracha no Médio Xingu. A partir de 1933 e até 1960 ele abrange toda a região, incluindo a área da Volta Grande do Xingu. Já em 1970⁵ começam as divisões do Pará em vários municípios impulsionados por projetos de colonização e a construção da Transamazônica. Temos na última fase a consolidação do processo iniciado na década de 1970 com a formação de vários municípios no entorno da BR-230. Os ciclos de ocupação também se revelam importantes marcos para a população na região.

Na Tabela 1 percebe-se como essas mudanças acompanham os períodos apontados. Note-se que para os censos de 1872 e 1890 o município ainda não existia. A seguir apresentamos também um gráfico (Figura 7) em que podemos visualizar melhor o impacto desses ciclos na população.

⁵ O município de Senador José Porfírio, o segundo maior da região, foi criado em 1961.

Tabela 1

População do Município de Altamira, segundo os Censos Demográficos Nacionais											
População	1872	1890	1920	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Urbana	*	*	*	1.813	1.939	3.118	5.905	26.905	50.145	62.285	90.068
Rural	*	*	*	4.615	5.730	8.972	9.440	19.591	22.263	15.154	14.962
Total	*	*	9.343	6.428	7.669	12.090	15.345	46.496	72.408	77.439	105.030

Fonte: IBGE, 2011.

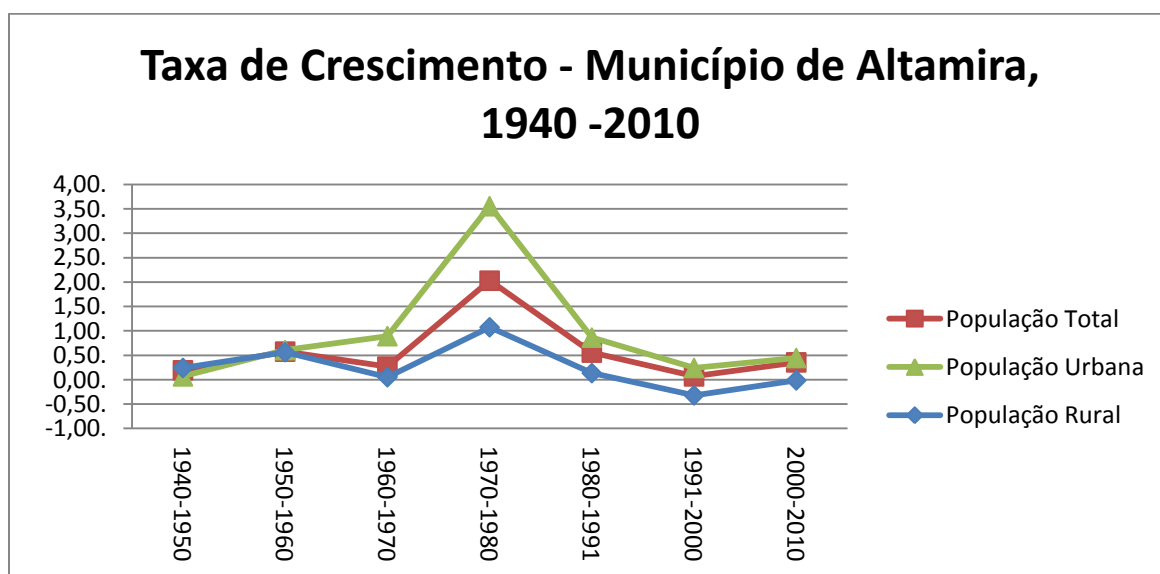


Figura 7: Taxa de Crescimento – Município de Altamira (1940 – 2010)

Fonte: IBGE, 2011.

Pode-se observar na tabela que a população total em 1920 era de 9.343 pessoas, havendo um importante declínio em 1940, ano em que a população diminuiu para 6.428, o que evidencia o fim do primeiro ciclo da borracha (1879 – 1912). Há posteriormente uma pequena recuperação entre 1940 e 1950, período que coincide com o segundo ciclo da borracha. As maiores taxas de

crescimento do município, chegando a mais de 350% entre as décadas de 1970 e 1980, correspondem ao início da implantação de políticas desenvolvimentistas na região, em que a Transamazônica emerge como símbolo de um processo amplo que inclui a criação de agrovilas na região e a atuação de mineradoras e madeireiras. Essa grande mudança, com uma explosão populacional na região, provavelmente ocorrerá novamente na década de 2010. As estimativas dos impactos que a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte terá na cidade revelam projeções análogas ao experimentado pela região na década de 1970, já que a estimativa é de chegada de 100.000 pessoas (Magalhães e Hernandez, 2009), o que dobraria a população da cidade. Lembramos que as taxas de crescimento negativas ocorridas na década de 1990 têm relação com os desmembramentos do município de Altamira.

A utilização destes períodos como forma de organizar os processos econômicos, políticos e sociais no Médio Xingu é relevante, pois para a região amazônica existem muitos hiatos (Vieira Junior e Ramos, 2011) em que não há produção escrita sobre esse espaço e os povos que o habitam, questão importante para o estudo dos povos indígenas no Médio Xingu, especialmente para daqueles que foram considerados extintos. Dessa maneira, para fins analíticos, a partir dos três períodos elencados organizam-se as diversas narrativas existentes sobre os povos indígenas no Médio Xingu.

Nesse sentido tem-se como marco inicial do primeiro período a viagem do padre jesuíta Roque Hundertpfund para a região. Aqui a narrativa de 1842 fornecida por Adalberto da Prússia (1977 [1847]) é utilizada e uma pequena problematização quanto às várias versões das tentativas de aldeamento missionário no Médio Xingu a partir da bibliografia recente (Patrício, 2000; Magalhães, 2008, Saraiva, 2005) sobre os povos Arara da Volta Grande do Xingu, Juruna, Kuruaya e Xipaya é feita. Para o segundo período as relações existentes entre as diversas populações que passam a viver na região são descritas por pesquisadores, naturalistas e etnólogos, destacando-se Emilia Snethlage e Henri Coudreau. A produção de Curt Nimuendaju poderia ser compreendida isoladamente, pois se dá em um momento de passagem, tanto da história local quanto do estabelecimento da antropologia no país. Mesmo considerando essas características distintivas, escolheu-se manter esse autor no período analítico do ciclo da borracha, pois ele descreve processos que são compreendidos pela literatura como parte da descrição da extinção de diversos povos da região, incluindo os Xipaya. Para o último período

analisado existem dois movimentos principais da bibliografia em relação aos povos indígenas: um de denúncia por parte de organizações não governamentais e outro de estudo destas populações por parte de antropólogos como Carlos Fausto, Eduardo Viveiros de Castro, Regina Müller, Márnio Teixeira-Pinto e Lux Vidal. Deve-se lembrar que muitos dos antropólogos que estudam os povos da região desenvolvem suas pesquisas em conjunto com ONGs e agências estatais de política indigenista, produzindo relatórios de identificação e delimitação das terras indígenas, bem como sugerindo políticas estatais direcionadas aos povos indígenas no Médio Xingu.

1.1 Missões no Médio Xingu

O período das missões no Médio Xingu se estende de 1750 a 1880. A ocupação missionária da região, porém, não ocorre de maneira permanente, sendo uma trajetória de idas e vindas (Nimuendaju, 1948). Ao longo de mais de um século várias tentativas de criação de uma missão no Médio Xingu foram feitas em diversos períodos e por diferentes missionários, jesuítas e capuchinhos (Oliveira, 1970), todas sem muito sucesso. As populações indígenas que estavam no Médio Xingu durante esse período ficaram, portanto, relativamente isoladas e livres de uma atuação permanente dos missionários.

O processo de ocupação do Médio Xingu foi dificultado pela Volta Grande do Rio, um obstáculo natural que impedia o rápido acesso à região (Nimuendaju, 1948). Assim, apenas quando uma pequena estrada que ligava o baixo curso do rio até o igarapé Ambé⁶ (Médio Xingu, acima da Volta Grande) foi aberta sua ocupação se tornou possível - ainda que o primeiro momento de ocupação, dos aldeamentos missionários, tenha sido um pouco mais rio acima às margens do igarapé Panelas (Adalberto, 1977[1847]).

De acordo com Nimuendaju (1948) e Adélia Oliveira (1970), os antecedentes das tentativas de estabelecimento de missões no Médio Xingu foram as missões no baixo curso do

⁶ A cidade de Altamira hoje se localiza na margem esquerda do rio Xingu e tem como principais igarapés, subindo o rio: Ambé, Altamira e Panelas (Umbuzeiro, 1999).

rio. A primeira missão bem sucedida nessa região data de 1665, sendo que a partir de então, ainda que com diversos conflitos, abriu-se o caminho para que a colonização do baixo Xingu fosse possível. Ainda de acordo com Oliveira, em 1723 é criada uma aldeia que em 1758 passa a se chamar Souzel, local de onde mais tarde partirá a estrada que viabilizará a ocupação do Médio Xingu. Desta maneira, por “pressões de ordem secular ou clerical” (Oliveira, 1970:21), os indígenas que habitavam o baixo curso do rio Xingu recuaram subindo o rio, evitando assim o assédio das missões. Com esse movimento de subida do rio Xingu por parte da população indígena, segundo Nimuendaju (1948), deixam de existir relatos sobre povos indígenas no baixo Xingu durante o século XIX, pois todos os sobreviventes, termo utilizado pelo autor, falavam língua geral e estariam integrados com a população local. Todas as populações indígenas no Xingu estariam assim concentradas nas porções média e alta do rio.

No entanto, o fato de até 1750 não existir nenhuma tentativa oficial de ocupação do Médio Xingu, quando então a primeira foi organizada por missionários, não implica no desconhecimento completo sobre a região. A “Carte du Cours du Maragnon”⁷ (Figura 8), mapa elaborado por Charles-Marie de la Condamine⁸ em 1743 e 1744, mostra claramente como um trecho do rio Xingu acima da Volta Grande já era conhecido, bem como parte de seu maior afluente, o rio Iriri.

⁷ O autor do mapa procurou aprimorar o mapa de Samuel Fritz, o primeiro que mostra todo o rio Amazonas, sendo o mapa aqui apresentado o primeiro de todo o curso do mesmo rio a ser feito com base em “instrumentos e observações astronômicas” (Cartografia Histórica, s.d.).

⁸ É na expedição cartográfica da qual resulta este mapa que se descobre a “presença da borracha” (Crippa, 2011: 245) na Amazônia.



Figura 8: Mapa do Amazonas, 1743

Fonte: Biblioteca Digital de Cartografia Histórica da USP, s.d.

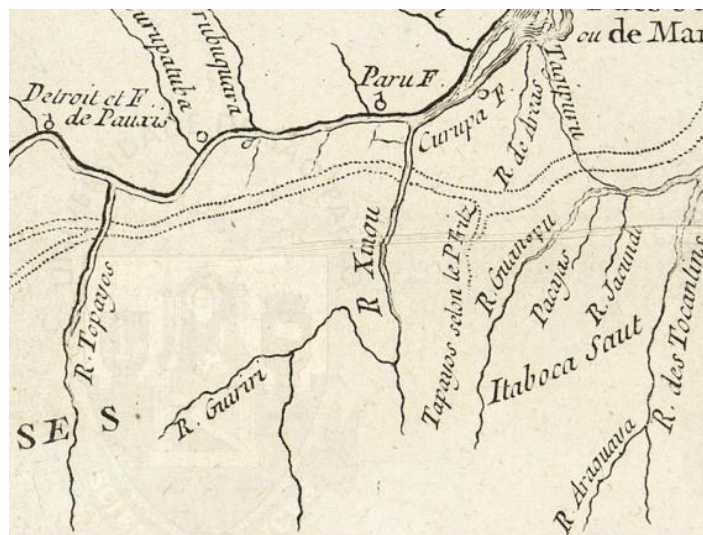


Figura 9: Detalhe do Mapa do Amazonas, Rio Iriri.

Fonte: Biblioteca Digital de Cartografia Histórica da USP, s.d.

1.1.1 A Missão Tavaquara⁹

Não existem informações precisas quanto ao primeiro aldeamento missionário no Médio Xingu. Sabe-se que foi criado por volta de 1750, viável pela abertura de uma estrada que ligava o igarapé Tucurui, no baixo Xingu, ao igarapé Ambé, Médio Xingu (Nimuendaju, 1948). Por volta de 1750 o jesuíta alemão Padre Roque Hundertpfund realizou uma viagem de pregação por nove dias, subindo o rio Xingu e avançando até o rio Iriri. Sua viagem estaria ligada à criação da missão Tavaquara nas proximidades do Igarapé Pannels, onde mais tarde se formará a cidade de Altamira (Patrício, 2003; Magalhães, 2008). Essa é a primeira vez em que há relatos sobre os Xipaya - os Kuruaya e os Juruna também são citados. Adalberto da Prússia (1977[1847]) menciona que, segundo Spix e von Martius, o primeiro missionário a se instalar entre os Juruna teria sido um jesuíta alemão e, segundo Magalhães (2008), a missão Tavaquara teria sido criada em 1752.

No entanto, segundo Arrilaga e Arenas (2009), o padre Hundertpfund, que havia anteriormente atuado no rio Madeira, retornou para o Brasil em 1750 para trabalhar visitando missões e realizando descimentos (Magalhães, 2008), foi expulso do país em 1755 acusado de conspiração contra a Coroa, e preso em Portugal. Não há nenhuma informação clara quanto ao início da missão Tavaquara na metade do século XVIII, tampouco de sua duração. A bibliografia dá conta apenas de que essa missão não foi bem sucedida, sendo extinta pouco tempo depois de sua criação. Alguns autores atribuem o fracasso da missão à expulsão dos jesuítas pelos indígenas (Nimuendaju, 1948) - Adalberto da Prússia (1977[1847]) menciona, inclusive, que os últimos jesuítas da missão teriam sido assassinados, ao passo que outros autores (Patrício, 2003; Magalhães, 2008) atribuem o fracasso à expulsão dos jesuítas em 1759 com o advento do período pombalino. De qualquer maneira, mesmo considerando que a missão não tenha sido bem sucedida quanto à sua duração, diversas informações sobre os indígenas no Médio Xingu foram recolhidas, como sobre relações entre os grupos indígenas, tais como alianças e conflitos, localização e características gerais da organização social (Nimuendaju, 1948; Oliveira, 1970).

De acordo com Nimuendaju (1948), após esse breve período no século XVIII não há qualquer informação sobre os indígenas no Médio Xingu nos próximos 150 anos, que não

⁹ Também nomeada na bibliografia como Tavaquára, Tauaquéra, Anauerá e Tacuana (Oliveira, 1970).

passam por nenhuma tentativa de aldeamento, protegidos pelas cachoeiras da Volta Grande e pela reputação de serem perigosos canibais. No baixo Xingu ataques de indígenas juruna eram temidos até 1831. Isso não quer dizer que a ocupação do Médio Xingu deixou de ser pensada. De acordo com Umbuzeiro (1999), Araújo Brusque, presidente da Província do Grão Pará, pediu nesse período pela abertura de uma estrada que evitasse toda a Volta Grande, apontando a impossibilidade de transposição da Volta Grande, que durava cerca de um mês (Adalberto, 1977[1847]; Snethlage, 1913). Vê-se que, mesmo que a Volta Grande do Xingu representasse proteção para os indígenas e obstáculo para os colonizadores, o Médio Xingu permanecia como área de circulação de não-indígenas.

É apenas em 1841 que o padre Torquato de Antônio de Sousa, então vigário de Souzel, faz uma nova tentativa de estabelecer uma missão entre os indígenas no Médio Xingu, ou seja, acima da Volta Grande do Xingu. Segundo Adalberto (1977[1847]), o missionário que havia atuado entre os Munduruku estava desde 1840 entre os Juruna. Torquato tornou viável a ligação terrestre entre baixo e médio curso do rio Xingu, melhorando a estrada que havia sido aberta anteriormente por jesuítas, mas até aquele momento era usada apenas pelos indígenas para comercializar produtos em Souzel. A nova missão, agora com o nome de Imperatriz, também teve um curto período de permanência, em 1848 já não existia por ter sido abandonada pelo missionário (Oliveira, 1970). Apesar dessas tentativas frustradas em fixar uma missão no Médio Xingu, ressalta-se que mesmo as localidades do baixo Xingu que tinham uma ocupação consideravelmente mais antiga não apresentavam ocupação contínua ao longo do ano, como chama atenção Adalberto (1977 [1847]). Assim, as tentativas de se estabelecerem missões no Médio Xingu podem ser compreendidas de maneira mais ampla. O sucesso da missão não se tratava apenas de sua localização geográfica, mas sim do estabelecimento de um certo tipo de relação com os indígenas no Médio Xingu, tal qual ocorreu no baixo curso do rio.

Em 1859 o governo da Província do Pará tenta mais uma vez a catequização dos indígenas acima da Volta Grande, enviando o frei Marcello de Santa Catharina de Sena para a região (Nimuendaju, 1948). Essa primeira tentativa falha, sem que se saibam as razões. Posteriormente, em 1868 dois freis capuchinhos, Ludovico Mazzarino e Carmelino Mazzarino - este havia trabalhado em situações de conflito em mocambos no rio Trombetas (Alonso, 2006) - reabrem a antiga estrada para o Médio Xingu (Umbuzeiro, 1999; Magalhães, 2008). A missão

segue até 1880 aparentemente com pouco sucesso (Nimuendaju, 1948; Oliveira, 1970). Quando em 1884 Karl von den Steinen chega à região, a missão não existe mais, marcando definitivamente o fim do período missionário e o início da ocupação da região impulsionada pela extração de látex¹⁰.

1.1.2 Povos indígenas e a missão Tavaquara | várias narrativas

Diversos povos indígenas circulavam e habitavam o baixo e médio curso do rio Xingu no momento em que a expansão europeia os alcançam. Embora exista na bibliografia menção a outros povos (Brusque, 1963; Nimuendaju, 1948), como dito na Introdução, o recorte desta dissertação considera apenas os povos que hoje se encontram no Médio Xingu. Além disso, os etnônimos¹¹ aparecem como são grafados pela bibliografia hoje.

Há várias narrativas das tentativas de aldeamento do Médio Xingu, provenientes de documentos acerca da atuação dos missionários produzidos pela própria Companhia de Jesus (Betendorf, 1910; Moraes, 1987; Nimuendaju, 1948) e pela administração (Brusque, 1962, 1963; Nimuendaju, 1948).

Nesta bibliografia são citados todos os povos de contato do século XIX; Arara, Juruna, Xipaya e Kuruaya. Há uma preocupação em descrever os povos indígenas segundo algumas características gerais que são mais ou menos especificadas dependendo de como se obtém a informação - dos próprios povos indígenas ou por relatos sobre estes. As informações sobre os povos neste momento são: aparência física (cor da pele e beleza); tamanho, localização e distribuição espacial do grupo; a quem estão submetidos ou sua liderança (tuxaua); aspectos gerais da sociedade (se são guerreiros, dóceis, antropófagos) e alimentação.

Apesar de todos os povos serem citados, não há clareza sobre a participação de cada um nas várias tentativas de criação de aldeamento missionário no Médio Xingu. Há relatos mais claros apenas sobre os Juruna e Kuruaya, sendo que os últimos participaram de uma expedição

¹⁰ O látex era extraído de duas árvores distintas: uma produzia seringa e a outra, caucho, e seus produtos eram utilizados na fabricação da borracha, sendo o primeiro considerado de qualidade superior.

¹¹ Para uma lista extensa da autodesignação dos povos e dos etnônimos atribuídos para cada povo ao longo do tempo, por outros grupos indígenas e na bibliografia, ver Nimuendaju, 1948.

predatória junto com “os portugueses” contra os Juruna (Nimuendaju, 1928; Oliveira, 1970). Além disso, existem informações relatando que os povos indígenas da região falavam diversas línguas e usavam a língua geral para comunicarem entre si (Oliveira, 1970).

Durante esse período a única produção textual sobre os indígenas no Médio Xingu, à parte da missionária e administrativa, é a do naturalista Príncipe Adalberto da Prússia (1884 - 1948). Em 1842 ele realiza uma expedição pelo Brasil passando dois meses na Amazônia. A motivação de sua viagem segundo ele próprio (Adalberto, 1977[1847]) seria o fato de que desde a infância sonhara em realizar uma longa viagem por mar e o fascínio pelos trópicos trouxe direcionamento. Sobre sua produção textual, diz ser somente um “diário duma simples viagem de recreio muito longo, para nós alemães” (Adalberto, 1977[1847]: 12). Ressalta que apesar da motivação aparentemente apenas individual, tratava-se de uma expedição voltada “para os interesses econômicos ligados à potencialidade da borracha” (Crippa, 2011:245). Essa viagem deve, portanto, ser compreendida como parte das expedições ligadas a uma formação discursivo-científica da Amazônia (Crippa, 2011) no contexto mais amplo em que também está inserida a produção sobre o Médio Xingu dos autores que serão apresentados no próximo item (p. 27) deste capítulo.

A viagem de Adalberto da Prússia ocorre no contexto de reabertura da estrada que ligava o baixo ao médio curso do rio Xingu pelo vigário de Souzel. O próprio padre Torquato Antônio de Souza não conhecia o Médio Xingu além da área da missão Tavaquara (nesse momento com o nome de Imperatriz), sendo aquela área “terra incógnita” (Adalberto, 1977[1847]:167). Assim, com a intenção de conhecer pela primeira vez indígenas selvagens, Adalberto se dirige até a missão com o apoio do padre.

A narrativa de Adalberto sobre os indígenas que encontra, em sua maioria Jurunas, é permeada pela surpresa do autor ao não considerá-los selvagens, podendo ser vista, por exemplo, nesta passagem: “O artista plástico deveria vir a estas selvas! À vista destas figuras bronzeadas, viris, se recordaria instintivamente das obras de arte da antiguidade, das nobres formas do tempo dos gregos e dos romanos” (Adalberto, 1977[1847]:187).

Ainda segundo o autor, o povo juruna “é citado como o mais civilizado da Província do Pará” ao lado dos Maués e Munduruku (Adalberto, 1977[1847]:181). Ele também descreve

rapidamente a missão Tavaquara que neste momento tem duas cabanas ocupadas, uma abandonada, um pequeno rancho e uma capela. De maneira geral, Adalberto da Prússia não traz informações quanto à organização social ou questões para além de aspectos gerais como tamanho da população e localização. Pode-se assim apenas entrever algumas questões mencionadas pelo autor, como, por exemplo, a nomeação de um tuxaua escolhido pelos juruna para mediar relações com o governo, sem que, no entanto, o autor tenha uma preocupação específica com o rigor de suas observações, conforme ele havia relatado no prefácio que antecede a publicação.

Para além da produção sobre a missão Tavaquara realizada ao longo de sua existência, ou seja, até aproximadamente 1880, existe uma importante produção recente sobre os povos indígenas no Médio Xingu que apontam para a importância simbólica de Tavaquara, particularmente para os grupos Arara da Volta Grande do Xingu, Juruna, Kuruaya e Xipaya. Como será visto no próximo item, a área em que a missão estava localizada (Igarapé Panelas) ganha novamente importância para a população indígena que se estabelece na cidade de Altamira por volta da metade do século XX, estando presente na memória dos indígenas citadinos (Saraiva, 2005).

Portanto, nessas narrativas mais recentes sobre a ocupação da área que era conhecida como ‘aldeinha’ (Patrício, 2003), no antigo bairro São Sebastião, tem papel importante a missão Tavaquara por atestar a presença indígena no local onde seria a cidade de Altamira, indicando que o território próximo ao igarapé Panelas já foi de habitação indígena. Essa referência legítima, portanto, o lugar e a ancestralidade indígena na cidade de Altamira (Patrício, 2000; Saraiva, 2005; Magalhães, 2008). A missão Tavaquara ganha, assim, relevância simbólica para os indígenas citadinos, para além de sua importância histórica.

Pela importância de Tavaquara para os povos indígenas na região, como para a própria ocupação do Médio Xingu, acreditamos que, assim como aponta Magalhães (2008), um levantamento detalhado e pormenorizado das etapas de colonização da região durante o período das missões ainda está por ser feito, mapeando cada tentativa de estabelecimento de aldeamento missionário e a participação dos povos indígenas em cada um.

1.2 Ciclo da Borracha

O período conhecido como Ciclo da Borracha se caracteriza por um tipo específico de ocupação não apenas do Médio Xingu, mas de toda a Amazônia, baseado na extração do látex para a fabricação da borracha. Trata-se de um período de grandes mudanças, especialmente pela intensa migração para as áreas de seringais. No Brasil as árvores para extração da borracha eram encontradas por toda a Amazônia (Figura 10), região em que, apesar de terem existido tentativas da criação de *plantations* apoiadas pelo governo norte-americano (Garfield, 2009), a exploração se dava basicamente nos locais em que já existiam seringueiras. Uma das formas mais comuns de ocupação do território por parte dos padrões seringalistas se dava via o estabelecimento de barracões nas bocas dos rios, controlando o comércio e a produção da borracha e outros bens de consumo que começavam a circular nas áreas de seringais (Lima e Pozzobon, 2005).

Desta forma, o ciclo da borracha tem como principais características a intensa migração e relações econômicas e sociais estabelecidas nos barracões e nos seringais. Isso faz com que seja sugerida a existência de um regime demográfico da borracha (Vieira Junior e Ramos, 2011) que estaria associado a alguns comportamentos demográficos específicos das populações inseridas na economia da borracha.

Pela forma inédita de ocupação da Amazônia, no sentido de sua abrangência, os povos indígenas têm papel importante. Vários estudos apresentam as relações sociais e econômicas estabelecidas entre indígenas e população regional, basicamente constituída por mão-de-obra migrante (Farage e Santilli, 1992; Lima e Pozzobon, 2005). Os indígenas se inserem no ciclo econômico de diversas formas, tanto na produção como na comercialização da borracha, e em diversos regimes de trabalho: escravo ou livre.

A exploração da borracha no Médio Xingu não difere do vivenciado por toda a Amazônia, mas guarda características importantes que serão levantadas adiante, separando o primeiro ciclo da borracha, caracterizado pela primeira fase e o auge da produção, e o segundo, impulsionado pela Segunda Guerra Mundial e grande incentivo norte americano.

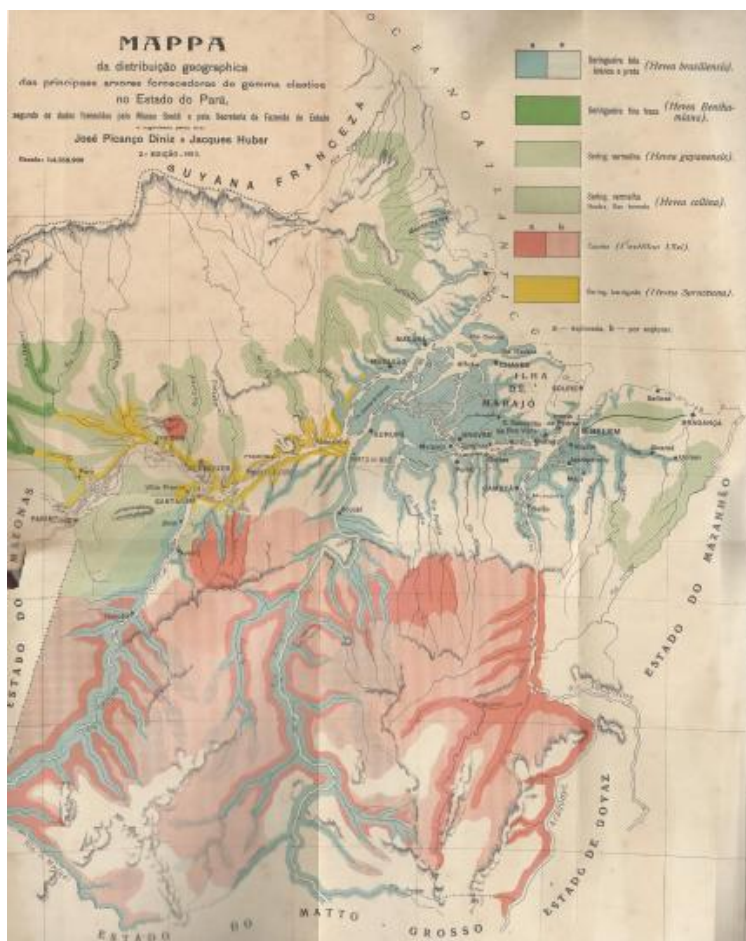


Figura 10: Distribuição na Amazônia de principais árvores fornecedoras de borracha.¹²

Fonte: Diniz, J. e Huber, J., 1913.

1.2.1 Primeiro Ciclo (1890-1920)

A ocupação do Médio Xingu até 1880 caracterizava-se por uma série de tentativas de aldeamentos missionários, constituindo-se na maneira escolhida pelo governo de colonização ou expansão de influência e de atividades econômicas. Delegava-se assim aos missionários a

¹² No mapa as cores representam a qualidade da borracha extraída de cada tipo de árvore, seguindo a legenda o cor azul representa a borracha de maior qualidade e a amarela a de pior. As áreas às margens dos rios Xingu e Iriri apresenta a borracha de melhor qualidade.

resolução de conflitos e a maneira de lidar com a população indígena. Esse cenário muda radicalmente com a economia da borracha.

O pequeno aldeamento às margens do igarapé Panelas não conseguia reter um contingente populacional e a estrada que levava à região não comportava um deslocamento intenso para a região. No entanto, a partir de 1890 esforços são feitos para a colonização definitiva da região. Em 1891 a estrada finalmente é terminada, permitindo mais facilmente o acesso de Souzel (no baixo Xingu) ao Igarapé Ambé, área onde começa a ser formada a cidade de Altamira. Em 1892 já se tornava área de residência e em 1897 contava com 20 casas. No início do século XX é elevada à categoria de vila e em 1910 ultrapassa Souzel, a cidade mais próxima em “população, movimento comercial e, em outros aspectos, a cidade de Souzel, sede do município” (Umbuzeiro, 1999 p.30). Em 1911 o município de Altamira é criado, e sua extensão territorial abrange praticamente toda a área do Médio Xingu (Tabela 2).

Tabela 2: População total Brasil, Pará, Souzel e Altamira segundo os censos de 1872, 1890, 1990 e 1920.

País, Estado, Município	Ano			
	1872	1890	1990	1920
Brasil	9.837.089	13.811.264	16.624.320	30.635.605
Pará	275.237	328.455	445.356	983.507
Souzel	1.375	2.084	3.506	2.402
Altamira	*	*	*	9.343

Fonte: IBGE, Diretoria Geral de Estatística, 1905 e 1928.

O perfil da migração para o município de Altamira, impulsionada pelo ciclo da borracha, pode ser observado analisando a pirâmide etária de Altamira em 1920 (Figura 11). Vê-se na composição da população a importância da migração para os seringais, revelada pela maioria de homens entre 25 e 39 anos de idade.

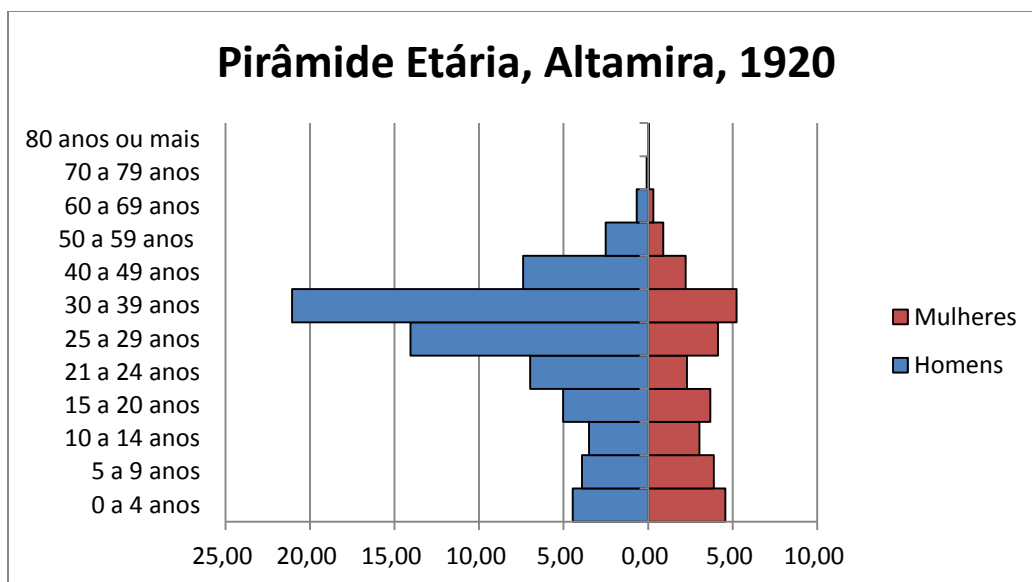


Figura 11: Pirâmide Etária, Altamira, 1920

Fonte: IBGE, Diretoria Geral de Estatística, 1928.

Como dito anteriormente, os padrões dos seringais se estabeleciam nas bocas do rio e esse mesmo processo também ocorria no Médio Xingu. Os barracões estavam localizados em alguns trechos dos rios e a produção se dava de maneira mais ampla pelo território. Os povos indígenas Arara, Juruna, Kuruaya e Xipaya, que já haviam iniciado uma relação mais estreita com as missões, participam dessa nova etapa de colonização da área. A nova frente de expansão aumenta a ocupação não-indígena na região, o que faz com que povos até então desconhecidos sejam percebidos. Normalmente esses grupos realizam ataques aos barracões dos seringueiros e também às povoações. Isso faz com que toda a população, indígena e não-indígena, envolvida de alguma maneira na economia da borracha, ocupe as ilhas dos grandes rios (Xingu e Iriri) por medo dos ataques.

A relação entre os indígenas, participantes do ciclo econômico, e os padrões é de exploração da mão-de-obra muitas vezes por meio de um regime de trabalho escravo, mas isso não quer dizer que a atividade indígena esteja circunscrita apenas a este lugar de escravidão e trabalho forçado. As relações são bastante complexas e múltiplas, existindo resistência e fugas de indígenas submetidos ao trabalho nos seringais, mas também o controle ou mediação da mão-de-obra por indígenas. Além disso, existem relações entre os indígenas, que mediam o controle do

trabalho nos seringais. A maloca aparece como um lugar privilegiado dessas relações (Figura 12). Essa fase também se caracteriza pela formação de alianças entre esses grupos, com diversos casamentos interétnicos.

Nesse momento acontece grande circulação entre a cidade de Altamira e os locais de produção da borracha. A população indígena participa desse circuito por parte de serviços contratados, com destaque para a sua atuação enquanto barqueiros pelo grande conhecimento que detinham sobre a região. Percebe-se como a atuação indígena durante esse ciclo é essencial: além de participarem das várias etapas da produção e comercialização da borracha, os povos indígenas também inauguram novas formas de relações interétnicas.

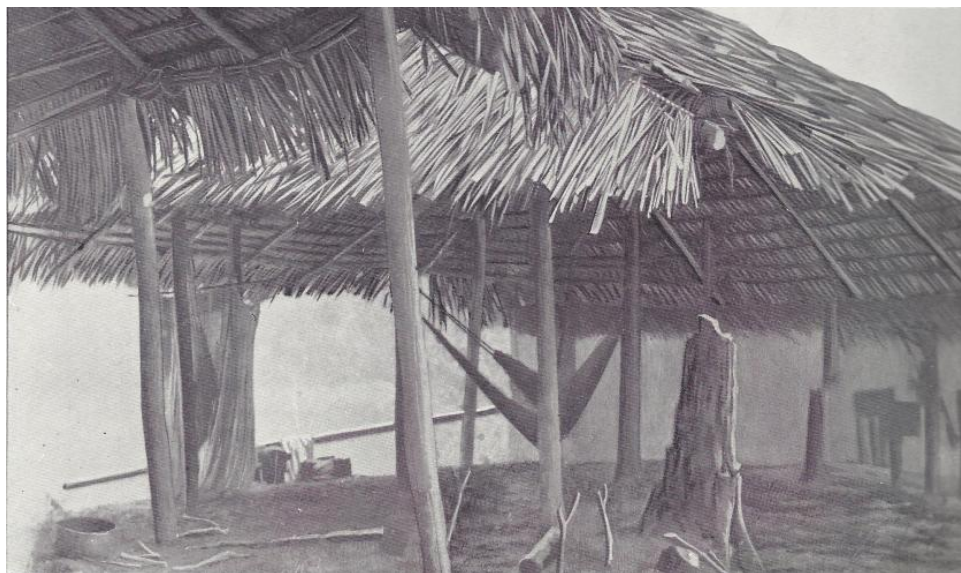


Figura 12: Maloca de Manoelsinho Xipaya

Fonte: SNETHLAGE, Emilia, 1913.

A primeira fase do ciclo da borracha entra em declínio durante a década de 1920 pela sua desvalorização, pela concorrência da produção asiática, e pela crise de 1929 (Umbuzeiro, 1999). Seu reflexo no Xingu se dá pelo abandono dos seringais, o que ocasionou êxodo populacional. O segundo ciclo ocorre em virtude da retomada da produção da borracha na década de 1940 como veremos a seguir.

1.2.2 Segundo Ciclo (1942 – 1945)

Com a segunda guerra mundial, os seringais asiáticos deixam de produzir regularmente, o que faz com que haja novo impulso para a produção brasileira. Esse movimento é fortemente fomentado pelo governo norte-americano (Garfield, 2009) e se faz sentir no Médio Xingu. A estrada que liga Altamira ao baixo Xingu, hoje rodovia Ernesto Acioly, é melhorada com créditos da Rubber Development Corporation (Umbuzeiro, 1999). Essa ação dá mais estrutura para a consolidação da cidade de Altamira.

Outra política de incentivo à produção da borracha foi a do projeto nacional de direcionamento da migração do nordeste para a o norte, que buscava mão-de-obra para a produção da borracha - pelo contexto da Guerra Mundial, esses imigrantes são conhecidos como os soldados da borracha. Como pode ser observado na Figura 13, dos imigrantes advindos de outras regiões do Brasil, os nordestinos no Pará somam cerca de 90% do total.

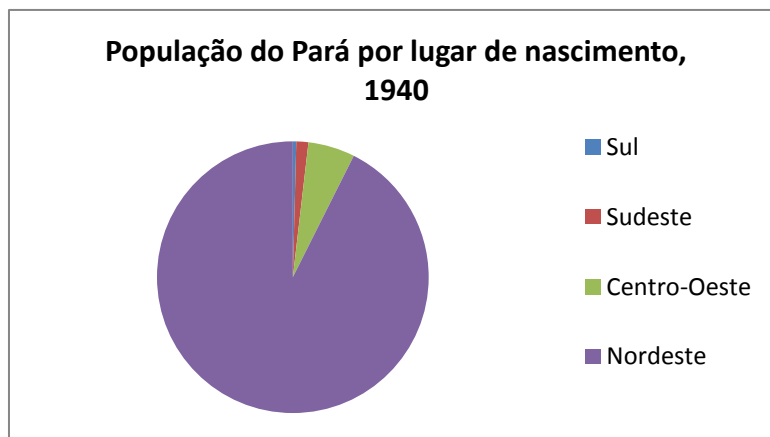


Figura 13: População do Pará por lugar de nascimento, 1940.

Fonte: IBGE, Recenseamento Geral do Brasil 1940.

Nesse novo ciclo da borracha, marcado pela presença de mais atores que no momento anterior (política governamental nacional e internacional, iniciativa privada, populações locais e imigrantes), a relação com os povos indígenas no Médio Xingu é complexificada, apesar da persistência dos circuitos econômicos e sociais ali estabelecidos. Pode-se pensar talvez em uma intensificação das relações começadas no primeiro ciclo. Assim, os casamentos interétnicos permanecem e se ampliam, pelos casamentos entre indígenas e os imigrantes nordestinos.

Apesar da maior intensidade, esse novo ciclo tem curto período de duração, e ao final dele a atividade da borracha cai em declínio definitivo. Apesar disto, não há um esvaziamento da região como ocorrido ao final do primeiro ciclo. Novas atividades são vislumbradas com a descoberta de garimpos no Médio Xingu (Umbuzeiro, 1999). As populações envolvidas na produção da borracha nas ilhas dos rios, entre indígenas e não-indígenas, passam a buscar na cidade de Altamira por melhores condições de vida e muitos se estabelecem ali. O local privilegiado de ocupação indígena na cidade foi às margens do Igarapé Panelas, mesmo local em que a missão Tavaquara existiu, vindo a ser denominado como ‘aldeinha’ (Patrício, 2000). Vê-se assim que ao longo do tempo a presença indígena na cidade não foi linear, acompanhando os ciclos de ocupação não-indígena do Médio Xingu (Saraiva, 2005).

1.2.3 Indígenas do Médio Xingu segundo pesquisadores da virada do século

Durante o ciclo da borracha vários pesquisadores vão para a região, em sua maioria preocupados em explorá-la, gerando conhecimentos mais amplos sobre a geografia, especialmente sobre os rios.

Ainda durante o século XIX Henri Coudreau (1859 -1899) e Karl von den Steinen (1855-1929) realizam viagens exploratórias pelo Xingu. Esse rio, como bem indica Steinen (1942), era desconhecido em todo o seu curso. Esse pesquisador é, portanto, o primeiro a navegar e documentar todo o rio, o que faz em 1884. Henri Coudreau, contratado pelo governo do Pará, viaja em 1896 pelo Xingu buscando aprimorar dados já obtidos por outros pesquisadores sobre a região (Coudreau, 1977[1896]).

Os modos descritivos usados por ambos os autores são bastante próximos. Ambos publicam diários sobre suas expedições, com a diferença de que Karl von den Steinen publica posteriormente um livro sobre os indígenas no Brasil Central (Steinen, 1942). Em suas narrativas os autores fazem referência aos indígenas no Médio Xingu de maneira geral e encontram alguns grupos. Os indígenas têm lugar destacado nas viagens, atuando como guias para a navegação do rio Xingu. Quanto à descrição quantitativa, há uma preocupação em recensear as populações que encontradas, com o detalhe de que Karl von den Steinen recolhe, além de informações censitárias, dados de antropologia física (Steinen, 1942).

Considerando o momento histórico em que eles realizam suas expedições científicas no Médio Xingu, Karl von den Steinen descreve a ocupação indígena nas proximidades de onde hoje é a cidade de Altamira. A população local é indígena. Coudreau já encontra um cenário bastante modificado: a povoação de Altamira já havia começado a se formar e ele encontra e descreve indígenas envolvidos com o ciclo da borracha, especialmente com a figura do coronel Ernesto Accioly, dono de grande parte dos seringais e barracões da região (Diretoria Geral de Estatística, 1927). Enquanto Karl von den Steinen não tece qualquer comentário questionando a identidade indígena dos grupos que encontra, Coudreau, ao contrário, tem seu texto permeado por julgamentos nesse sentido, o que pode ser observado na narração das ações de indígenas incluídos no ciclo econômico contra os barracões e casas de seringueiros. Elas são deslegitimadas, descritas como ações à moda carajá, forma de nomear os grupos reconhecidos como “verdadeiramente” indígenas. Vinculando ao povo juruna uma incapacidade de respostas e ações contra a frente de expansão. Ao fim de sua viagem Coudreau relata também um descontentamento por não ter encontrado nenhum indígena, referindo-se aqui aos indígenas tidos como selvagens. O relato de Coudreau é um marco na descrição dos povos indígenas no Médio Xingu por estabelecer pela primeira vez uma observação entendida como científica sobre a identidade indígena. Assim, mesmo lançando mão de categorias nativas sobre os indígenas (civilizados, mansos x selvagens, bravos), o autor as incorpora ao seu relato com uma interpretação e julgamentos próprios.

Durante o século XX são dois os principais pesquisadores que escrevem sobre a região: Emilia Snethlage (1868-1929) e Curt Nimuendaju (1883-1945), ambos já associados a uma produção antropológica moderna. O trabalho intelectual de ambos pode ser entendido como

similar, vinculado à produção de campo com os museus brasileiros e estrangeiros, publicações no exterior e financiamento para campo via coleções, mas a formação de ambos é distinta: enquanto Nimuendaju é etnólogo, Emilia é ornitóloga. Emilia não foi a campo com intenção de descrever os indígenas que encontra, mas isso não a impede de produzir conhecimento sobre esses povos. (Corrêa, 2003). Essa diferença produz efeitos quanto ao tipo de descrição que cada um faz dos povos indígenas, o que implica em interpretações distintas quanto ao volume de sua população, como será visto no Capítulo 2. Por ora, destacam-se o contexto, o tipo de informação coletada e os povos no Médio Xingu descritos.

Emilia Snethlage realiza sua viagem para o Médio Xingu buscando a existência de uma ligação fluvial entre os rios Xingu e Tapajós, o que foi sugerido pelos relatos de Coudreau (Snethlage, 1913). Essa viagem, feita em 1909, depende muito do apoio privado, particularmente de Ernesto Accioly. Nessa expedição alguns indígenas também participam como guias e os resultados são publicados como diários. Ela capta vocabulários, aspectos de organização social e relações interétnicas. Nimuendaju realiza viagens para a região em 1916 e 1919 (IBGE, 1981), sendo que ele já tem uma vasta preocupação específica com os povos indígenas. As informações coletadas por ele são similares às captadas por Snethlage, porém percebe-se nos textos que Nimuendaju assume uma postura mais afastada de análise das dinâmicas locais, enquanto o texto de Emilia aponta para um envolvimento maior (Corrêa, 2003). Ambos os pesquisadores estão preocupados também em descrever o pensamento indígena, fazendo um esforço de deslocamento do olhar para o outro que respeite concepções próprias. Ainda assim as mudanças ocorridas entre os povos indígenas são vistas sob o signo de perda cultural e integração com a sociedade regional, apontando para a transitoriedade da categoria indígena. Uma das características vistas como maior símbolo de perda cultural é o fato de não falarem mais uma língua indígena.

As produções posteriores sobre os indígenas no Médio Xingu seguem o mesmo caminho, descrevendo sua descaracterização enquanto indígenas, mas agora feitas também pelo Estado. Um marco importante é o levantamento do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que divide as populações em três categorias: sem contato (isolados), de contato intermitente ou integradas. Os povos no Médio Xingu de larga história de contato foram vistos ou como integrados, ou em processo de extinção ou extintos. Neste momento os grupos Arara, Asurini, Xikrin e Parakanã

são descritos como isolados e a agência estatal busca promover e estabelecer de maneira permanente o contato com estes indígenas (Malcher, 1964).

1.3 Expansão desenvolvimentista

O período de expansão desenvolvimentista, iniciado nos anos 1970 e presente até os dias atuais, caracteriza-se pela ocupação da Amazônia por meio de grandes projetos governamentais que visam à integração da região ao território nacional. Esses projetos seguem a lógica de ocupação por meio do uso dos recursos naturais, desconsiderando as especificidades locais. Assim neste contexto as grandes empresas de extração de recursos são as madeireiras, mineradoras e hidrelétricas, que fornecem energia para as primeiras; enquanto as rodovias são previstas como obras para escoar a produção.

1.3.1 Transamazônica

A Transamazônica (BR-230) foi um projeto militar que visou à integração da Amazônia ao território nacional, com sua construção iniciada na década de 1970. Juntamente com a rodovia, projetos integrados de colonização (PIC) foram desenvolvidos, trazendo e estabelecendo imigrantes, agora prioritariamente da região Sul do país à Amazônia, às margens da rodovia. A criação de agrovilas, muitas das quais dariam origem a diversos municípios, traçam o formato de espinha de peixe, característico dessa rodovia. Nesse contexto uma nova lógica de ocupação se apresenta, passando dos rios para as estradas (Pereira, 2006; Tartalha, 2009).

Altamira foi escolhida como o marco inicial da construção da BR-230, o que fez com que uma grande migração ocorresse, gerando grande especulação imobiliária e conflitos na cidade. Por conta disso os indígenas são levados a buscar outros lugares de habitação na cidade, prioritariamente locais às margens do igarapé Altamira, no centro da cidade, com construções de palafitas (Saraiva, 2005).

A construção da rodovia também afeta a área rural do Médio Xingu, implicando no contato dos grupos que até então eram tidos como isolados. O contato oficial ocorreu por meio de Frentes de Atração e Pacificação, maneira como a ação foi denominada, que duraram para além do início da construção (ISA,s.d.(b)). Os povos Arara, Asurini, Arawete, Kararaô, Parakanã e Xikrin são contatados nesse contexto, que gera graves consequências para as populações como crise demográfica, causada por doenças, e reorganização social e territorial. Essas populações também estavam expostas a pressões territoriais, com avanço de frentes de expansão na região.

1.3.2 Kararaô

O projeto conhecido como Kararaô, na realidade, seria um complexo de 6 usinas hidrelétricas projetadas para a bacia do rio Xingu, sendo cinco delas no Xingu, todas com nomes indígenas (Kararaô, Babaquara, Ipixuna, Kokraimoro, Jarina), e uma no rio Iriri, grande tributário do Xingu (Figura 14) (Sevá Filho, 2005). Os estudos para sua viabilização começaram em 1975, ainda no período de ditadura, e Kararaô seria a primeira hidrelétrica a ser construída (Santos e Andrade, 1988). Em 1988 o relatório final dos estudos é aprovado, no entanto os povos indígenas não tinham sido escutados e tampouco tinham conhecimento mais aprofundado sobre o projeto. Uma das principais consequências da construção da hidrelétrica seria o alargamento de grande proporção que afetaria diretamente as terras indígenas dos povos no Médio Xingu, o que novamente forçaria seu deslocamento.

Por essa razão os grupos indígenas reivindicam uma reunião com o intuito de obterem maiores esclarecimentos sobre o projeto da usina. Esse viria a ser o primeiro encontro dos povos indígenas do Xingu (Figura 15), realizado em 1989, que reuniu cerca de 3 mil pessoas (ISA, s.d.(b)), dentre as quais 650 indígenas. Grandes lideranças indígenas participam do encontro, como Paulo Paiakan, Raoni, Marcos Terena e Ailton Krenak.

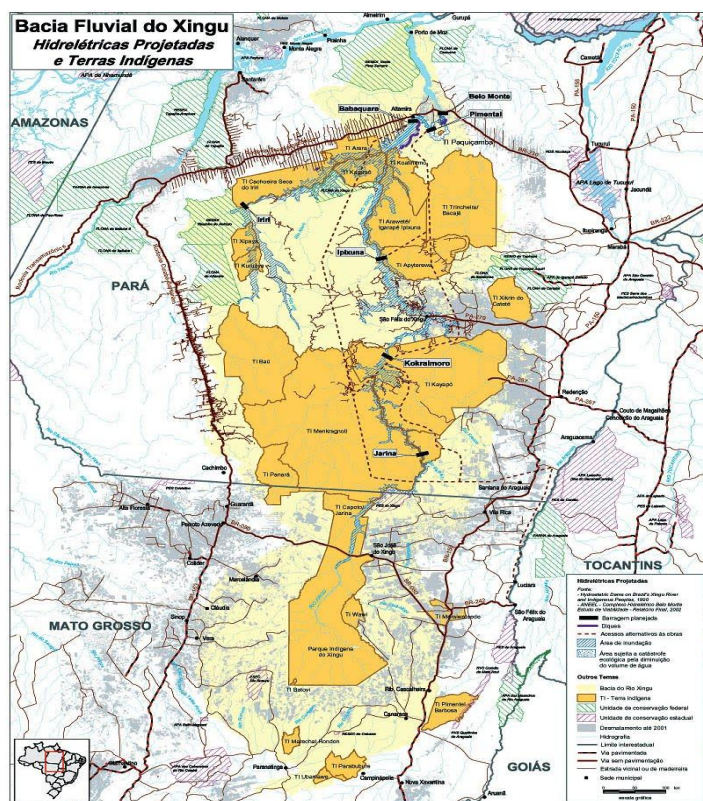


Figura 14 – Hidrelétricas vislumbradas pelo projeto Kararaô e Terras indígenas

Fonte: SEVÁ FILHO, 2005.



Figura 15: Primeiro encontro dos povos indígenas do Xingu, 1989

Fonte: ISA, s.d.(b)

Além da mobilização indígena contra a hidrelétrica Kararaô, outros fatores foram importantes para que o projeto não fosse levado adiante. A partir da década de 1970 o movimento indígena ganha força e se concretiza tanto nacional quanto internacionalmente com a Constituição Brasileira de 1988 e a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Outro fator importante está no contexto político e econômico em que se discute pela primeira vez a possibilidade de se fazer o aproveitamento hidrelétrico do rio Xingu. Por ser um projeto do período da ditadura, Kararaô é associado aos outros projetos desenvolvimentistas do período, especificamente os das hidrelétricas de Balbina e Tucuruí, ambas consideradas desastres ambientais, sendo Balbina responsável pela inundação de grande parte do território tradicional do povo Waimiri-Atroari, além da própria Transamazônica, que foi anteriormente discutida. O governo brasileiro também não dispunha de recursos internos suficientes para assumir os custos de tamanha obra sem a participação de capital privado. Com toda a mobilização contrária foi impossível para que o governo continuasse o projeto.

1.3.3 Belo Monte

A hidrelétrica de Belo Monte (Figura 16), reelaboração do projeto de Kararaô, é projetada com uma área alagada muito menor que a anterior, não por ser em si pequena, mas porque a anterior tinha proporções monumentais. Como solução optou-se por praticamente secar 100 km do rio Xingu em sua Volta Grande. Sua construção se iniciou recentemente. Em 2008 o Segundo Encontro dos Povos Indígenas do Xingu foi realizado em Altamira (ISA, s.d. (b)).

Assim, o projeto escapa das críticas anteriores, já que agora não desloca nenhuma população que se localiza em terras indígenas. No entanto, Belo Monte causa um enorme impacto para os povos da área da seca, Juruna e Arara da Volta Grande do Xingu. Outras duas populações indígenas estão na área de maior impacto: são elas Juruna do km 17, ainda não demarcada como terra indígena, e Xikrin, já que o rio Bacajá deságua exatamente na seca, sendo até o momento os impactos não determinados por estudos junto a essa população indígena.

madeira ou pelo agronegócio, fatos que por si só demandariam diversas ações do governo para garantir sua proteção - embora o governo traga novas pressões (ISA, s.d).

Vemos assim que Altamira tem uma importância simbólica de avanço desenvolvimentista como fronteira a ser conquistada. Foi o local escolhido como ponto inicial da construção da Transamazônica e agora da maior e mais importante obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Belo Monte, bem como de resistência a essa maneira de ocupação da Amazônia.

1.3.4 A chegada da antropologia moderna, ONGs e Estado

Diferentemente dos momentos anteriores em que não houve uma produção extensa sobre os povos indígenas da região, esse período contou com uma produção maciça sob diversas perspectivas. Podemos agrupá-las segundo seus produtores: antropólogos, organizações não-governamentais que apoiam a causa indígena e Estado.

O conhecimento produzido pelos antropólogos (Müller, 1987, 1990; Viveiros de Castro, 1986, 1992; Magalhães, 1994; Teixeira-Pinto, 1989; Fausto, 2001. Patrício, 2000; Saraiva, 2005) busca compreender e narrar os processos e fenômenos sociais pela perspectiva indígena. Por exemplo, segundo Viveiros de Castro (1992), o consumo e a solicitação de objetos dos brancos faz parte de uma troca simbólica diz respeito a uma lógica própria indígena, Araweté, processo que seria visto como descaracterização da cultura em momentos anteriores. Além disso, a dita atração e pacificação dos indígenas por parte do Estado brasileiro foi compreendida no caso Araweté exatamente como o inverso: a pacificação dos brancos por eles. Cabe ressaltar ainda que a produção dos antropólogos sobre os indígenas no Médio Xingu tem grande destaque, ultrapassando as fronteiras da produção nacional em antropologia, reverberando na organização da disciplina como um todo num plano internacional.

As principais organizações não governamentais que defendem os direitos indígenas na região - Centro Ecumênico de Documentação (CEDI), Instituto Sócio Ambiental (ISA), Centro Indigenista Nacional (CIMI), Comissão pró-índio de São Paulo - têm uma produção vinculada

fortemente a denúncias das condições indígenas, focando a violência sofrida por esses povos e demandando políticas de Estado. A produção está organizada em publicações temáticas, reportagens e acompanhamento da situação pela mídia.

O Estado atua na direção de gerenciar o contato através das frentes de atração e pacificação, deslocamento da população e delimitação de terras indígenas. Essas atuações são acompanhadas por uma vasta produção sobre as populações, como fontes de dados sobre os grupos (recenseamentos, saúde), e também pela construção de relatórios, por exemplo, de delimitação e identificação de terras indígenas e de impacto ambiental para as obras que pretende realizar.

Destaca-se que a produção de antropólogos ocorre tanto de maneira independente, em pesquisas próprias, resultando em dissertações de mestrado ou teses de doutorado, quanto atuando junto a organizações não-governamentais e Estado, escrevendo relatórios e sugerindo políticas.

Capítulo 2 - Dinâmicas da descrição | uma análise do caso xipaya

Como visto no capítulo anterior, os contextos de relação dos povos indígenas no Médio Xingu e as suas descrições dos mesmos reverberam na própria concepção que se tem sobre essas populações enquanto etnicamente distintas. Pretende-se chamar atenção para o fato de que a produção de dados está em diálogo com a descrição e narrativa existente sobre elas. Acompanhando os principais movimentos de descrição da população indígena no Médio Xingu, vê-se como o povo xipaya é retratado na bibliografia e como se dá a produção de dados sobre ele.

2.1 Dados como matéria de disputa: Fontes com e sem controle social xipaya

O povo xipaya, assim como os outros povos de maior história de contato, foi descrito como extinto por meio de um intrincado processo que envolve duas dinâmicas: a das relações travadas entre os Xipaya, outros grupos indígenas e não-indígenas e a das descrições delas, sendo que ambas associam-se à produção de dados sobre ele. No caso xipaya atinge-se um ponto extremo, pois à medida que o grupo é descrito como extinto este não pode ser estudado como uma população indígena etnicamente distinta. Desse modo, a descrição desliza para a produção de dados e seu estudo e análise se torna essencial para a compreensão do tipo de dado que é obtido e construído sobre a população xipaya ao longo do tempo.

Ainda considerando as descrições do povo xipaya, deve-se ter em mente uma importante clivagem na maneira de se pensar sobre povos indígenas ao longo do desenvolvimento da antropologia. Nas narrativas que propuseram o processo de desaparecimento xipaya até a década de 1950, momento em que os Xipaya são declarados como extintos (Ribeiro, 1957:15/16 apud Magalhães, 2008), observa-se que as mudanças pelas quais os povos indígenas no Médio Xingu passam são percebidas e descritas como perda cultural, provocando a descaracterização de um grupo étnico. Pretende-se mostrar que não é propriamente a maneira como se deu o contato entre os Xipaya e não-indígenas que fez com que eles fossem percebidos como extintos, mas sim

o tipo de descrição e análise dos processos históricos, vinculadas a definições sobre o que caracteriza uma população indígena. Nesse sentido, aponta-se para uma análise da descrição enquanto dinâmica, sendo considerada como um processo amplo que envolve diversos atores e aspectos históricos, presentes para além do contexto local. Como visto, enquanto para a antropologia contemporânea eventos drásticos de redução populacional e migrações forçadas podem ser compreendidos a partir da lógica indígena, para os etnólogos do começo do século XX esse movimento não ocorre. Claro está que o rigor científico de descrição se encontra presente em todos os momentos; o que muda são as conclusões sobre o que é uma população indígena passível de ser compreendida integralmente como tal e, portanto possível de ser vista demograficamente.

Outro aspecto essencial ligado ao estudo demográfico é a participação indígena por meio da incorporação das suas próprias narrativas como elemento crucial para da sua descrição. Assim, o movimento de reconhecimento da existência dos povos indígenas está ligado a uma iniciativa desses próprios povos no sentido da busca de seu reconhecimento por parte do Estado, mediados por atores locais, que no caso xipaya ocorre com uma importante atuação do CIMI. Entende-se aqui a mediação conforme proposto por José Maurício Arruti (1998,1999) e Paula Montero (2012a). Supõe-se que com a incorporação de perspectivas indígenas, essas também são agregadas à produção de dados.

A produção de dados de uma determinada população pode ser dividida em três partes – concepção, execução e recepção. A primeira diz respeito ao dado que se pretende obter e o desenho das questões que serão realizadas; a segunda está relacionada com a coleta dos dados, que inclui tanto entrevistadores (tradutores das repostas obtidas), e entrevistados, que fornecem sua percepção particular sobre o que se está perguntando através de uma resposta segundo o entendimento local; por fim há a recepção, organização e utilização dos dados pelos formuladores dos questionários (Randall, Coast e Leone, 2011). Neste último também se inclui a recepção dos dados pelos próprios povos indígenas, pelas organizações não governamentais, pela sociedade civil e pesquisadores externos às agências que elaboram as estatísticas. Dessa maneira, percebe-se na produção de dados a forma como os questionários são elaborados (ou seu desenho final), a existência de uma expectativa sobre que tipo de informações se pretende obter, que acabam por determinar as questões que serão feitas. No entanto, apesar dessa expectativa sobre

as respostas, elas não são controladas durante a execução da pesquisa, dependendo da recepção das perguntas (do seu entendimento) pela população estudada. Por fim, há a recepção dos dados, sua organização na forma de bancos de dados e sua análise por demógrafos e outros profissionais da área, assim como a forma como as populações locais os interpretam.

Esta dissertação alcança dois níveis de análise da produção dos dados: o primeiro, sua concepção, e o último sua recepção, que analisa os dados obtidos em diversos períodos. Para abordar o primeiro nível, discute-se a produção dos dados em relação às populações indígenas no Médio Xingu, colocando a população xipaya em contexto. Essa análise é possibilitada a partir do acúmulo realizado no Capítulo 1, que auxilia na compreensão de como ocorre a produção de dados, através dos processos históricos vivenciados pelos povos da região. No entanto, a forma como estes dados são pensados pelas populações locais, não é alcançada, pois exigiria um estudo etnográfico com a população em específico. Por fim, analisa-se como os dados são recebidos, particularmente nos processos da suposta extinção e da etnogênese da população indígena do Médio Xingu.

Com essas distinções em mente, algumas considerações devem ser feitas sobre o estudo demográfico das populações indígenas no Brasil e da população xipaya em específico. Os aspectos gerais dizem respeito ao contexto dos estudos demográficos das populações indígenas no Brasil e os específicos estão relacionados ao processo histórico pelo qual os povos no Médio Xingu passaram e passam.

A análise demográfica de populações que vivem na região Norte do Brasil, não apenas as indígenas, apresenta dificuldades quanto à qualidade dos dados e cobertura das pesquisas e registros vitais. Além disso, é preciso levar em conta que se trata aqui do estudo de populações indígenas. De pequeno volume populacional, elas trazem desafios metodológicos, já que os métodos utilizados na demografia estão centrados e foram desenvolvidos para a análise de grandes populações. Dessa maneira, esforços específicos são feitos para ultrapassar essa questão e possibilitar a etapa da análise. Reafirma-se, portanto, a importância do estudo da demografia ou do componente demográfico de sociedades indígenas, não apenas como o estudo dos componentes da disciplina demografia (natalidade/fecundidade, mortalidade e migração) isoladamente, mas também como um dos possíveis aspectos a serem estudados de uma população.

Ao mesmo tempo as políticas públicas para uma parcela da população que se encontra no território de determinado Estado devem ser levadas em conta, já que influenciam diretamente no tipo de informação disponível sobre esta. No entanto, é importante ressaltar que não se entende o Estado como articulador de uma via única de pensamento, ou seja, não existe um único “pensamento estatal”, mas sim de políticas públicas variadas e muitas vezes contraditórias (Hall e Branford, 2012). Dada a essa complexidade da análise das políticas estatais, serão tratadas apenas as fontes de dados que cristalizam essas políticas, mesmo que em um determinado momento, como, por exemplo, a presença da categoria indígena nos Censos brasileiros que nos mostra como as populações indígenas foram pensadas pelo Estado.

De maneira geral, dados sobre populações indígenas no Brasil, quando existem, têm menor qualidade. No país apenas populações indígenas que fazem parte de algum programa, como o Projeto Xingu realizado pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), contam com uma série de dados confiáveis coletados anualmente. A situação dos povos do Parque Indígena do Xingu é, portanto, uma exceção entre os povos indígenas no Brasil.

A população indígena no Médio Xingu como um todo não possui uma série de dados histórica e de qualidade (Pagliaro, Azevedo, e Ventura, 2005). Para além dessas questões, as populações de maior história de contato e que hoje passam por processos de reconhecimento carregam em si mesmas as especificidades quanto aos dados, já que por certo período não foram reconhecidas enquanto indígenas. Já as populações de contato da década de 1970 têm uma série mais longa de dados coletados pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Dessa maneira, para o estudo demográfico das populações indígenas do Médio Xingu realizam-se metodologicamente dois movimentos distintos. Primeiramente apresenta-se uma reconstituição histórica dessa população através de um estudo bibliográfico, que tratará especificamente de fontes até os anos 1970, o que permite uma análise dos dados apenas das populações de longa história de contato. Aproximando-se temporalmente dos povos estudados, a partir da década de 1970 realiza-se além de um estudo a partir da bibliografia, uma análise das fontes demográficas disponíveis, que incluem os censos demográficos nacionais, particularmente os de 1991, 2000 e 2010, e os dados disponíveis da FUNASA e FUNAI.

É apenas a partir desse segundo período que temos informações para os povos de contato mais recente. Percebemos também como para eles, por não haver em nenhum momento um questionamento sobre sua identidade indígena, as políticas públicas os alcançam, assim como a produção de dados. Observam-se através dos dados as consequências da política de “atração e pacificação” desses povos, que reduz drasticamente sua população, e posteriormente sua recuperação demográfica. Quanto a essa parcela da população indígena, utilizam-se os dados da FUNASA e FUNAI centralizados e disponibilizados nas publicações do Instituto Socioambiental (ISA). Os dados dos censos de 1991 e 2000 podem ser calculados por população indígena rural e urbana nos municípios em que as terras indígenas estão localizadas. Para 2010 existe a possibilidade de calcular a população indígena por Terra Indígena em virtude do trabalho de geoprocessamento feito pelo IBGE, que sobrepôs as Terras Indígenas aos setores censitários.

Para as populações de contato mais antigo e que passam por processos de etnogênese, dentre elas a Xipaya, a existência ou ausência dos dados fornecem mais uma possibilidade analítica. Além dessa percepção mais geral, veremos também como a produção desses dados é matéria de disputa na dinâmica do reconhecimento desses povos por parte do Estado. Buscando uma chave para compreensão de como essa disputa pelo reconhecimento e visibilidade se dá, utilizam-se também dados produzidos localmente, que fornecem uma dimensão de controle social de quem se percebe e é percebido enquanto indígena, seja Arara da Volta Grande do Xingu, Juruna, Kuruaya ou Xipaya. Essa possibilidade existe, mas de maneira mais dispersa quanto à produção de dados estatais, nominalmente dos Censos nacionais, já que a declaração de pertencimento a uma etnia ocorre de maneira particular, entre recenseador e recenseado, ainda que exista uma lógica e processo gerais que informem essa declaração. O controle social das fontes de dados ocorre a partir da formulação de listas, como as produzidas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e pela Associação de Indígenas Moradores de Altamira (AIMA), e pelos estudos de viabilidade técnica e econômica do Aproveitamento¹³ Hidrelétrico de Kararaô em um primeiro momento e, posteriormente e de maneira mais significativa, de Belo Monte. Esse controle se dá pela metodologia utilizada (“Bola de Neve”) e na presença da população

¹³ A diferença em nomeação entre Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) e Usina Hidrelétrica (UHE) se dá a partir do momento em que a obra é aprovada para construção.

indígena enquanto parte do processo de produção de dados, incluída tanto como parte da metodologia quanto no papel de entrevistadores (Corbisier e Serpa, 2010).

Como visto, essas populações vivem em três locais distintos: na cidade de Altamira, nas terras indígenas e em comunidades ao longo do rio Xingu, mais especificamente em sua Volta Grande. O reconhecimento desses povos pelo Estado ainda está em curso, o faz com que aos poucos o Estado tenha de adaptar suas políticas públicas para atender igualmente todos os grupos, independente de onde vivem. Assim, quanto aos censos nacionais, utilizam-se especificamente para a análise do processo de etnogênese os dados dos anos 2000 e 2010, para a cidade de Altamira, pois em 1991 houve um desmembramento de Altamira, formando o município de Vitória do Xingu. Para o censo 2000 a análise é feita através dos dados da amostra (maneira como o dado foi coletado) e para 2010 utilizam-se os dados do universo, ou seja, dados do questionário respondido por toda população brasileira. Incluem-se também os dados censitários para as terras indígenas pertencentes a esses povos, assim como os dados da FUNASA, indicando o ano em que começam a ser produzidos.

Através desse exercício, acredita-se que será possível demonstrar como se percebe demograficamente o fenômeno de etnogênese, mas a explicação só se torna possível recorrendo à antropologia, que auxilia a compreender os processos presentes na população. Assim, através de uma análise que busca incorporar elementos da antropologia e da história de ocupação do Médio Xingu, em geral, e da formação da cidade de Altamira, em particular, pretende-se aproximar de uma explicação da dinâmica populacional indígena.

2.2 O suposto desaparecimento dos xipaya como um povo: a produção antropológica e linguística até 1970

O povo xipaya, pertencente à família linguística Juruna, do tronco tupi, tem sua população distribuída hoje em três localidades do Pará: parte desta se encontra em bairros da área urbana de Altamira, sendo que o maior número está nos bairros Jardim Independente I e II, desmembramentos do antigo bairro São Sebastião; outra parte está na Volta Grande do Xingu; por fim, outra parte da população habita a Terra Indígena Xipaya, no rio Iriri, que se encontra na

Terra do Meio (Patrício, 2000). Esse povo divide com os demais grupos de contato do século XX o mesmo histórico de ocupação do Médio Xingu, marcado pela relação que eles travam entre si e com o avanço da expansão não indígena para a região. Traça-se aqui um breve panorama de como esse processo ocorreu, sendo essas relações objeto de descrição que tem como efeito a percepção por parte de pesquisadores do seu desaparecimento enquanto grupo indígena.

De acordo com Nimuendaju (1948), o povo xipaya é o povo mais próximo dos juruna, sendo em muitos aspectos físicos, culturais e linguísticos indistinguíveis. Assim, de acordo com Cristina Fargetti e Carmem Rodrigues (2008), Juruna e Xipaya formavam no passado um mesmo grupo que se dividiu. Quando dos primeiros relatos sobre os Xipaya e Juruna, essa divisão já havia acontecido, sendo que esses grupos se encontravam em situação de conflito, com momentos alternados de paz e guerra não só entre eles como entre outros grupos indígenas na região.

Os Xipaya são mencionados pela primeira vez em 1750 pelo padre Roque Hundertpfund em sua viagem de pregação pelos rios Xingu e Iriri (Nimuendaju, 1948). A partir daí e pelas dificuldades de fixação de uma missão no Médio Xingu, existem poucos relatos sobre eles, até aproximadamente a segunda metade do século XIX, quando a missão Imperatriz é criada pelo padre Torquato. A única descrição que encontramos durante esse período foi feita pelo padre João Daniel, mencionada por Nimuendaju (1948) e Oliveira (1970), que diz da hostilidade xipaya, sua crueldade e canibalismo (Nimuendaju, 1948: 235).

Com o estabelecimento da missão, há uma produção de documentos e relatórios por parte de administradores locais, sejam eles missionários ou políticos. A descrição do povo xipaya nesse período é basicamente de comparação em relação ao povo juruna. O relato mais completo, apesar de pequeno, é o de Brusque (1863: 17), governador do Pará. Nele, o autor descreve os Xipaya como um pequeno grupo (60 pessoas), que habitava quatro barracas em ilhas no Iriri e que obedeciam a um indivíduo, *Uacúmé*, que ocuparia lugar de liderança no grupo. Sobre os costumes, os Xipaya teriam os mesmos Juruna, descritos no mesmo texto de maneira negativa, sendo povos muito parecidos quanto às “qualidades morais”, mas “mais indolentes e disformes”, termos empregados pelo autor. Adalberto da Prússia em sua expedição de 1842 ao Xingu relata a situação de conflito vivida nesse período com os Juruna (Oliveira, 1970), mas não encontra os

Xipaya. Karl von den Steinen que, passa pela região em 1884, não faz nenhuma menção ao povo xipaya.

É interessante traçar um paralelo sobre os Juruna. Esse povo enfrentou e expulsou jesuítas e não-indígenas da região do baixo Xingu até recuarem, vivendo acima da Volta Grande, próximos da região em que onde hoje se localiza Altamira. É nessa mesma região que os jesuítas, por volta de 1750, estabeleceram a missão Tavaquara, sendo expulsos pelos indígenas, “insatisfeitos com sua rigidez” (Nimuendaju, 1948:218). Segundo Nimuendaju (1948), não há nenhuma informação sobre populações indígenas acima da Volta Grande pelos próximos 150 anos, protegidos também por sua reputação de serem ferozes canibais, entre eles os Xipaya. Em 1841 Torquato Antonio de Souza faz uma tentativa de reestabelecer a missão Tavaquara, empreendimento logo abandonado. Um fato interessante narrado por Nimuendaju (1948) dá conta de que até 1831 os Juruna eram um povo temido no baixo Xingu, situação que em apenas 12 anos muda completamente. Quando o príncipe Adalberto da Prússia visita a região, os Juruna são descritos como completamente domesticados/domados (“tamed”). O registro dessa mudança radical de percepção é revelador do que mais tarde acontecerá com os Xipaya.

Ao contrário do povo juruna, os Xipaya permanecem até 1880 sem contato com o “mundo civilizado” (Nimuendaju, 1948:219), havendo apenas o relato anterior, já mencionado, do Padre Roque Hundertpfund. Não há, portanto, uma descrição ou textos de maior densidade sobre os Xipaya durante esse primeiro momento de ocupação da região acima da Volta Grande. Apenas Hundertpfund teve contato direto com eles, ao menos quanto ao registro textual do período. Os outros relatos na bibliografia são secundários, dados colhidos na região por outros indígenas, como os Juruna, e por comerciantes que ali se estabeleciam (Coudreau, 1977[1896]).

Segundo Nimuendaju (1948: 235), é por volta de 1885 que o povo xipaya passa a ter contato com os ‘neobrasileiros’, coincidindo com o primeiro ciclo da borracha. Henri Coudreau (1977[1896]:38), em sua viagem de 1896, é o primeiro pesquisador a trazer informações mais detalhadas sobre os Xipaya, apesar de não os encontrar. De acordo com o autor, os Xipaya são indígenas do rio Iriri, sendo que parte da população estava “misturada” com a “população civilizada do rio” e parte mantinha “sua vida primitiva indígena, conquanto sejam manos e já relativamente civilizados”. Coudreau é, assim, o primeiro a descrever a relação dos Xipaya com a população regional. De acordo com Oliveira (1970:24), é no mapa elaborado por Coudreau

nessa viagem que aparece uma maloca xipaya e juruna juntas na Volta Grande, apontando para um processo de construção de alianças entre os povos indígenas no Médio Xingu (Arara, Juruna, Kuruaya e Xipaya).

Dessa forma, é com a chegada da frente seringalista ao Médio Xingu que a população Xipaya entra em contato com não-indígenas de maneira cotidiana. Durante o período de extração e comercialização da borracha no Brasil, caracterizado por dois ciclos principais (de 1879 a 1912 e de 1942 a 1945), existiram diversas frentes de ocupação do território amazônico. Essa ocupação era feita por donos de seringais que determinavam a forma como a área seria explorada, envolvendo a população local e migrante, indígena e não-indígena. A população xipaya teve participação importante em ambos os períodos.

Nos dois momentos há um processo de migração compulsória¹⁴ da população xipaya, que deveria viver em locais determinados pelo dono do seringal. Além disso, havia uma grande pressão por parte dos grupos indígenas Kayapó e Munduruku, que migravam em direção à área do rio Iriri, o que direcionava os Xipaya para o território da antiga missão Tavaquara, intensificando a relação da população xipaya com a frente seringalista.

A primeira pesquisadora a tratar dos Xipaya após tê-los encontrado é Emilia Snethlage (1913,1921). Sobre a viagem que realiza para o Médio Xingu em 1909, a autora descreve a situação dos Xipaya em meio ao auge da exploração da borracha na região em dois textos: *A travessia entre o Xingu e o Tapajoz (1913)* e *Die Indianerstaemme am mittleren Xingú. Im besonderen die Chipaya und Curuaya (1921)*. Esses indígenas se encontravam realizando trocas com os colonos brasileiros e também estavam a serviço do coronel Ernesto Accioly nos seringais. Sob aspectos mais gerais, Snethlage descreve os Xipaya como “valentes” e “amigos dos civilizados em quanto estes últimos não os offendem” (1913:60).

¹⁴ Migração compulsória é o processo pelo qual indivíduos ou grupos de indivíduos são obrigados a se deslocarem de seu local de origem, onde se estabelecia seu modo de vida, sendo local de referência cultural, social, político e econômico. Neste caso entendemos este tipo de migração tanto as decorrentes de conflitos locais, entre grupos indígenas e sociedade regional, quanto as causadas por decisões estatais, em virtude, por exemplo, da construção de estradas e hidrelétricas..

Quanto à relação interétnica, embora a aliança com os Juruna siga por esse momento (Fergetti e Rodrigues, 2008), a relação privilegiada nos relatos é a entre Xipayas e Kuruayas. Manoelsinho Xipaya exerce um papel de destaque mediando as relações de trabalho entre os indígenas xipaya e kuruaya e o patrão do seringal (Snethlage, 1913). Manoelsinho (Figura 17), por ter morado algum tempo na cidade, era o único que falava e compreendia bem o português e adotava o corte de cabelo curto. Ainda de acordo com os relatos da primeira viagem de Emilia, os Xipaya como um todo estavam retirados da parte “civilizada” do rio (1913: 59), sendo que apenas alguns indivíduos “serviam como tripulantes no serviço das canoas”. Apenas o grupo “sob proteção de Manoelsinho está perdendo pouco a pouco os costumes e antes de tudo a língua originaes.” (Snethlage, 1913:60). Todos os Kuruaya desse grupo falavam a língua xipaya. Para além dessas relações de aliança, havia também um conflito entre esses grupos e indígenas conhecidos na região como Carajás e Kayapós.



Figura 17: Manoelsinho Xipaya a frente e indígenas xipaya e kuruaya atrás.

Fonte: SNETHLAGE, Emilia, 1913

Em seu segundo texto, que trata apenas dos indígenas no Médio Xingu, Snethlage (1921) acrescenta informações sobre a mudanças ocorridas. Para a autora, nesse segundo momento

apenas um grupo xipaya permanece com costumes indígenas, mas ela interpreta essa questão como uma disputa interna xipaya e não como algo que pudesse realmente ser caracterizado enquanto puramente indígena (Snethlage, 1921). Nimuendaju (1948) realiza uma expedição para a região por volta de dez anos depois (entre 1916 a 1919) e descreve as mesmas questões que Snethlage, apontando, no entanto, um menor número de indígenas xipaya, fato que ele interpreta como um erro de cálculo da autora (Nimuendaju, 1948) e não como concepções distintas quanto ao ser indígena. Além disso, ele escolhe tratar em seu texto sobre a mitologia e língua xipaya, vistos como fragmentos, que, portanto, não corresponderiam mais a uma totalidade.

Mariza Corrêa (2003), ao escrever sobre as diferenças na descrição do povo xipaya entre esses dois autores, menciona a hipótese de que, em virtude da formação inicial de Snethlage como ornitóloga, ela não estaria interessada somente em descrever aspectos dos costumes ou tradições indígenas, diferentemente de Nimuendaju. É importante destacar que Nimuendaju, além de um grande estudo comparativo sobre os povos indígenas no Médio Xingu (1948), também coletou vocabulários Xipaya e Kuruaya.

Observando em detalhe o mapa etnohistórico de Curt Nimuendajú (Figura 18), percebe-se como a população se encontrava dispersa por todo rio Iriri e que a migração desse grupo ocorria do rio Iriri em direção ao rio Xingu. É importante notar assim como a região era conhecida e ocupada pelos Xipaya, havendo uma circulação por toda a área onde hoje é o município de Altamira.

Altamira e Rio Xingu

Detalhe do Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes elaborado pelo IBGE (1981) com base no mapa de Curt Nimuendajú (1944)

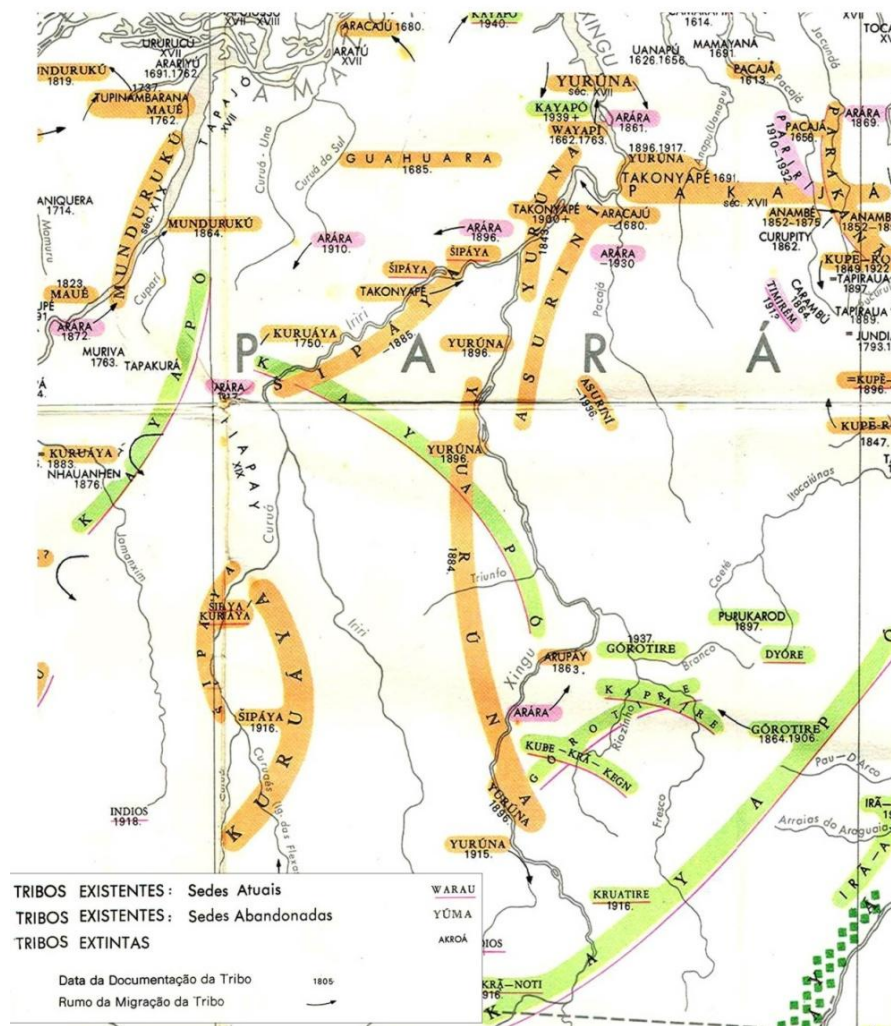


Figura 18: Detalhe do Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendajú

Fonte: IBGE, 1981

Já no contexto do segundo ciclo da borracha, a estratégia do Governo Federal para ocupação da área e extração da borracha foi a de alistamento de milhares de nordestinos para trabalharem na Amazônia. Assim como no primeiro ciclo da borracha, os Xipaya se envolveram na empresa seringalista, sendo que essa dinâmica permaneceu e se adensou no momento posterior. Dessa maneira, os casamentos entre membros do grupo xipaya e nordestinos,

casamentos entre Xipaya e Kuruaya e a dispersão do grupo fizeram com que o Estado e a sociedade nacional deixassem de perceber a população xipaya como grupo (Patrícia, 2000).

Esse adensamento das relações e processos descritos por Snethlage e Nimuendaju faz com que o povo xipaya seja compreendido como extinto por estar completamente integrado à sociedade regional (Magalhães, 2008; Malcher, 1964). As fontes que tratam dos xipaya após a produção de Nimuendaju versam ou sobre a mitologia e língua xipaya (também considerada extinta), baseados no trabalho de Nimuendaju (Baldus, 1954), ou sobre sua integração com a sociedade regional (Malcher, 1964). Para o Estado brasileiro, os Xipaya e os Kuruaya estavam praticamente extintos e os remanescentes viviam nos seringas dos rios Iriri e Curuá.

É preciso entender que os processos que ocorriam na área do rio Iriri, onde fica a Terra Indígena Xipaya, não estavam desvinculados dos processos que ocorriam no local onde mais tarde se formaria a cidade de Altamira (Patrício, 2000). Por esse motivo, trata-se a seguir da constituição da cidade de Altamira e da ida de indígenas xipaya para lá.

Com a chegada da frente seringalista, foi preciso estabelecer um entreposto comercial para a borracha que era produzida no interior, especialmente nos rios Xingu e Iriri. Dessa forma, já em 1868 a estrada entre baixo e médio curso do rio Xingu foi melhorada ligando o baixo Xingu ao Médio Xingu para garantir maior rapidez e segurança na retirada de produtos extrativistas. Essa rota foi se transformando em estrada e em 1880 o traçado passa por uma alteração e seu ponto inicial é definido nas proximidades do Igarapé Ambé. Algumas famílias se instalaram ali, onde mais tarde se formou a vila de Altamira. A atividade econômica da região era baseada nos seringais e castanhais. Os indígenas que passaram a circular pela região se estabeleciam próximos ao igarapé Panelas, local da antiga aldeia-missão.

Em decorrência do declínio do comércio da borracha (do primeiro ciclo), outras atividades econômicas se tornaram importantes, como a comercialização de pele de onça, gato do mato e outros animais. No entanto, com a Segunda Guerra Mundial a extração da borracha volta a ser importante na região, período em que os “soldados da borracha” vão trabalhar nos seringais. Durante todo esse período a “população indígena incorporou-se pela prestação de serviços. Os homens serviam de pilotos de barcos, gateiros, extratores de castanha e do látex da seringa e do caucho, as mulheres como empregadas domésticas, lavadeiras, criadas de companhia, principalmente as mais jovens.” (Patrício, 2000). Com o crescimento da cidade às margens do Igarapé Ambé, logo a antiga área da missão Tavaquara foi incorporada, sendo essa a

área do bairro São Sebastião, onde moravam muitos indígenas xipaya. Outro bairro que tem presença significativa de famílias xipaya é o bairro Açaizal, formado a partir de invasões durante os anos de 1980, decorrentes de um processo de urbanização e especulação imobiliária que ocorreu em Altamira em virtude da abertura da Transamazônica nos anos 1970.

Os processos históricos descritos foram percebidos na bibliografia como fontes de perda de identidade indígena ou de integração e assimilação aos costumes regionais. Ressalta-se que essas dinâmicas locais são captadas pela bibliografia produzida localmente. Antes do período do ciclo da borracha e da ocupação definitiva do Médio Xingu, eram considerados ferozes canibais, se enquadrando na imagem ideal de indígena selvagem.

A construção - ou desconstrução do povo xipaya enquanto grupo indígena - é percebida através dos usos de categorias que denotam um progresso linear, entendido no viés positivista, em direção à integração com a sociedade regional e nacional. Assim, de índio selvagem, passa-se para os usos de índio manso, índio civilizado e, por fim, não-índio ou ex-índio (apontando sua ascendência pelo nome – xipaya). Nesse último ponto a categoria não é mais utilizada, pois a população, vista como misturada, teria e o indígena é apenas mais um componente dela, não mais se estabelecendo como categoria étnica específica. Sua extinção surge na bibliografia enquanto descrição da perda de identidade étnica do grupo, presente, por exemplo e de acordo com a bibliografia citada, no texto de apresentação da obra “Fragmentos de Religião e Tradição dos Índios Sipáia”, no seguinte trecho: “Atualmente, os Sipáia não são mais registrados como grupo tribal, embora existam várias famílias Sipáia na área do Iriri-Curuá e nas cercanias da cidade de Altamira” (Viveiros de Castro e Emmerich, 1981).

2.3 Os xipaya no contexto dos anos 1970 e da história recente

Como dito anteriormente, a construção da Transamazônica na década de 1970 afeta todas as populações indígenas do Médio Xingu em diversos níveis e com consequências distintas. As populações que moravam na cidade de Altamira, especificamente às margens do Igarapé Pannels, sofreram com a pressão imobiliária e parte se deslocou para bairros do centro, próximo ao Igarapé Altamira. Conflitos surgiram e, no caso xipaya, foram catalisadores de retorno à área do rio Iriri. É nesse período e em consequência da colonização da região proposta pelo Estado, que possui a Transamazônica como importante marco, que diversos grupos indígenas (Araweté,

Arara, Assurini, Parakanã, Kararaô e Xikrin) passam a ter relações mais próximas com a sociedade nacional e a ter maior atenção do Estado.

É nesse período de urgência de atração e pacificação de diversos grupos indígenas e de demarcação de Terras Indígenas, em virtude da construção da Transamazônica e dos estudos para a construção de Kararaô, que os Xipaya começam a ser novamente descritos como indígenas, especificamente nos estudos realizados por antropólogos (Andrade, 1988; Brasil, 1992). Um interessante retrato desse momento é o fato de que entre 1985 e 1986 uma das frentes de atração supõe que um grupo de indígenas isolados seria Xipaya, algo improvável dada a história de contato, mais tarde constatou-se ser um grupo Arara (CEDI, s.d.(b)).

É, portanto, no contexto da primeira tentativa de barragem do rio Xingu que o padre Ângelo Pansa, vinculado ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI), elabora um relatório chamando atenção à situação de violência vivida pelas populações indígenas na região, ainda que se tratasse de uma denúncia contra empresas mineradoras (Patrício, 2000; FUNAI, 2002), é um fato relevante por ter retomado a documentação da população xipaya. É importante notar que durante algum tempo, dos anos de 1980 até meados da década de 1990, algumas fontes fazem referência a um só povo, que seria Xipaya Kuruaya. É apenas depois do começo dos estudos para a delimitação da Terra Indígena Xipaya que o povo começa a ser tratado de maneira distinta.

Quanto à população xipaya, é na década de 1970 que se inicia um movimento, centrado na figura e na família de Tereza Xipaia de Carvalho, de reunificação do grupo e luta pela conquista de seu antigo território. Os Xipaya de Carvalho (FUNAI, 2002, 2004) deixam a cidade de Altamira e passam por diversos locais (todos na região do Médio Xingu), até o momento em que passam a residir em uma Terra Indígena Kayapó mais ao sul do Pará. Os relatos (FUNAI, 2002, Patrício, 2000) dão conta que um funcionário da FUNAI informou a estes Xipaya que havia uma Terra Indígena a eles reservada próxima ao rio Iriri (Prezia, 2001, 2002). Em 1993 eles seguem para o rio Iriri. No entanto, a referida Terra Indígena era a Curuá, supostamente de ocupação de indígenas Xipaya e Kuruaya, o que não foi apontado pelos estudos. Os Xipaya de Carvalho passam a habitar essa Terra e em 1995 houve a primeira solicitação na FUNAI pela declaração da Terra Indígena Xipaya, relatando-se conflitos entre Xipaya e Kuruaya e a necessidade de uma Terra própria, sendo que essa primeira tentativa de reivindicação de demarcação da Terra Indígena Xipaya se realizou com apoio do Conselho Indigenista Missionário. Apenas em 1999 há um novo pedido de demarcação de território xipaya. A Terra

Indígena foi declarada em dezembro de 2006, sendo que o grupo se divide entre as aldeias Tukamã e Tukayá, e três pequenas comunidades dentro da TI, sendo elas, Nova Olinda, Remanso e São Geraldo (Patrício, 2003). É importante observar que em 2004 realiza-se um relatório complementar (FUNAI, 2004) ao já existente processo da Terra Indígena Xipaya para a diminuição de seus limites. Esse pedido, efetuado pelos próprios indígenas, relata conflito entre os Xipaya da Terra Indígena e os Xipaya de Nova Olinda. Por decisão compartilhada, a comunidade Nova Olinda fica de fora da Terra Indígena, o que permite entrever disputas internas quanto à categoria indígena, revelando que a descrição de identidade indígena produzida fora do grupo também é manejada no interior do povo, o que complexifica a questão.

Ressalta-se que com a criação da Terra Indígena não há uma mudança de todo o grupo para aquela localidade, mas sim uma continuação da multilocalidade. Assim, uma constante migração que ocorria durante o ciclo da borracha entre áreas produtoras e de comercialização persiste até os dias de hoje, mas por motivos diferentes: em um primeiro momento muitos indígenas trabalhavam nos seringais na Terra do Meio, ao passo que hoje a migração decorre do estabelecimento de uma Terra Indígena nessa área, fato que deve ser estudado de forma mais profunda, para que se compreendam os processos decisórios de lá viver.

Por fim, algumas famílias xipaya moram em comunidades na Volta Grande do Xingu, que recentemente entraram com um processo para reconhecimento e demarcação da Terra Indígena Xipaya da Volta Grande do Xingu.

Outro grande projeto desenvolvimentista que se mostra mais importante para compreender o processo de etnogênese da população xipaya, também atingindo as populações acima mencionadas, é a usina hidrelétrica de Belo Monte.

O reconhecimento da existência da população xipaya, que tem início na década de 1980, se intensifica com a nova apresentação do projeto, agora como Belo Monte. Durante o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) foi levantada a necessidade de se fazer um estudo pormenorizado dos indígenas citadinos de Altamira e ribeirinhos da Volta Grande do Xingu. Esses estudos incorporavam os Xipaya e através dele tornou-se clara a necessidade de inclusão na pesquisa a área do rio Iriri. Assim, a Terra Indígena Xipaya foi incorporada às Terras Indígenas afetadas por pela UHE Belo Monte. Esses estudos, que visavam apenas determinar a população indígena que seria afetada pelo projeto, acabaram por mostrar a multilocalidade e relações existentes entre

os diversos grupos xipaya, se tornando, paradoxalmente, um fator importante para o processo de reconhecimento do grupo xipaya.

Desta maneira, ainda que essas fontes carreguem uma concepção das populações afetadas como objetos, ainda assim é aqui que o povo xipaya consegue se colocar como sujeito. Assim, o povo xipaya reaparece como indígena enquanto população afetada por Kararaô (ELETRONORTE, 1988) e apenas posteriormente, no contexto de Belo Monte, sua trajetória e etnogênese são tratadas na bibliografia.

Ao longo desse período, diversos levantamentos foram realizados entre a população xipaya, com destaque para a produção do CIMI e da atuação do antropólogo Antônio Carlos Magalhães (2008). Os primeiros estudos que poderiam ser compreendidos como uma pesquisa independente sobre o povo xipaya foram os realizados por Carmem Rodrigues (Fargetti e Rodrigues, 2008) e por Marlinda Patrício (2000), sendo que esta estuda os Xipaya e Kuruaya no contexto de seu processo de etnogênese e aquela, a língua xipaya, que não está extinta. Atinge-se, portanto, o ponto que completa a dinâmica do reconhecimento do povo xipaya, em que ele é percebido e descrito como indígena tanto pelo governo quanto por pesquisadores das ciências humanas.

Buscou-se neste capítulo tratar de como o povo indígena foi descrito ao longo de sua história de contato com não-indígenas. Acredita-se que por meio da contextualização das dinâmicas de suposto desaparecimento e do posterior reconhecimento é possível relativizar a maneira como o povo xipaya foi descrito como não mais etnicamente organizado. Com essa discussão em mente, passa-se para o próximo capítulo para uma discussão das fontes de dados associadas a cada uma destas dinâmicas, considerando seu processo de produção para o qual se chamou atenção.

Capítulo 3 – População Médio Xingu e Xipaya | a narrativa histórica através dos dados

Este capítulo trata da reconstituição histórica dos dados existentes para as populações que hoje habitam o Médio Xingu. Essas fontes estão divididas seguindo a maneira pela qual os dados foram coletados, considerando, como explicitado no Capítulo 2, duas dimensões da produção de dados: sua concepção e execução. Dessa maneira, na primeira parte temos como fonte os censos brasileiros, cada qual com sua especificidade. Posteriormente os dados segundo exploradores, naturalistas e etnólogos que escreveram sobre os povos indígenas na região até a década de 1970 foram recolhidos e organizados segundo o Médio Xingu. Na terceira parte acompanha-se a produção pós década de 1970 realizada por organizações não-governamentais, por órgãos estatais de políticas indigenistas e por antropólogos com suas pesquisas independentes e em produções de relatórios para o Estado, seja para delimitação e demarcação de Terras Indígenas, seja para definição de impacto ambiental, condicionantes e ações mitigadoras para grandes projetos de infraestrutura. Por fim, aborda-se separadamente as fontes nas quais o povo xipaya tem papel central na pesquisa.

3.1 Reconstituição histórica a partir dos censos brasileiros

Para uma análise da população indígena com base nos censos demográficos nacionais é preciso levar em conta essencialmente dois fatores: a maneira como a população é contabilizada ou não no quesito específico sobre raça/cor e a localização geográfica dessas populações no momento do recenseamento.

É imprescindível, portanto, conhecer os locais onde a população indígena em estudo se encontrava no momento da realização de cada pesquisa. Os povos indígenas no Médio Xingu passaram, de maneira esquemática, por dois processos distintos de contato com a população não-indígena. É possível pensar, portanto, em dois grupos, não considerando os povos em isolamento voluntário, já que estes não foram oficialmente contatados. Tomando como ponto de partida essa divisão teríamos assim as populações que entraram em relação com a frente de expansão do ciclo da borracha, na virada do século XIX e XX e permaneceram nessa relação durante o século XX,

e os povos que passaram processo de atração e pacificação na metade do século XX, notadamente a partir da década de 1970. Para os povos do primeiro grupo é possível pensar em uma área de circulação por toda região do Médio Xingu, correspondente em muitos momentos à divisão administrativa do Município de Altamira. Além desta localização por toda área do Município, há na área urbana, sede municipal de Altamira, uma concentração de famílias indígenas. Já os povos indígenas do segundo grupo, contatados oficialmente a partir da década de 1970, provavelmente foram captados a partir do censo de 1991, como veremos adiante. Assim, para captar a população indígena da região como um todo é preciso ter em mente a formação dos municípios ao longo do tempo.

Retomando o processo de formação da cidade de Altamira, central para o povoamento e para a ocupação colonial da região do Médio Xingu, a sua tardia exploração, especialmente se comparada à região do baixo rio Xingu, deve-se à dificuldade de transpor a Volta Grande do rio Xingu (Nimuendaju, 1948; Coudreau, 1977[1896]) pelo rio, por ser um trecho encachoeirado. Até ser construído um acesso por terra a área ficou isolada e os povos indígenas que ali habitavam permaneceram fora do alcance de missões e da ação colonizadora, servindo também como área de recuo para os Juruna, insatisfeitos com a ação dos missionários (Nimuendaju, 1948).

Assim, apesar das tentativas de se estabelecer aldeamentos missionários na área, é apenas a partir da virada do século XIX que a localidade de Altamira ganha certo volume populacional e importância como centro comercial para a exploração da borracha. Até 1911 (Umbuzeiro, 1999), quando o município é criado, Altamira estava subordinada à municipalidade de Porto de Moz, localizada na região do baixo rio Xingu, sendo Souzel, hoje denominada Senador José Porfírio, a cidade mais próxima de Altamira. Alguns anos após a criação de Altamira o município passa a ocupar todo o Médio Xingu. É apenas em 1961 com a criação do município de São Félix do Xingu, que marca a mudança mais significativa em termos territoriais, que a região passa a ser constituída por vários municípios. A partir da década de 1970 mais municípios são criados e a área da Volta Grande do Xingu, que antes estava localizada integralmente no município de Altamira, se divide entre os municípios de Altamira, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu. Mesmo com essas divisões territoriais, Altamira continua hoje como o maior município em área

de extensão do mundo (Magalhães, 2008). Os mapas apresentados no primeiro capítulo facilitam a visualização desta evolução do município de Altamira.

Acompanhar as mudanças na cidade de Altamira também é essencial, pois a cidade é referência para todos os povos indígenas da região, tanto para os indivíduos e grupos que têm famílias residindo no perímetro urbano e áreas próximas, como a Volta Grande do Xingu, quanto para os povos que vivem em terras indígenas da região do Médio Xingu, pois é na cidade em que estão localizadas as sedes locais das agências de políticas indigenistas e de governo de maneira geral que promovem o acesso a direitos indígenas, como a FUNAI, as secretarias de educação e saúde e agora também do escritório da Norte Energia S/A, consórcio construtor da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Assim, partindo das informações sobre a formação do município e da cidade de Altamira, é possível acompanhar a produção de dados oferecida pelos censos nacionais sobre a região. Por tratar-se de um estudo referente à população indígena escolheu-se utilizar o quesito *raça/cor*, sabendo que as categorias (pardo, mestiço, caboclo) variam ao longo das pesquisas, havendo a possibilidade de resposta por categoria étnica apenas em 2010, quando pergunta-se sobre o pertencimento à determinado povo. Eventualmente apresenta-se outras perguntas, tais como língua falada no domicílio, que auxiliam a compor um quadro da população indígena em Altamira.

O primeiro censo brasileiro ocorre em 1872, sendo ele o mais amplo quanto às questões divulgadas e também o que possui maior cobertura territorial, superando os dois censos anteriores de 1890 e 1900 (Rodarte et al., 2012), sendo o único realizado durante o Império (1822-1889), caracteriza a população no Brasil por condição, escrava ou livre. Para o quesito *raça* pretos e pardos foram descritos como passíveis de serem escravizados enquanto brancos e caboclos eram descritos apenas como livres. Um dado interessante quanto à coleta dos dados é que cada chefe de família recebia o boletim ou ficha de família para ser preenchido, no qual o quesito em questão apresentava-se como *cor*, mas foi publicado como *raça*. Pela maneira como as informações foram coletadas, por freguesias¹⁵ pode-se deduzir que apenas aquelas famílias indígenas com algum tipo de relação com a sociedade regional foram contabilizadas, já que

¹⁵ Menor unidade administrativa.

seriam indígenas sob a organização administrativa do império. Por essa mesma razão no quesito em questão, raça ou cor, não há um levantamento específico de informações em relação à população indígena, pois ela estaria representada na contabilização como parte da categoria cabocla, por ser uma população em vias de integração com a sociedade nacional (Guimarães, 1988). Como apontado anteriormente, Altamira ainda não existia como cidade nem como município (Coudreau, 1977[1896]); por esse motivo, apresentamos abaixo a população por cor ou raça, no Brasil (Tabela 3) e no Estado do Pará (Tabela 4).

Tabela 3

População por condição e raça no Brasil, 1872						
Condições	Sexos	Total	Brancos	Pardos	Pretos	Caboclos
Livres	Homens	4.318.699	1.971.772	1.673.971	472.008	200.948
	Mulheres	4.100.973	1.815.517	1.650.307	449.142	186.007
	Total livres	8.419.672	3.787.289	3.324.278	921.150	386.955
Escravos	Homens	805.170	*	252.824	552.346	*
	Mulheres	777.026	*	552.346	224.680	*
	Total escravos	1.582.196	*	805.170	777.026	*
	Total geral	10.001.868	3.787.289	4.129.448	1.698.176	386.955

Fonte: IBGE, Recenseamento do Brazil em 1872.

Tabela 4

População por condição e raça na Província do Pará, 1872						
Condições	Sexos	Total	Brancos	Pardos	Pretos	Caboclos
Livres	Homens	128.589	49.663	46.899	9.200	22.827
	Mulheres	120.255	22.827	42.971	46.828	7.629
	Total livres	248.844	72.490	89.870	56.028	30.456
Escravos	Homens	13.908	*	5.747	8.161	*
	Mulheres	13.550	*	5.837	7.713	*
	Total escravos	27.458	*	11.584	15.874	*
	Total geral	276.302	72.490	101.454	71.902	30.456

Fonte: Recenseamento do Brazil em 1872.

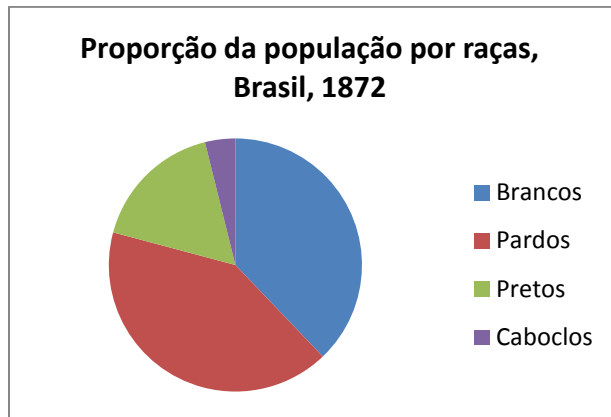


Figura 19: Proporção da população por raças, Brasil, 1872

Fonte: IBGE, Recenseamento do Brasil em 1872

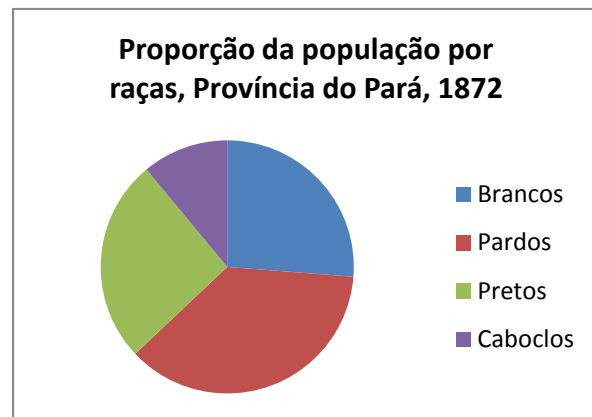


Figura 20: Proporção da população por raças, Província do Pará, 1872

Fonte: IBGE, Recenseamento do Brasil em 1872

Comparando-se os resultados apresentados por esse censo, observa-se como proporcionalmente Brasil e Pará têm quantias similares de pardos, sendo a diferença expressa na diminuição dos brancos no Pará onde há proporcionalmente mais indivíduos descritos como pretos e caboclos. Como ponto de partida para uma análise especificamente da população no Médio Xingu, observa-se a composição da população pelo quesito raça/cor na freguesia de Souzel (Tabela 5), local de onde partia a estrada para o estabelecimento da cidade de Altamira (Coudreau, 1977[1896]; Umbuzeiro, 1999). Ademais considera-se relevante apresentar esses dados, pois fornecem um panorama sobre a constituição da cidade de Altamira, para a qual não há dados censitários. Pode-se ver a seguir que Souzel tem proporcionalmente mais pardos e pretos e que a proporção de caboclos é pequena em 1872.

Tabela 5**População por condição e raça na Paroquia de São Francisco Xavier de Souzel, 1872**

Condições	Sexos	Total	Branços	Pardos	Pretos	Caboclos
Livres	Homens	824	335	351	119	19
	Mulheres	507	165	269	60	13
	Total livres	1.331	500	620	179	32
Escravos	Homens	26	*	10	16	*
	Mulheres	18	*	4	14	*
	Total escravos	44	*	14	30	*
	Total geral	1.375	500	634	209	32

Fonte: IBGE, Recenseamento do Brasil em 1872, Província do Pará.

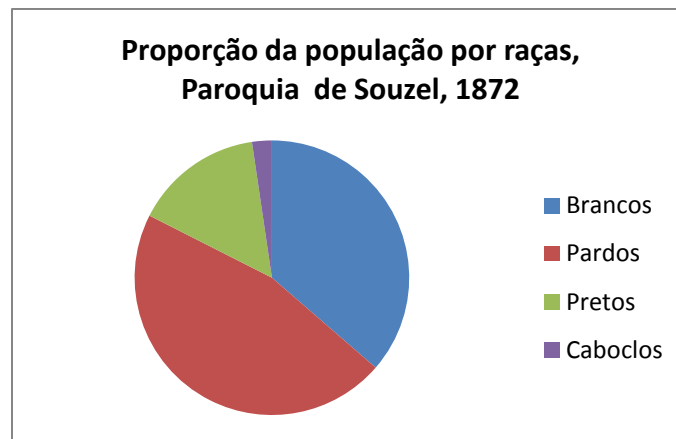


Figura 21: Proporção da população por raças, Paroquia de Souzel, 1872.

Fonte: IBGE, Recenseamento do Brasil em 1872, Província do Pará.

Na época da realização do segundo censo nacional, 1890, Souzel foi elevado para município, abarcando a população de Altamira. Quanto ao quesito raça esta pesquisa altera as categorias investigadas, sendo população classificada em: brancos, pretos, caboclos e mestiços. Nesse segundo censo nacional a população indígena segue presumida, ou seja, incluída teoricamente enquanto cabocla, e a população parda foi reclassificada como mestiça. Para esse censo analisam-se os resultados obtidos no Pará (Tabela 6) e em Souzel (Tabela 7).

Tabela 6

População pelo quesito raça, Pará, 1890					
Sexos	Branços	Pretos	Caboclos	Mestiços	Total
Homens	66.071	10.815	33.832	55.639	166.357
Mulheres	62.742	11.378	31.659	56.319	162.098
Total	128.813	22.193	65.491	111.958	328.455

Fonte: IBGE, Synopse do recenseamento de 31 de Dezembro de 1890, 1898.

Tabela 7

População pelo quesito raça, Souzel, 1890					
Sexos	Branços	Pretos	Caboclos	Mestiços	Total
Homens	350	78	416	288	1.132
Mulheres	247	71	433	201	952
Total	597	149	849	489	2.084

Fonte: IBGE, Synopse do recenseamento de 31 de Dezembro de 1890, 1898.

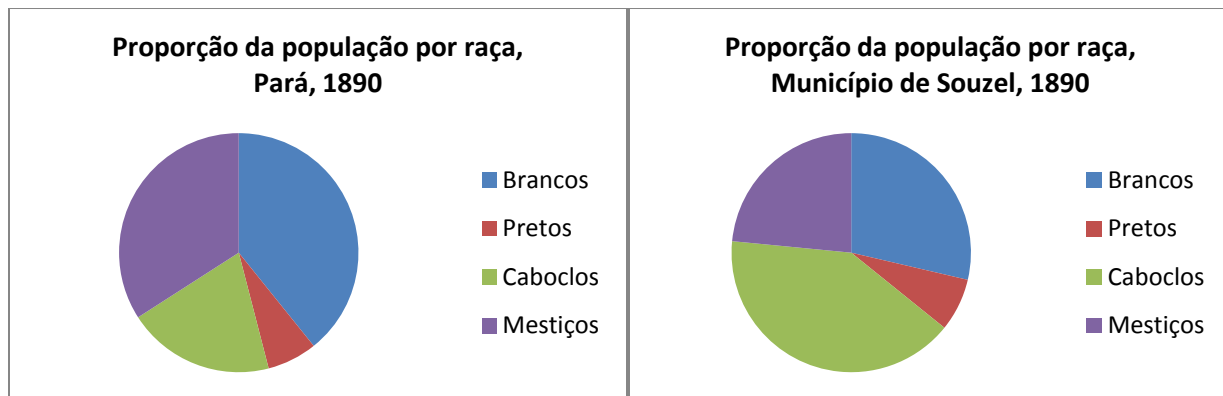


Figura 22: Proporção da população por raça, Pará, 1890

Figura 23: Proporção da população por raça, Município de Souzel, 1890

Fonte: IBGE, Synopse do recenseamento de 31 de Dezembro de 1890, 1898

Aqui observa-se como o perfil da população muda radicalmente entre os dois censos de 1872 e 1890. Sendo que a proporção de caboclos em Souzel supera todas as outras categorias.

Do recenseamento de 1900, que apresenta sérias dificuldades na coleta de dados (Diretoria Geral de Estatística, 1905; Rodarte et al., 2012), até o de 1930, as pesquisas nacionais passam por um momento de irregularidade até 1940, não havendo censos demográficos em 1910 e 1930, e em 1900 e 1920 o quesito raça/cor é retirado da pesquisa (Diretoria Geral de Estatística, 1905; 1920).

A partir do censo de 1940 as pesquisas nacionais passam a ocorrer de maneira regular, decenalmente, até 1980. Dessa série apenas em 1970 a categoria raça/cor é retirada do questionário, contradizendo pareceres favoráveis à manutenção da pergunta (IBGE, 1970). No censo de 1940 o quesito cor é apresentado no questionário com as seguintes opções para preenchimento do recenseador: *branca*, *preta* e *amarela*, considerados como grupos étnicos (IBGE, 1952). Qualquer outra resposta dada pelo recenseador, por exemplo, *morena*, ou a marcação de um traço no espaço designado para a resposta, símbolo que marcava a impossibilidade de descrever o recenseado dentre as respostas existentes, foi posteriormente agrupada para publicação como categoria *parda*, identificada como grupo genérico (IBGE, 1952).

Apesar de não haver menção de povos indígenas na elaboração do censo em 1940 (IBGE, 1952), outra pergunta, que versava sobre as línguas faladas no domicílio, acabou por involuntariamente captar a população indígena. Diz-se involuntariamente, pois a questão havia sido formulada originalmente para caracterizar o volume dos migrantes e informar as políticas públicas da época sobre migração europeia para o Brasil (IBGE, 1952). Na publicação do censo as respostas para língua indígena foram apresentadas como “guarani ou outra língua aborígene” (IBGE, 1952). A questão foi novamente incluída no censo demográfico de 1950. Mas com a experiência do censo anterior, o levantamento sobre línguas faladas pela população já previa a existência e captação de línguas indígenas. As respostas obtidas foram utilizadas enquanto dado e maneira de caracterizar, contabilizar e localizar a população indígena no país (IBGE, 1956). Além dessa percepção existente quanto à população indígena, o censo de 1950 usa a autoatribuição ou “a descrição do recenseado” (IBGE, 1956: xviii) como método para obter

informações sobre cor, dentre as opções branca, preta, amarela e parda, nesta incluídos os indígenas.

Quanto à distribuição da população segundo o quesito *cor da pele/raça*, em 1940 e 1950 elaboramos dois gráficos (Figura 24 e Figura 25) comparativos entre Brasil, Pará e Altamira, nos quais podemos observar a maior proporção das pessoas *'pardas'* no município de Altamira, cujo aumento proporcional desse segmento da população pode ser resultado da mudança da metodologia da pesquisa, que em 1950 passou a ser baseada na autodeclaração.

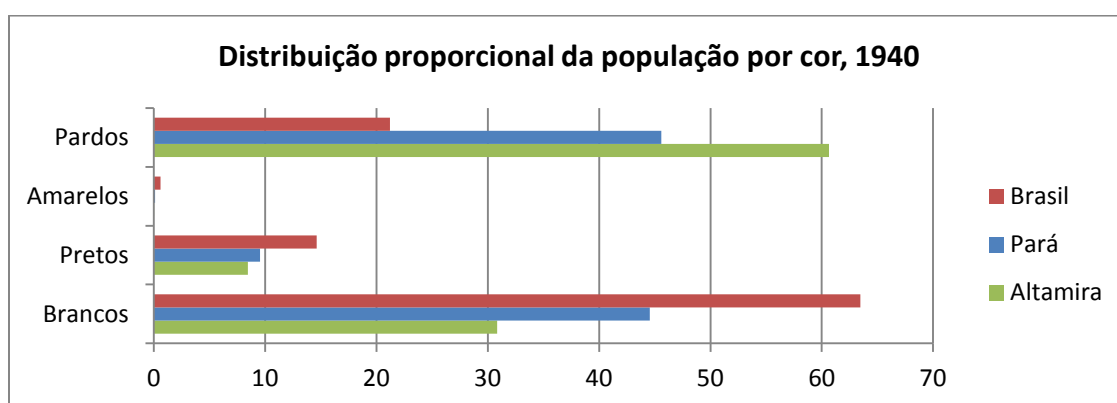


Figura 24: Distribuição proporcional da população por cor, 1940.

Fonte: IBGE, 1940.

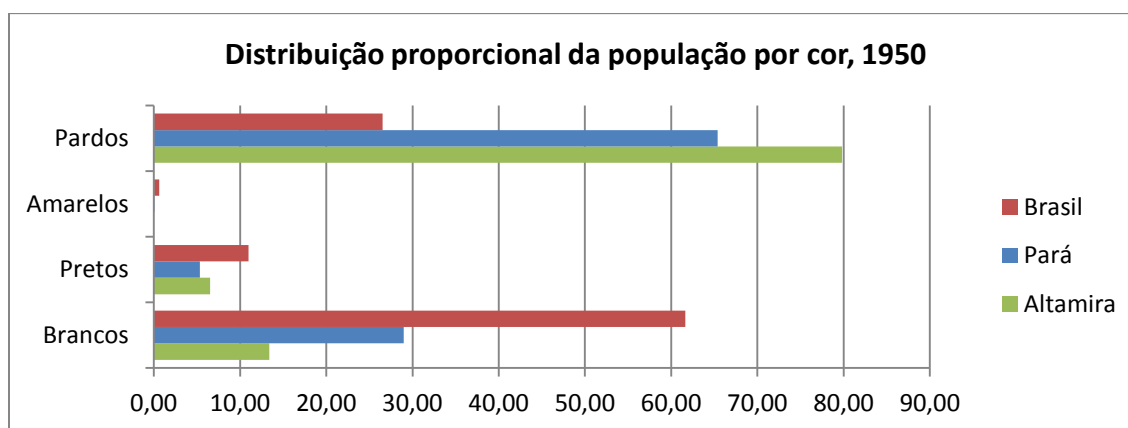


Figura 25: Distribuição proporcional da população por cor, 1950.

Fonte: IBGE, 1950

Os resultados totais da população que fala guarani ou outra língua indígena são para o Brasil de 58.000 pessoas em 1940 e 46.207 em 1950. No Estado do Pará têm-se os seguintes resultados: 1.231 e 704 pessoas respectivamente para os censos de 1940 e 1950 (IBGE, 1940; 1950). Observa-se que tanto para o Brasil como no estado do Pará existe uma diminuição da declaração de língua indígena. Essa informação foi analisada na época como uma diminuição do número absoluto da população que fala uma língua aborígine ou guarani no território nacional e no Pará, o que representaria a progressiva integração dos indígenas na sociedade nacional ou sua extinção, reforçando as teorias vigentes sobre a transitoriedade da categoria (Oliveira Filho, 1999b). Ainda assim esses dois censos merecem um olhar mais cuidadoso e pesquisas mais aprofundadas para uma maior compreensão dos dados obtidos, no sentido de mapear com maior clareza a abrangência de ambas as pesquisas, bem como o perfil da população que respondeu falar língua indígena.

Para o ano de 1960 a pergunta sobre língua falada no domicílio deixa de existir, no entanto, segundo informações do censo, há no quesito raça/cor, além das categorias branca, preta, amarela e parda a inclusão no questionário da categoria *índia* (IBGE, 1960), aplicável apenas às pessoas que viviam em aldeamentos ou postos indígenas. Não houve, portanto, um levantamento completo da população indígena no país, mas apenas parcial, fruto da pesquisa realizada nos aldeamentos em contato com os “civilizados” (IBGE, 1960). Percebe-se que definição de população indígena segue um critério geográfico, de localização em aldeamentos, e não de características e perfil étnico (IBGE, 2012), além disso, o censo capta constantemente e consequentemente retrata apenas a população indígena considerada como integrada à sociedade regional e nacional. Mesmo com o registro da inclusão da categoria no texto apresentação do censo o estudo em si não foi publicado, a população indígena permanecia invisível na composição da população brasileira, mesmo quando contabilizada pelo Estado. Infelizmente o estudo ainda não foi publicado, o que impossibilitou o acesso aos seus resultados e sua análise nessa dissertação. O censo de 1960 apresenta no quesito cor, portanto, apenas as categorias branca, preta, amarela e parda. Vê-se nos gráficos a seguir (Figura 26 e 27), que a população branca atinge grande importância no cenário nacional, enquanto para a região Norte, especificamente na região do Médio Xingu, que inclui o município de Altamira, a cor parda corresponde a praticamente a 75% do total da população.

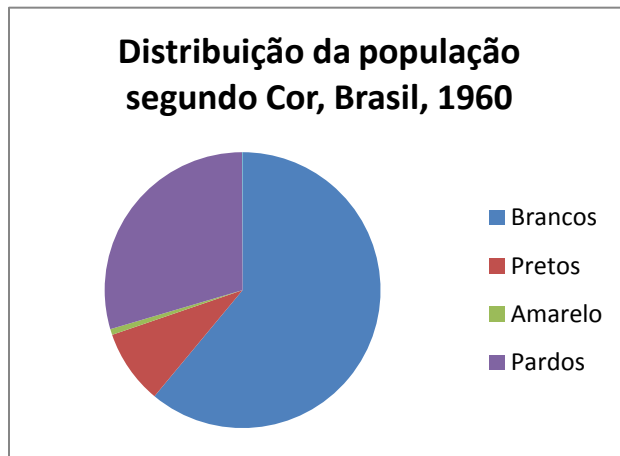


Figura 26: Distribuição da população segundo Cor, Brasil, 1960.

Fonte: IBGE, 1960

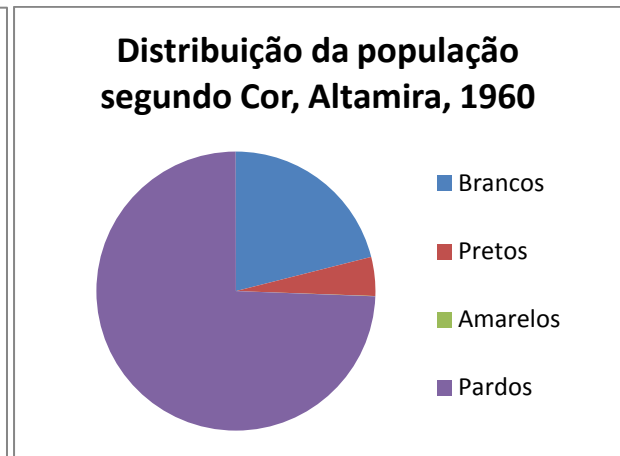


Figura 27: Distribuição da população segundo Cor, Altamira, 1960

Fonte: IBGE, 1960

Como dito, o quesito *raça ou cor* foi retirado do censo demográfico de 1970. Portanto, o censo de 1980 é o último anterior à Constituição de 1988 que juntamente com a Convenção 169 da OIT - instrumentos jurídicos que estabelecem o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas - servirão como base para a inclusão da opção por uma declaração quanto à categoria étnica, indígena (IBGE, 2005). O censo de 1980 retoma a investigação da população por raça ou cor, apresentando resultados semelhantes aos obtidos nos censos anteriores. É interessante ver aqui a distribuição por situação de domicílio, urbano e rural para Brasil e Pará (Figura 28). Vemos como no Pará a população parda é bastante superior aos resultados do Brasil e como a população rural se declara mais parda que a urbana para ambos os casos. O município de Altamira segue com aproximadamente 75% da população autodeclarada parda (Figura 29).

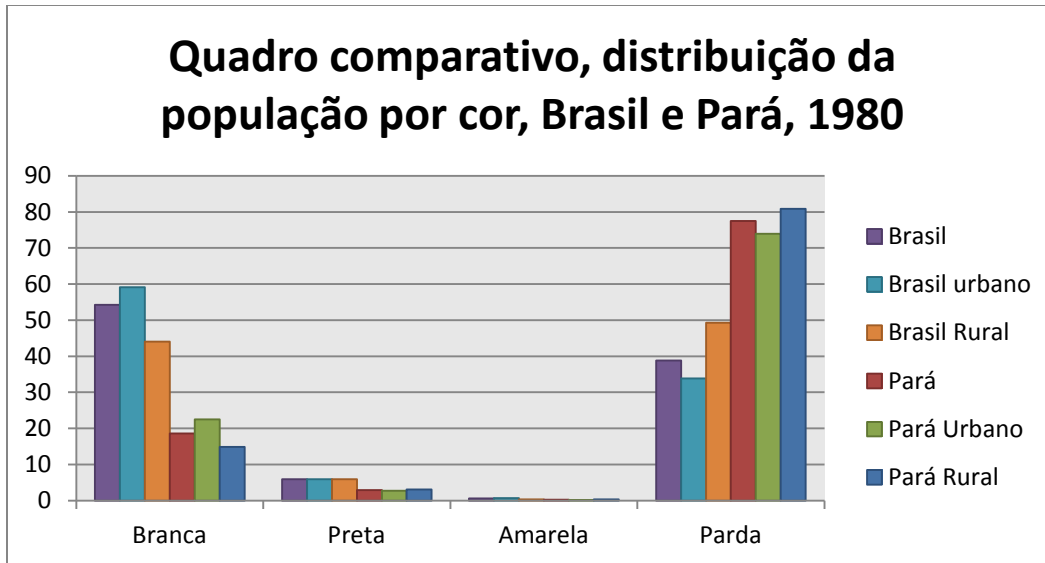


Figura 28: Quadro comparativo, distribuição da população por cor, Brasil e Pará, 1980.

Fonte: IBGE, 1980.

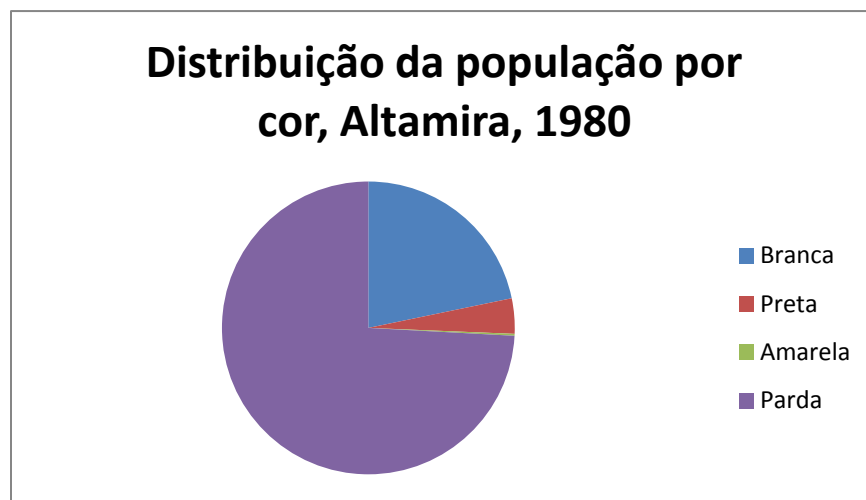


Figura 29: Distribuição da população por cor, Altamira, 1980.

Fonte: IBGE, 1980.

Ao longo dessa série histórica dos censos de 1872 até 1980 percebe-se como a região do Médio Xingu, que coincide com o município de Altamira, se caracteriza por uma população percebida pelos recenseadores e posteriormente autodeclarada como parda. Categoria criada com a intenção de afirmar a miscigenação, o branqueamento e a homogeneização da sociedade

brasileira (Oliveira Filho, 1999b; Guimarães, 1988), ela acaba por gerar um apaziguamento e desaparecimento de conflitos e modos diversos de ocupação do território nacional (Lombardi *et al.*, 2012). Veremos nas análises dos censos de 1991, 2000 e 2010 como, com a inclusão da categoria indígena, essa questão se verifica para o Médio Xingu, através da grande migração entre as categorias.

A partir do censo de 1991, o IBGE, acompanhando os movimentos mais amplos de respeito e direito à diversidade étnica que têm início na década de 1970, incorpora a categoria indígena no quesito raça ou cor, que passa a ter também um caráter étnico. Nos censos de 1991 e 2000 a categoria indígena foi incluída na pesquisa da amostra¹⁶ (IBGE, 2005), ou seja, não foi feita para todos os domicílios, ainda que seja uma pesquisa estatisticamente representativa da população de todos os municípios, estados e país. Foram incluídos na pesquisa de 1991 apenas indígenas em missões religiosas, postos indígenas da FUNAI e em áreas urbanas (Azevedo, 1994 apud Pagliaro *et al.*, 2005). Em 2000 a cobertura do recenseamento foi maior, abrangendo todas as Terras Indígenas assim como áreas urbanas e rurais (Pagliaro *et al.*, 2005). No entanto, apesar de a categoria indígena ter sido incluída, não se conseguiu avançar em direção ao estabelecimento da diversidade dos povos indígenas, pensando-se assim a existência de um “índio genérico” (Pagliaro *et al.*, 2005) que se relacionava com uma ancestralidade indígena, mas que não era possível entender mais profundamente quais usos eram feitos da categoria.

O censo de 2010 apresenta um grande passo em direção ao avanço da produção de dados sobre as populações indígenas no Brasil. O quesito raça ou cor passa a figurar no questionário do universo, abrangendo toda a população brasileira. Além disso, outro grande fator de aprimoramento das informações foi a inclusão de diversas perguntas referentes à maior caracterização da população indígena no país. Ainda no questionário básico (respondido por toda população brasileira) foram incluídas questões sobre etnia ou povo ao qual o indivíduo pertence e quanto à língua indígena falada no domicílio, com possibilidade para até duas línguas diferentes além da língua portuguesa (IBGE, 2010; Pereira, 2012). Essa é, portanto, a primeira pesquisa a levantar e divulgar dados quanto à diversidade étnica e linguística dos povos indígenas no Brasil. Outro avanço importante foi a inclusão de uma pergunta de verificação

¹⁶ Para uma explicação detalhada do processo de amostragem utilizado pelo IBGE, ver IBGE, 2010.

somente para as Terras Indígenas. Caso o recenseado respondesse não ser indígena na questão sobre raça ou cor, perguntava-se em sequência se o indivíduo se considerava indígena. Essa pergunta é essencial, pois consegue captar os indivíduos que porventura respondem à questão raça ou cor segundo a cor da pele e não por sua pertença étnica. É importante destacar, portanto que se considerou como a população indígena total no Brasil, segundo o censo de 2010, todos os indivíduos que declararam serem indígenas na pergunta raça/cor e os indivíduos, em Terras Indígenas, que não se autodeclararam indígenas, mas que na pergunta de verificação se consideraram indígenas.

Quanto à análise específica dos dados disponíveis nesses três censos para a população indígena no Médio Xingu, temos uma importante variação quanto à distribuição territorial em relação aos municípios, dado que Altamira sofreu a partir de 1970 uma série de desmembramentos. A área do Médio Xingu ficou dividida entre vários municípios, sendo que o mesmo ocorreu com as Terras Indígenas criadas.

Em cada censo há, portanto uma maneira distinta de captar a população indígena no Médio Xingu, já que sua localização não corresponde às divisões administrativas. Desta forma em 1991 e 2000 os dados estão disponíveis apenas segundo os municípios da região por áreas urbana e rural. Já no censo de 2010 existe, além da disponibilização dos dados de população nas áreas urbana e rural, também a possibilidade agregar os dados sobre a população indígena por setor censitário¹⁷ e também por Terra Indígena de maneira bastante simples.

Vê-se assim que existe uma grande variabilidade na maneira como o território do Médio Xingu foi dividido administrativamente ao longo desses anos e também na própria disponibilização dos dados da população indígena pelo IBGE que segue melhorando a cada pesquisa censitária. Dessa forma, é possível comparar a população indígena no Médio Xingu entre os três censos apenas de modo muito abrangente e não específico, incluindo aqui outros grupos indígenas além dos estudados nesta dissertação. Ainda assim é interessante traçar um quadro comparativo geral (Tabela 8) que mostra de maneira esquemática a evolução da declaração da população indígena na região. Para tal comparara-se as populações urbana, rural e

¹⁷ Os setores censitários são definidos pelo IBGE para operacionalização da pesquisa de modo que um recenseador possa realizar todas as entrevistas em cada um no período de um mês (SIG/FIOCRUZ, s.d.).

total dos municípios mais importantes para nossa análise: Altamira, São Félix do Xingu (que abrange algumas das Terras Indígenas estudadas), Senador José Porfírio e Vitória do Xingu que correspondem aos municípios da Volta Grande do Xingu.

Tabela 8

Distribuição População por quesito raça ou cor, principais municípios - Médio Xingu

Categorias	Altamira			São Félix do Xingu			Vitória do Xingu			Senador José Porfírio		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Branca	19.965	21.584	24.022	5.615	11.038	23.105	-	2.813	3.041	5.369	2.624	1.735
Preta	2.858	3.068	8.742	1.175	3.445	9.527	-	1.065	1.078	1.122	2.276	1.058
Amarela	51	147	1.646	24	9	1.160	-	20	291	6	43	80
Parda	48.467	50.088	60.620	17.436	18.735	56.246	-	6.770	8.836	32.238	9.990	9.743
Indígena	946	1.289	4.045	401	1.037	1.303	-	96	185	275	609	428
Sem declaração	122	1.263	-	240	358	-	-	379	-	-	179	-
Total	72.409	77.439	99.075	24.891	34.621	91.340	-	11.142	13.431	39.010	15.721	13.045

Fonte: IBGE, 2010. SIDRA, Tabela 136 - População residente, por cor ou raça.

Vê-se que apenas em Senador José Porfírio a população indígena teve uma queda no volume de 2000 para 2010. São Félix do Xingu teve um crescimento em todos os censos e acompanhou a tendência do país, com grande crescimento de população indígena de 1991 para 2000 (Pagliaro *et al.*, 2005; IBGE, 2005) e de 2000 para 2010 apresentou crescimento mas não tão expressivo quanto ao anterior (IBGE, 2012), como visto na Tabela 9. Vitória do Xingu tem um crescimento entre 2000 e 2010 que acompanha também a tendência para o país. Por fim, há Altamira, que, mesmo com seu desmembramento de 1991 para 2000 com a criação de Vitória do Xingu, ainda apresenta um crescimento da população indígena. O que de fato se destaca dentre os resultados de raça ou cor para Altamira é o enorme crescimento de 2000 para 2010, para o qual se realiza a seguir uma análise mais detalhada.

Tabela 9

Taxa de crescimento anual (2000-2010)						
	População Total			População Indígena		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Brasil	1,17	1,55	-0,68	1,09	-1,94	3,66
Norte	2,08	2,60	0,79	3,66	2,88	3,87
Rondônia	1,24	2,65	-1,81	1,18	-3,67	3,50
Acre	2,78	3,67	0,76	7,11	8,98	6,79
Amazonas	2,15	2,70	0,31	4,05	6,21	3,57
Roraima	3,34	3,36	3,27	5,84	3,54	6,37
Pará	2,04	2,33	1,43	0,37	-1,61	1,15
Amapá	3,45	3,48	3,20	4,07	0,78	5,00
Tocantins	1,80	2,35	-0,02	2,18	-4,43	4,35

Fonte: IBGE, Censo 2000, 2010.

Buscando uma maior compreensão para esse crescimento observa-se separadamente o volume da população indígena de Altamira entre 2000 e 2010 (Tabela 10). Foram utilizados aqui os dados do universo, já que os dados da amostra recebem um peso¹⁸ para sua expansão, o que gera variações nos resultados, que pode ser vista a mudança de valores totais da tabela anterior para esta.

Através do cálculo das taxas de crescimento anuais (Tabela 11) percebe-se o quanto foi expressivo o crescimento da população indígena em Altamira tanto para rural quanto urbano. Ainda assim a taxa de crescimento anual na área rural é de 9,5% e na cidade chega a quase 21%. Apenas um movimento expressivo de migração entre categorias poderia explicar esse fenômeno, o que fica mais claro ao compararem-se estes resultados com as taxas de crescimento da população total da cidade de Altamira que fica em 3% e decresce para o rural. Supõe-se que essa migração de categorias entre 2000 e 2010 faça parte do mesmo processo, apresentado no primeiro capítulo, de afirmação de identidade étnica dentre as populações Arara da Volta Grande, Juruna, Kuruaya e Xipaya, especificamente por parte dos indígenas citadinos e ribeirinhos. Pode-se perceber então como o fenômeno de etnogênese apresentou-se no

¹⁸ Para uma descrição detalhada da atribuição de peso para a amostra e sua expansão, ver IBGE, 2011:35-38.

recenseamento nacional, registrando-se em Altamira movimento contrário ao observado no país, que apresentou de maneira geral grande crescimento da população indígena entre 1991 e 2000.

Tabela 10: População indígena total, rural e urbana em Altamira, PA (2000, 2010)

Município de Altamira	2000 ¹			2010 ²		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
População total	77.439	62.285	15.154	99.075	84.092	14.983
População Indígena	1.289	125	1.165	3.711	823	2.888
Percentual de indígenas	1,66	0,20	7,69	3,75	0,98	19,28

Notas:

1 - Dados de 2000 referem-se ao questionário da Amostra. Fonte: Tabela 2093 do Sidra/IBGE.

2 - Dados de 2010 referem-se ao questionário do Universo. Fonte: Tabela 3175 do Sidra/IBGE.

Fonte: IBGE, Censo 2000 e 2010.

Tabela 11

Taxas de crescimento anual (2000-2010)- Município de Altamira

	Total	Urbana	Rural
População total	2,49	3,05	-0,11
População Indígena	11,15	20,74	9,50

Fonte: IBGE, Censo 2000 e 2010.

Com base nesses dados é possível proceder a uma análise da distribuição da população no Médio Xingu a partir dos dados de 2010 por serem os mais completos e possibilitarem um estudo direcionado para as áreas de interesse na região. Primeiramente analisa-se a população da cidade de Altamira, seguido da população indígena na Volta Grande Do Xingu e por fim a população nas Terras Indígenas.

Tendo como foco a cidade de Altamira, os povos que viviam na sede municipal até 1970, majoritariamente Arara da Volta Grande do Xingu, Juruna, Kuruaya e Xipaya, encontravam-se concentrados no antigo bairro São Sebastião, hoje dois bairros denominados Independente I e II.

Essa área correspondia à localização da antiga aldeia-missão Tavaquara às margens do igarapé Pannels. Com a construção da Transamazônica nos anos 70, a população da cidade foi afetada pela pressão imobiliária, bem como pelo aumento populacional ocorrido em Altamira (p. 30). Desse modo, muitos indígenas se deslocaram para outros bairros na cidade, havendo uma dispersão populacional. No entanto, como grande parte dos indígenas citadinos não podia comprar terras ou moradias muitos ocuparam as margens do igarapé Altamira em palafitas. Assim, na cidade de Altamira existem dois locais importantes de residência da população indígena, sendo o primeiro, o igarapé Pannels e o segundo o igarapé Altamira (Figura 30). É importante ressaltar que até esse momento a informação por etnia na cidade, apesar de coletada, não foi disponibilizada por se tratar de uma população de pequeno volume populacional, de tal modo que os dados não poderiam ser disponibilizados sem que houvesse quebra de privacidade.



Figura 30: Cidade de Altamira, Estado do Pará – Igarapés e Bairros.

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Ao analisar a população indígena por bairro na sede municipal de Altamira (Tabela 12), é possível perceber a importância e o destaque populacional dos bairros Independente I e II. Ao somar a população indígena dos bairros Independente I e II (em destaque azul) com base nos dados censitários de 2010, verifica-se que corresponde a 3,15% de indígenas, mostrando a importância ainda hoje da ocupação tradicional da área da antiga aldeia-missão Tavaquara. Outro dado relevante é a dos bairros Centro e Aparecida (em destaque cinza), às margens do Igarapé Altamira, que demonstram o deslocamento mais recente da população indígena na cidade de Altamira, datando da década de 1970. Deve-se ter em mente que mesmo alguns bairros apresentando um grande percentual, a soma das áreas em destaque supera as outras regiões da cidade.

Tabela 12: População indígena urbana na sede municipal de Altamira em 2010.

Bairros	População total	População indígena	Percentual de indígenas
Sede Municipal de Altamira	77193	819	1,06
Alberto Soares	2016	1	0,05
Aparecida	7103	160	2,25
Bela Vista	3657	29	0,79
Boa Esperança	6987	61	0,87
Brasília	6572	43	0,65
Centro	8405	125	1,49
Colinas	1023	7	0,68
Esplanada do Xingu	2648	49	1,85
Ibiza	1626	12	0,74
Jardim Altamira	3184	7	0,22
Jardim Independente I	7725	116	1,50
Jardim Independente II	4620	93	2,01
Jardim Uirapuru	2318	4	0,17
Liberdade	2171	18	0,83
Multirão	6392	33	0,52
Nova Altamira	2021	35	1,73
Premem	2866	7	0,24
Sudam I	3004	5	0,17
Sudam II	2855	14	0,49

Fonte: IBGE, 2010.

Para uma melhor visualização da distribuição da população indígena na cidade de Altamira por bairro, dois mapas são apresentados: um com a população indígena total (Figura 31) e outro com seu percentual (Figura 32).

Quantidade de população indígena

Bairros da Cidade de Altamira, Estado do Pará - 2010

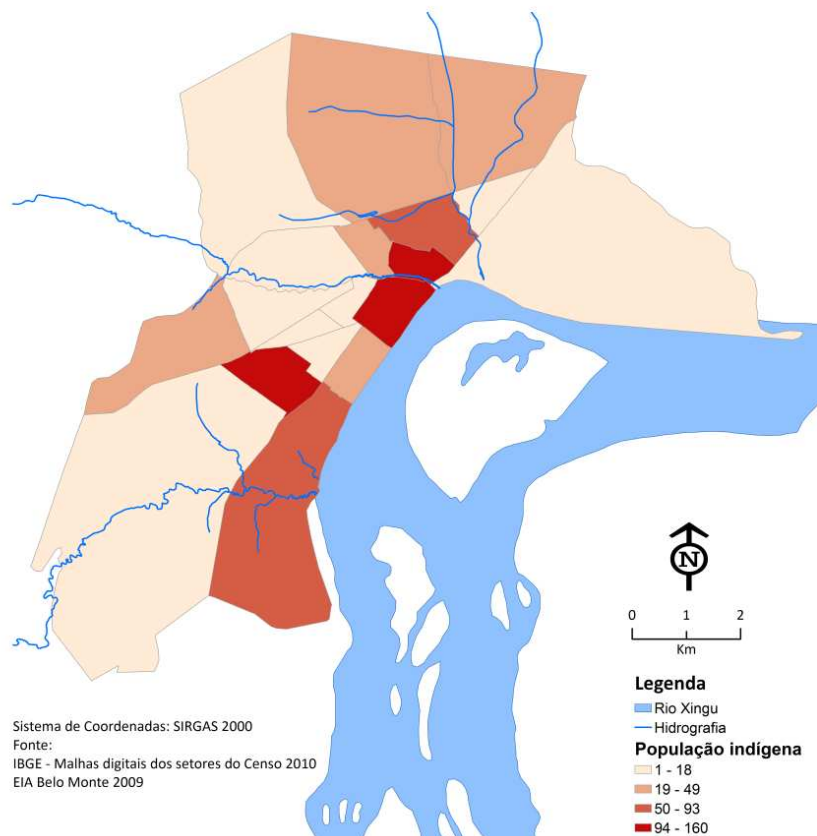


Figura 31: Quantidade de população indígena. Bairros da Cidade de Altamira, Estado do Pará, 2010.

Fonte: IBGE, Censo 2010.

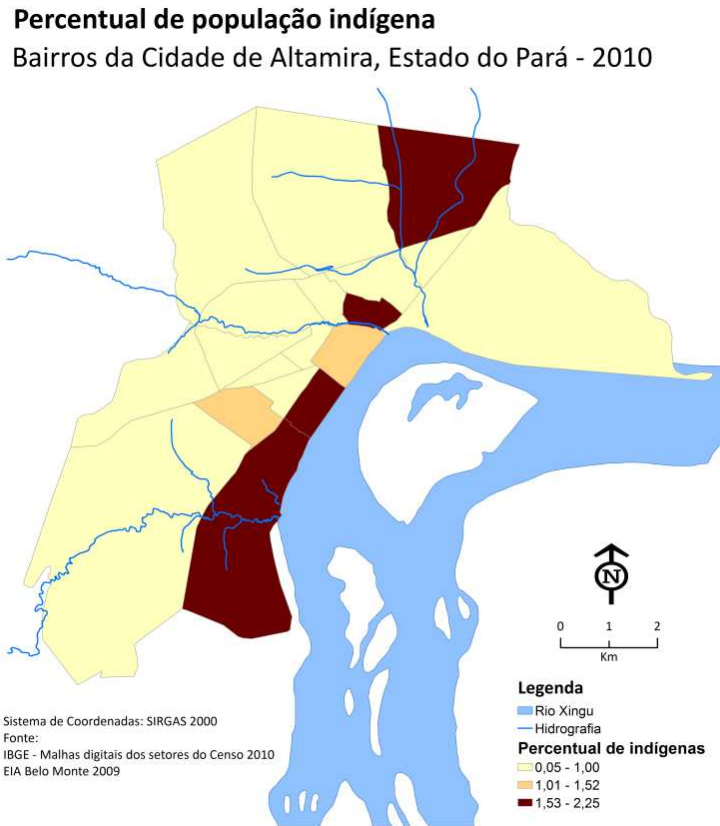


Figura 32: Percentual de população indígena. Bairros da Cidade de Altamira, Estado do Pará, 2010.

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Enquanto para a população na cidade existem diversas informações, o mesmo não se dá para a população indígena na Volta Grande do Xingu. De acordo com o Censo de 2010, somando-se, por setor censitário, todos os indígenas na Volta Grande, fora de Terras Indígenas, há apenas um total de 78 indígenas (IBGE, 2010). Esse pequeno volume de autodeclaração pode ser entendido pela diferença existente entre o reconhecimento e descrição detalhada dos indígenas ribeirinhos da Volta Grande do Xingu em relação aos cidadãos, conforme explicitado nos capítulos anteriores.

Por fim, as informações disponíveis no Censo de 2010 para Terras Indígenas são as mais completas por conterem a pergunta de verificação “*se considera indígena*”. Acredita-se ser essa uma das inovações mais relevantes do censo 2010 por trazer maior clareza quanto ao tipo de resposta obtida, ou seja, de que o recenseado respondesse à pergunta raça ou cor com referência

ao seu sentimento de pertença étnica, e não mais como algo genérico ou de cor da pele. É importante ressaltar que não se trata de uma verificação de quem de fato seria indígena, mas sim do tipo de informação e declaração levantada, trazendo um retrato mais preciso da diversidade étnica, mostrando talvez nas respostas obtidas informações que revelam muito mais do que originalmente se pensou na formulação da questão para além de usos políticos de categorias.

Assim, para as Terras Indígenas no Médio Xingu (Figura 33) há as informações do quesito raça ou cor e as perguntas especificamente direcionadas para populações nessas áreas. A população indígena nas Terras Indígenas (IBGE, 2011) é, portanto, a somatória dos recenseados que se autodeclararam indígenas e dos que não se autodeclaravam, mas se consideravam como tal. Para análise desse quesito, utiliza-se o mesmo recorte esquemático dos povos indígenas no Médio Xingu: de contato oficial no século XX (Tabela 13) e de contato no século XIX (Tabela 14), conforme proposto.

Terras Indígenas do Médio Xingu

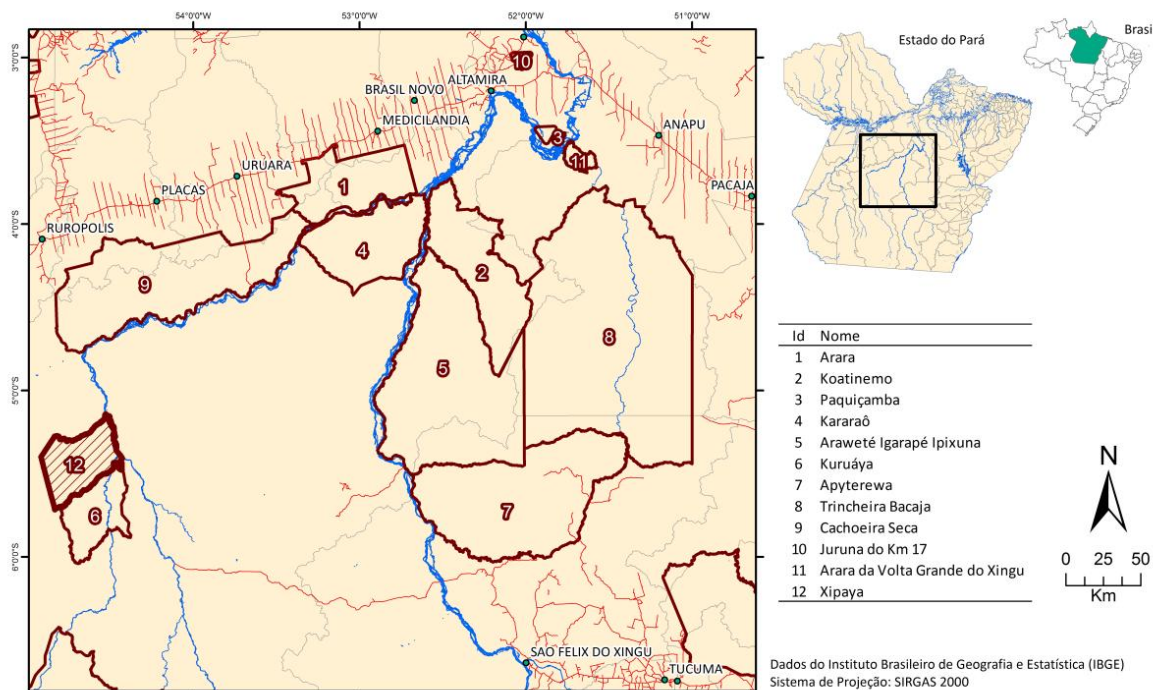


Figura 33: Terras Indígenas e Área Indígena no Médio Xingu, PA, 2010.

Fonte: Censo, 2010.

Tabela 13

Residentes em Terras Indígenas do Médio Xingu por condição de indígena, 2010 (Povos de contato Século XX)							
Condição de indígena	TI Apyterewa	TI Arara	IT Araweté-Igarapé Ipixuna	TI Cachoeira Seca do Iriri	TI Kararaô	TI Koatinemo	TI Trincheira Bacajá
Declararam-se indígenas	387	263	393	98	48	139	674
Não se declararam indígenas, mas se consideravam indígenas	3.201	263	-	2.191	11	-	555
Não se declararam indígenas, nem se consideravam indígenas	610	64	-	423	-	-	49
Sem declaração	57	28	-	51	-	-	10
Total	4255	618	393	2763	59	139	1288

Fonte: IBGE, Censo 2010. Tabela 3208 - Pessoas residentes em terras indígenas, por condição de indígena, segundo as Terras Indígenas

Tabela 14

Residentes em Terras Indígenas do Médio Xingu por condição de indígena, 2010 (Povos de contato Século XIX)				
Condição de indígena	TI Arara da VGX	TI Kuruaya	TI Paquicamba	TI Xipaya
Declararam-se indígenas	109	117	58	79
Não se declararam indígenas, mas se consideravam indígenas	134	48	6	2
Não se declararam indígenas, nem se consideravam indígenas	34	1	1	-
Sem declaração	7	6	-	-
Total	284	172	65	81

Fonte: IBGE, Censo 2010. Tabela 3208 - Pessoas residentes em terras indígenas, por condição de indígena, segundo as Terras Indígenas

O que mais chama atenção nas tabelas apresentadas é a diferença entre os que se declararam indígenas e os que não se declararam, mas se consideram enquanto tal. Enquanto que para os povos Araweté e Asurini não houve qualquer divergência e para os povos Kararaô,

Juruna (TI Paquicamba) e Xipaya houve apenas uma pequena variação na autodeclaração censitária, o que sugere que dentro das Terras Indígenas não há um importante conflito quanto à classificação étnica. Para os outros povos há variações significativas. É interessante perceber como a divergência entre as escolhas de autoatribuição não se resume aos processos e trajetórias de cada povo. Assim tanto povos de contato oficial recente quanto mais antigo estão nesse quadro. Além disso, as Terras Indígenas que apresentam as informações mais divergentes são Apyterewa (povo parakanã) e Cachoeira Seca do Iriri (povo Arara), para os quais não há na bibliografia qualquer questionamento sobre sua identidade indígena, indicando a existência de outros fatores informando a decisão dos recenseados em se considerarem indígenas. A forte hipótese para a interpretação destas informações é a de que não-indígenas que ocupam as Terras Indígenas mencionadas não se declararam como indígenas mas se consideraram enquanto tais.

Assim, usos flutuantes da categoria indígena que eram observados por pesquisadores em contextos específicos (Oliveira Filho, 1999) agora entram para o censo, em mais um contexto de ambiguidade. Apenas um estudo específico e local poderia dar conta de explicar quais significados estão sendo postos em jogo para este tipo de autodeclaração.

Com base nesse panorama e em análises da população indígena no Médio Xingu segundo os censos demográficos nacionais, investiga-se a seguir a produção local de dados, partindo das divisões temporais utilizadas ao longo desta dissertação.

3.2 Reconstituição histórica da população xipaya a partir de fontes bibliográficas até 1970

Nesse item fez-se uma reconstituição histórica dos dados disponíveis sobre as populações indígenas no Médio Xingu com base na bibliografia até 1970. Ressalta-se neste momento apenas o fato de que estes dados são vistos aqui como representativos de uma maneira de descrever os povos indígenas que, mesmo preocupada em apresentar essas populações com clareza e rigor, entende as mudanças enfrentadas por elas como fator de descaracterização e índices de perda cultural.

O primeiro contato dos povos indígenas da região do Médio Xingu se dá com a chegada do padre Roque Hundertpfund por volta de 1750 (Nimuendaju, 1948). A partir daí são realizadas sucessivas tentativas de aldeamentos missionários no local que viria a ser Altamira, às margens do igarapé Panelas.

A produção textual é então basicamente feita por missionário e por administradores locais. Para essas descrições não há uma preocupação científica em determinar ou precisar o tamanho da população para além de informações gerais quanto ao volume populacional (grande ou pequeno). Apesar de Brusque (Brusque, 1863, p. 17) apresentar certos dados populacionais, para a população xipaya calcula 60 indivíduos, não há qualquer estimativa possível ou dados, ainda que gerais, para uma população indígena no Médio Xingu.

Em 1842 o príncipe Adalberto da Prússia é o primeiro explorador que traz informações mais claras, mesmo porque ao realizar sua viagem a população no Médio Xingu começa a ser mais conhecida com a reabertura da estrada que ligava o baixo e médio curso do rio. Segundo esse autor, a população girava em torno de 2.000 indígenas, principalmente jurunas. Não há neste momento qualquer informação sobre não-indígenas na região, sendo caracterizada como de ocupação exclusiva de povos indígenas.

Quanto às próximas expedições, tanto Karl von den Steinen quanto Henri Coudreau realizam um recenseamento (Tabela 15 e Tabela 16) das áreas pelas quais passam. É interessante perceber como Karl von den Steinen, em 1884, apresenta dados da população juruna, distinguindo a população das aldeias e da povoação que seria a cidade de Altamira. Coudreau, que realiza sua viagem em 1896, apenas 12 anos depois de Karl von den Steinen, já encontra uma situação bastante diversa.

No auge do primeiro ciclo da borracha a região entre os rios Xingu e Iriri começa a ser ocupada pela população regional e por migrantes, principalmente nordestinos. A população no Médio Xingu, que totalizava em 1884 de em torno de 200 (Steinen, 1942), passa para 1.350 pessoas (Coudreau, 1977 [1896]). No contexto dessa nova dinâmica local, Coudreau apresenta os dados populacionais com uma classificação específica para os grupos indígenas, dividindo-os entre civilizados, mansos e fugitivos. Seguindo a descrição do autor, supõe-se que os indígenas civilizados estariam vivendo entre a população local, em regime de trabalho escravo ou livre, e

os indígenas descritos enquanto ‘mansos’ estariam afastados, mas participando da dinâmica local, sendo conhecidos e, portanto, sua população poderia ser contabilizada. Por outro lado, existem também povos indígenas que não estão incluídos nas relações sociais e econômicas travadas entre as populações. Dessa maneira, Coudreau aponta a presença na região de indígenas Arara e Asurini, para os quais, no entanto, não há dados ou estimativas populacionais. Vê-se assim que aqui o que é ressaltado na maneira em que os dados são apresentados é o tipo de relação com a sociedade não-indígena.

Tabela 15

População Médio Xingu, Povo Juruna (Karl von den Steinen), 1884						
Localidade	Homens	Mulheres	Crianças	Meninos	Meninas	Total
Aldeia I	12	12	6	?	?	30
Povoação	8	6	6	3	3	20
Aldeia II	12	18	10	4	6	40
Aldeia III	12	12	15	8	7	39
Povoação	9	7	7	3	4	23
Aldeia IV	8	10	5	2	3	23
Aldeia V	14	10	6	3	3	30
Total	75	75	55	23	26	205

Fonte: STEINEN, Karl von den., 1942.

Tabela 16

População Médio Xingu (Henri Coudreau), 1896	
Baixo e Médio Xingu (entre Tucuruí e Pedra Seca)	
Civilizados	804
Índios (principalmente Jurunas)	112
Penas	40
Araras	-
Asurinis	-
Jurunas fugitivos (alto Xingu)	25
Total indígenas	177
População Total	981
Rio Iriri	
Brancos e índios civilizados	220
Índios das malocas ¹⁹	150
População Total	370
Médio Xingu*	1.351

*calculado somando os dados da população dos rios Iriri e Xingu.

Fonte: COUDREAU, H., 1977 [1896].

No século XX há outro tipo de produção de documentos e relatos que indica transformações importantes nas relações entre indígenas e população regional. Os pesquisadores continuam catalogando informações sobre a população indígena, já identificando uma suposta perda de identidade étnica.

Emilia Snethlage e Curt Nimuendaju apontam através dos dados relativos ao volume populacional dos povos indígenas o processo de extinção entendido como integração à sociedade

¹⁹ Incluindo, dentre outros, indígenas arara, juruna e xipaia, segundo o autor ‘todos mansos’ (Coudreau, 1977:162).

regional. Assim, Snethlage (1921), em seu texto sobre os indígenas no Médio Xingu, em que há maior detalhamento para os povos Xipaya e Kuruaya, contabiliza estas duas populações, sem, no entanto, conseguir precisá-las. Há um conflito na definição dos grupos, por exemplo, no caso xipaya. A autora relata a existência de um grupo de cerca de 200 indivíduos que, segundo ela, se apegavam à cultura xipaya como elemento distintivo em relação a outros Xipaya. Ela interpreta este apego à cultura, por ela caracterizado, como uma disputa interna que funcionaria como classificação e distinção entre indivíduos e grupos xipaya. Percebe-se então que mesmo Snethlage contabilizando uma população de 200 indivíduos xipaya, ela mesma aponta um questionamento importante, já que o grupo descrito não apresentaria uma organização indígena legítima. Por fim, ela diz que o grupo verdadeiramente xipaya deveria contar com cerca de 100 indivíduos.

Já Nimuendaju (1948) traz maiores detalhes sobre o volume populacional, preocupado, como Snethlage, com o desaparecimento dos povos indígenas no Médio Xingu. Segundo o autor, existiriam em 1948 por volta de 30 indígenas Juruna, 30 Xipaya e 30 Kuruaya que viviam com os Xipaya. Nimuendaju considera que a questão apenas apontada por Snethlage sobre seu próprio levantamento populacional seria a fonte de imprecisão do mesmo. A autora teria, mesmo dentre os 100 indivíduos que ela havia considerado verdadeiramente xipaya, incluído indivíduos que já não eram indígenas. Por fim, Nimuendaju também apresenta relatos dispersos sobre grupos Arara e o povo Asurini, sem, no entanto, apresentar informações quantitativas destes.

O significado da contabilização para estes pesquisadores parece ser de recolher dados sobre as populações ou grupos que permanecem indígenas, levando em conta aspectos de organização social percebida e descrita como genuinamente indígena. Está incluída aqui uma pressuposição quanto à relação com a sociedade envolvente, mas os dados estão focados na autenticidade, excluindo os indígenas que já estariam integrados, estes já não seriam indígenas.

A partir desta produção, que ocorre entre 1910 e 1940, até a década de 1970, não há qualquer informação sobre o volume populacional desses povos indígenas. As fontes apontam apenas para a existência de famílias xipaya, dispersas. Supõe-se, portanto, haver uma descrição, por meio dos dados, do desaparecimento dos povos indígenas de maior história de contato, dentre eles o povo xipaya, que não poderiam sequer ser contabilizados.

3.3 População xipaya a partir dos anos 1970 nos contextos urbano e rural do Médio Xingu

Trata-se aqui da produção de dados sobre a população indígena no Médio Xingu que é realizada, a partir da década de 1970, por diversos agentes e atores, e que varia de acordo com o histórico de contato desses povos. Para acompanhar esses movimentos, escolheu-se utilizar como fonte principal, as publicações do Instituto Socioambiental (ISA) por reunirem dados recolhidos por diversos agentes, sejam pesquisadores, agências governamentais (FUNAI, FUNASA) ou organizações não governamentais (CIMI) (Tabela 17 e Tabela 18). No Anexo I apresenta-se uma tabela com a evolução das Terras Indígenas (Figura 34), bem como da população nelas até os dias atuais.

De maneira geral, é a partir de 1970 que as populações indígenas tornam à cena no Médio Xingu. Os povos de contato oficial nesse período são acompanhados de maneira próxima por antropólogos, organizações não governamentais e Estado. Há a preocupação no registro da população especificamente pela forte crise demográfica causada pelo contato oficial, com o registro de uma alta taxa de mortalidade (Müller, 1987; Viveiros de Castro, 1992), observada especialmente no trabalho de Regina Müller (1987) sobre os Asurini. Além dos levantamentos populacionais feitos por pesquisadores, o Estado também passa a produzir informações por meio de recenseamento das aldeias por parte da FUNAI e da FUNASA.

É a partir desse momento que os povos de contato mais antigo começam a ser reconhecidos pelo Estado, sendo o processo de reconhecimento mediado pela atuação do CIMI. O padre Ângelo Pansa tem papel fundamental pelas denúncias que realiza, chamando atenção para a situação vivida por esses grupos. No entanto, esses povos deixam de ser contabilizados novamente, como pode ser visto nas tabelas completas apresentadas no Anexo I, e é apenas no processo de luta pelo direito ao território que esses povos voltam à bibliografia. Percebe-se assim uma forte relação entre este tipo específico de produção de dados e dos grupos indígenas com relação às Terras Indígenas, sejam elas já demarcadas ou em processo de demanda. Com a criação de associações indígenas na cidade de Altamira, a população citadina ganha atenção,

sendo parte de estudos que abarcam a descrição de volume populacional e algumas dinâmicas demográficas, notadamente a migração entre aldeias e cidade (Magalhães, 2008).

A população indígena ribeirinha da Volta Grande do Xingu é estudada, tanto em sua formação quanto no levantamento de informações demográficas, apenas com o estudo de impacto ambiental de Kararaô (ELETRONORTE, 1988) e Belo Monte (EIA, 2009), sendo que entre a produção dos dois relatórios a população é apenas citada, mas nunca estudada.

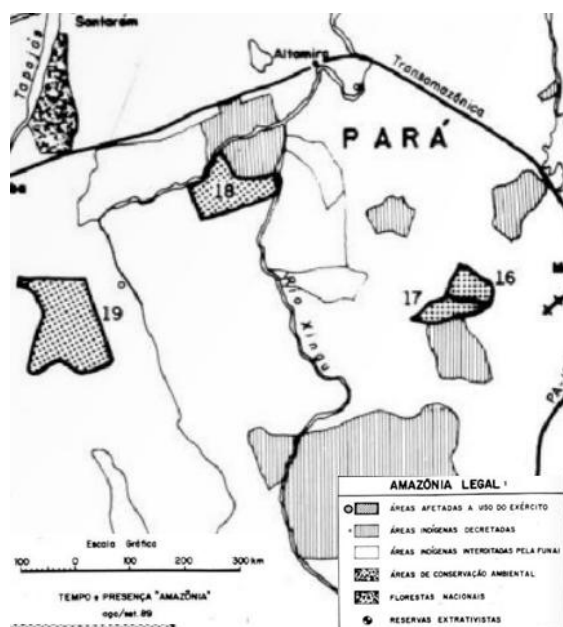


Figura 34: Médio Xingu, Terras Indígenas, 1989

Fonte: ISA, 1989.

Um ponto que chama atenção é a comparação entre os dados obtidos pelo censo de 2010 (p. 55) e os dados obtidos pela FUNAI. Os levantamentos da FUNAI, que realiza o recenseamento da população indígena aldeada dentro das TIs, coincidem com os resultados obtidos pelo censo dentre os autodeclarados. Assim, conforme explicado anteriormente, os indivíduos que não se autodeclararam indígenas mas se consideraram como tal na pergunta de verificação, não estão incluídos nas informações da FUNAI. Ou seja, a enorme discrepância apresentada no censo de 2010 entre autodeclarados indígenas e indivíduos que se consideraram indígenas, segundo a qual supôs-se a existência de não-indígenas dentro das TIs tem aqui uma

grande corroboração. Vê-se que esta constatação reforça o aspecto de conflito no uso das categorias raça ou cor sendo incorporado nas pesquisas censitárias, sendo este mais um campo político de disputa.

Tabela 17

População por Terra Indígena do Médio Xingu - Década de 1990					
Terra Indígena	Povo	População 1994	População 1996	População 1998	População 1999
TI Apyterewa	Parakanã	sem info	214	sem info	248
TI Arara	Arara	sem info	117	sem info	143
TI Arara da VGX	Arara da VGX	sem info	sem info	sem info	sem info
TI Araweté-Igarapé Ipixuna	Araweté	sem info	230	sem info	sem info
TI Cachoeira Seca do Iriri	Arara	sem info	48	sem info	57
TI Ituna Itatá	?	?	?	sem info	?
Área indígena Juruna do km 17	Juruna	?	?	sem info	?
TI Kararaô	Kayapó Kararaô	sem info	25	28	sem info
TI Koatinemo	Asurini do Xingu	sem info	81	sem info	91
TI Kuruaya	Kuruaya	sem info	sem info	sem info	107
TI Paquiçamba	Juruna	30	sem info	35	sem info
TI Trincheira Bacajá	Xikrin	sem info	310	sem info	382
TI Xipaya	Xipaya	sem info	sem info	sem info	67

Fonte: De olho nas Terras Indígenas no Brasil, com dados da FUNAI/Altamira a exceção de 1999: povo xipaya e kuruaya- GT FUNAI

Tabela 18

População por Terra Indígena do Médio Xingu - Década de 2000								
Terra Indígena	Povo	População 2000	População 2004	População 2005	População 2006	População 2008	População 2011	População 2012
TI Apyterewa	Parakanã	sem info	sem info	sem info	sem info	412	452	sem info
TI Arara	Arara	sem info	sem info	sem info	199	235	256	274
TI Arara da VGX	Arara da VGX	sem info	80	sem info	sem info	93	111	sem info
TI Araweté-Igarapé Ipixuna	Araweté	269	sem info	320	sem info	375	397	sem info
TI Cachoeira Seca do Iriri	Arara	sem info	72	sem info	sem info	81	86	87
TI Ituna Itatá	?	?	?	?	?	?	?	?
Área indígena Juruna do km 17	Juruna	?	?	?	?	?	?	?
TI Kararaô	Kayapó Kararaô	sem info	sem info	sem info	sem info	41	54	sem info
TI Koatinemo	Asurini do Xingu	sem info	sem info	sem info	124	144	154	sem info
TI Kuruaya	Kuruaya	sem info	sem info	sem info	129	155	159	sem info
TI Paquiçamba	Juruna	sem info	sem info	sem info	sem info	77	95	sem info
TI Trincheira Bacajá	Xikrin	sem info	sem info	sem info	sem info	673	746	sem info
TI Xipaya	Xipaya	sem info	48	sem info	sem info	77	84	sem info

Fonte: De olho nas Terras Indígenas no Brasil, com dados da FUNAI/Altamira a exceção de

2004: povo arara da volta grande do xingu e xipaya - GT FUNAI

2006: FUNASA

2012: SIASI/SESAI

3.4 Auto levantamento, censos autônomos

O crescente reconhecimento da presença de povos indígenas na cidade de Altamira e na Volta Grande do Xingu foi acompanhado da recente produção de dados sobre eles, que guardam uma característica específica: a participação indígena nos levantamentos. Apesar de não constarem nesta dissertação, por impossibilidade de acesso, listas da FUNAI (cestas básicas, aposentadorias e levantamentos da população de indígenas citadinos e ribeirinhos) e das associações indígenas da cidade de Altamira parecem ser boas fontes para o estudo dos grupos de maior história de contato. Cabe aqui ressaltar, no entanto, que não há uma produção de dados sistematizados sobre essas populações por parte do Estado, já que estes povos ainda estão em processo de terem seus direitos reconhecidos enquanto povos indígenas. Há apenas informações sistematizadas por parte de relatórios e estudos feitos com participação da população indígena na execução da pesquisa, seja como entrevistadores, seja como fontes prioritárias de acesso aos núcleos de habitação indígena na cidade e às margens dos rios Xingu e Iriri. Dentre essa produção há um relatório interessante realizado pelo Instituto Humanitas no escopo do projeto de identidade e reconhecimento étnico em Altamira (Magalhães, 2008).

Consideradas essas fontes, decidiu-se por uma análise aprofundada dos dados obtidos e disponibilizados nos Estudos de Impacto Ambiental de Belo Monte (EIA Belo Monte, 2009), sendo essa a fonte mais ampla, por apresentar maior quantidade de dados e análises.

A metodologia para levantar dados sobre a população indígena foi a da técnica bola de neve (Corbisier; Serpa, 2010). Essa maneira de levantar dados recorre a informantes para a localização de outros indivíduos, ampliando cada vez mais o escopo da pesquisa, na busca de atingir a totalidade de recenseamento dos indivíduos pesquisados segundo alguma característica específica. No caso dos estudos de Belo Monte, a característica procurada era a de ser indígena. Assim, foi a partir de informações da população indígena que se mapeou a presença indígena em Altamira. Percebe-se que não apenas a metodologia incluía a participação de indígenas, mas que essa refletia também na concepção do que é ser indígena, pois, a partir do momento em que a

população indígena oferece os dados sobre ela passa a ser incorporada à pesquisa uma concepção propriamente indígena sobre pertença a um determinado grupo étnico. Segue-se que as entrevistas foram realizadas também por indígenas da região, majoritariamente xipaya (EIA Belo Monte, 2009).

Portanto, há nesses estudos a participação indígena em dois momentos da produção de dados: na concepção (pelo pressuposto do método utilizado) e na execução, o que leva a observar os dados apresentados nos estudos sob a ótica da participação indígena, tornando este tipo de levantamento único, ainda que se esteja ciente das limitações representadas pela maneira como os dados são apresentados nos estudos²⁰ e pela circunstância em que é produzido, no âmbito de um estudo para viabilidade de uma obra que ocasionará deslocamentos compulsórios de parte da população. Uma importante contextualização que precisa ser feita diz respeito à participação da população xipaya nos levantamentos de Belo Monte. Em todos os estudos sobre populações indígenas citadas a maior parte da equipe indígena era constituída por indivíduos xipaya, o que pode revelar uma participação e uma construção coletiva indígena da coleta dos dados, refletindo nos totais e percentuais encontrados da população xipaya.

Segundo as informações levantadas sobre a população indígena ribeirinha, tem-se que ela se encontra distribuída na Volta Grande do Xingu (Figura 35). Percebe-se que essa população indígena está presente em diversas localidades da Volta Grande, existindo assim, um importante passo para a compreensão dos processos que levaram esses indígenas a se estabelecerem ali.

²⁰ Os dados populacionais não foram apresentados no EIA de forma clara e objetiva. As tabelas existentes já contêm análises, o que dificulta a leitura do que representaria cada dado.

Comunidades com população indígena

Municípios da Volta Grande do Xingu - Estado do Pará - 2009

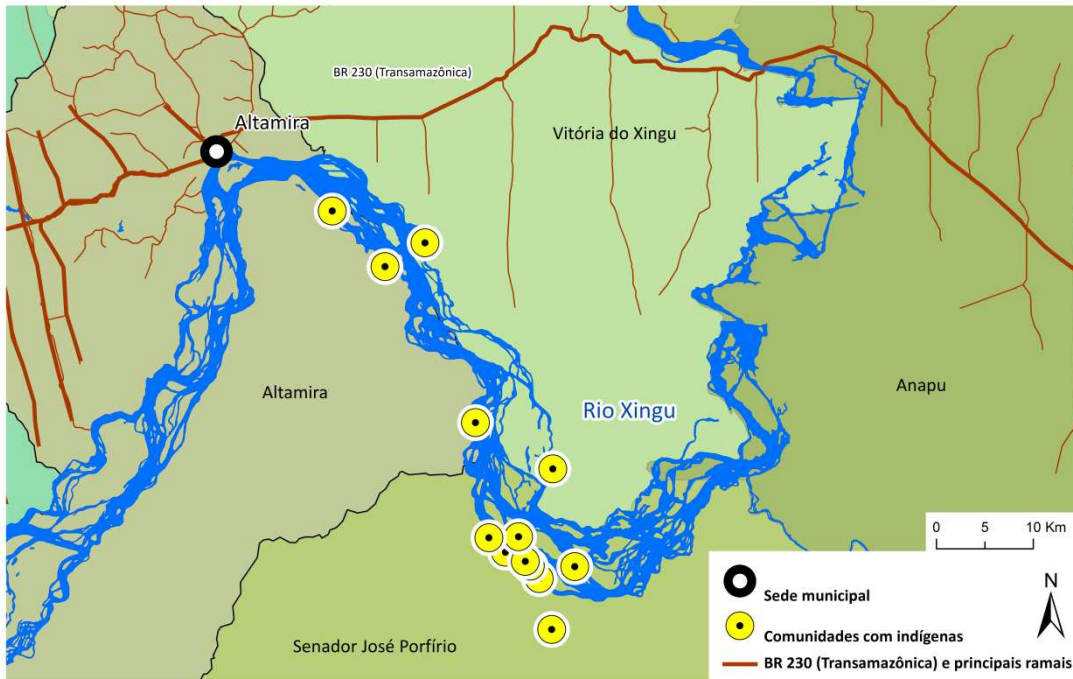


Figura 35: Comunidades com população indígena. Municípios da Volta Grande do Xingu, Estado do Pará, 2009.

Fonte: EIA Belo Monte, 2009

Um aspecto que consta no levantamento de Belo Monte é a presença de informações segundo etnia, ainda não disponíveis pelo censo de 2010. Ao analisarmos os dados sobre a população xipaya (Tabela 19), percebe-se uma dinâmica de ocupação do espaço urbano semelhante àquela encontrada para a população indígena como um todo no censo de 2010. Destacam-se novamente as regiões que somadas conferem a maior concentração de habitação da população indígena citadina, ou seja, nas áreas em torno dos igarapés Panelas e Altamira. Apresenta-se os dados com o total de famílias indígenas, não xipaya e xipaya, seguido do percentual de famílias xipaya.

Tabela 19: Proporção de famílias xipaya nos bairros da sede municipal de Altamira, Estado do Pará, Brasil, 2009

Bairro	Famílias Indígenas	Famílias não xipaya	Famílias xipaya	Percentual de famílias xipaya
Alberto Soares	2	2	0	0,00
Aparecida	47	33	14	29,79
Bela Vista	11	5	6	54,55
Boa Esperança	15	12	3	20,00
Brasília	11	6	5	45,45
Centro	52	29	23	44,23
Colinas	5	2	3	60,00
Esplanada do Xingu	17	9	8	47,06
Ibiza	3	0	3	100,00
Jardim Altamira	2	1	1	50,00
Jardim Independente I	36	12	24	66,67
Jardim Independente II	41	20	21	51,22
Jardim Uirapuru	0	0	0	0,00
Liberdade	5	3	2	40,00
Multirão	25	15	10	40,00
Premem	1	1	0	0,00
Sudam I	10	4	6	60,00
Sudam II	0	0	0	0,00

Fonte: EIA Belo Monte, 2009 (anexos).

Ao localizarmos espacialmente a população xipaya na cidade de Altamira (Figura 36 e Figura 37), levando em consideração a área que será alagada definitivamente pela formação do reservatório de Belo Monte, é possível ver como ela será afetada. O povo xipaya aparece como o mais impactado pela construção da usina hidrelétrica em volume populacional (Figura 38).

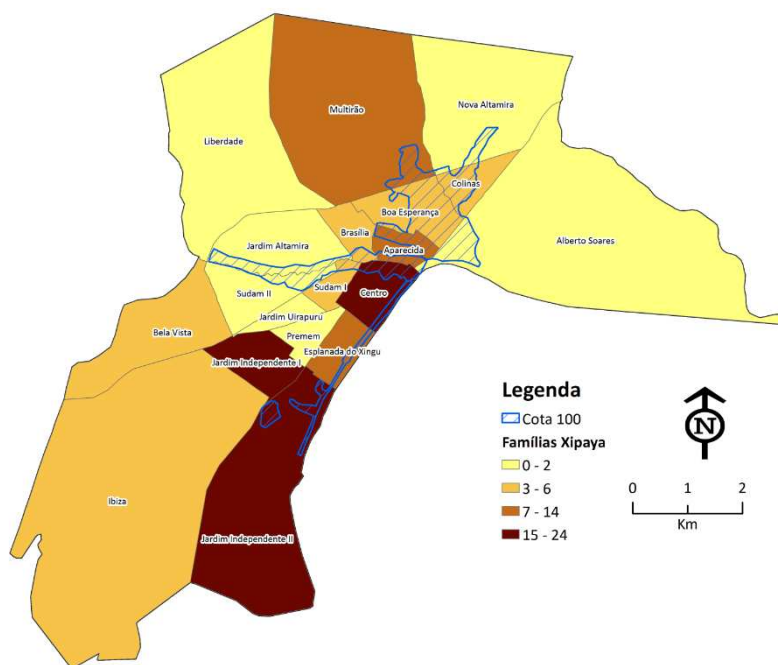


Figura 36: Mapa com famílias xipaya por bairros da sede de Altamira

Fonte: IBGE, Censo 2010 (Malhas digitais dos setores) e EIA Belo Monte, 2009.

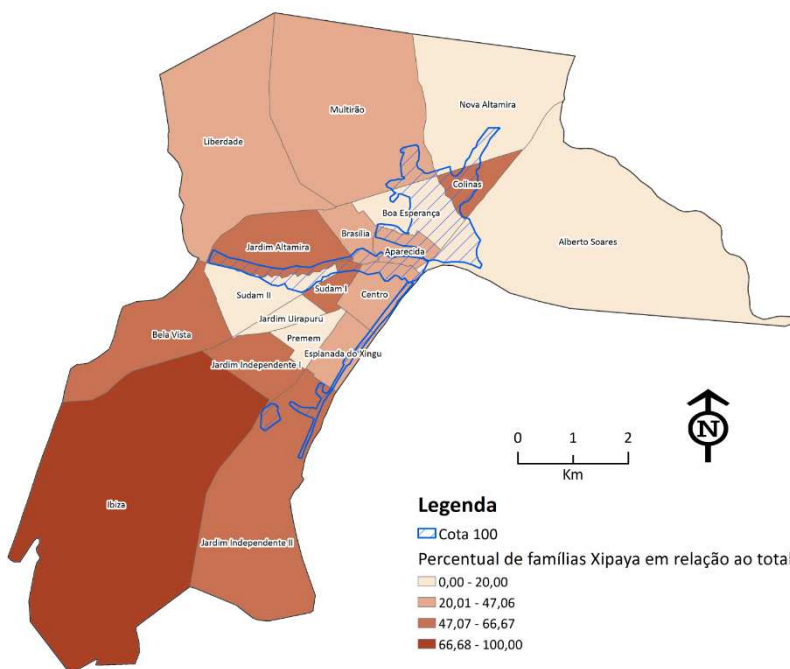


Figura 37: Mapa com o percentual de famílias xipaya por bairros da sede de Altamira

Fonte: IBGE, Censo 2010 (Malhas digitais dos setores) e EIA Belo Monte, 2009.

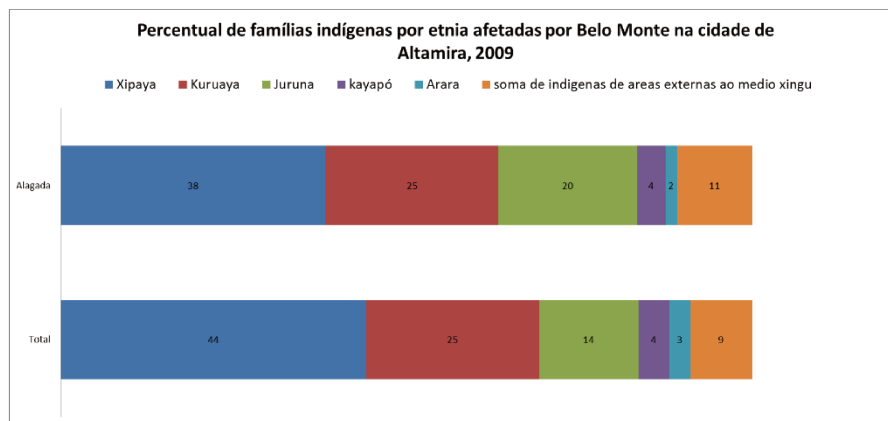


Figura 38: Percentual de famílias indígenas afetadas por Belo Monte, por etnia, na cidade de Altamira, 2009.

Fonte: EIA Belo Monte, 2009. Tomo 7 do EIA- Citadinos e Ribeirinhos da Volta Grande do Xingu (anexos).

Percebe-se com os dados disponíveis como Belo Monte afetará a população indígena - e consequentemente xipaya - que vive na cidade de Altamira. O projeto da usina hidrelétrica e sua construção já causaram impactos relevantes, mas constitui paradoxalmente o cenário em que os indígenas citadinos puderam ser reconhecidos e se tornaram visíveis, tendo a possibilidade de garantir seus direitos. Esse movimento se dá, no entanto, em um contexto de deslocamento compulsório e de afronta a esses direitos. Vê-se a seguir como o fato de a população xipaya ser a mais afetada por Belo Monte está também relacionado ao seu percentual (Tabela 20) referente ao total dos povos indígenas em Altamira.

Tabela 20: Porcentagem por etnia em levantamentos da Eletronorte

Etnia	%	
	2002	2009
Xipaya	44,20	38,24
Kuruaya	36,23	25,58
Juruna	7,97	13,83
Kayapó	5,80	6,17
Arara	1,45	4,11
Karajá	1,45	0,58
Outros	2,90	11,49
Total	100,00	100,00

Fonte: EIA Belo Monte, 2009

Feitas essas observações, apontamos através dos dados disponíveis a evolução do reconhecimento da população indígena citadina e xipaya em Altamira. Além dos dados do Censo, para a população indígena total da sede de Altamira existem outros levantamentos que apresentamos a seguir (Tabela 21):

Tabela 21: Levantamentos da população indígena na cidade (sede municipal) de Altamira, PA

Ano	População indígena	Fonte
1988	31	EIA Belo Monte
1991	211	IBGE
2000	125	IBGE
2002	211	EIA Belo Monte
2006	207	EIA Belo Monte
2009	340	EIA Belo Monte
2010	819	IBGE

Fonte:

EIA Belo Monte – Tomo Citadinos e Ribeirinhos da VGX (2009, p.80).

1988 - Autor: FUNAI e Eletronorte

2002 - Autor: FUNAI/AIMA

2006 – Autor: Antônio Carlos Magalhães

2009 – Autor: Eletronorte

IBGE – Censos demográficos

1991 – Tabela Sidra 136 – Dados da Amostra

2000 – Tabela Sidra 2093 – Dados da Amostra

2010 – Tabela Sidra 3175 – Dados do Universo

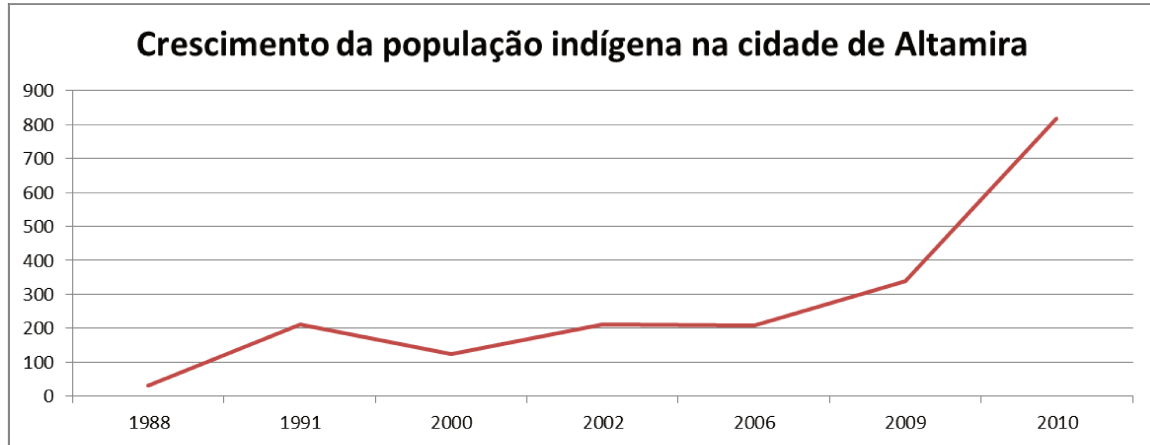


Figura 39: Crescimento da população indígena na cidade de Altamira, PA.

Fonte: EIA Belo Monte, 2009 e IBGE, Censos, 1991;2000;2010.

É possível observar como a população varia significativamente, o que pode ser compreendido pelo movimento de etnogênese iniciado na década de 1970 no caso da população xipaya, mas que afeta de modo geral a população indígena na cidade de Altamira com a primeira tentativa de barramento do rio Xingu em 1988, data do primeiro levantamento da Eletronorte na região. Essa população ganha visibilidade por meio de denúncias e estudos feitos por organizações não governamentais e pesquisadores, movimento que tem grande impacto com a segunda tentativa de barramento do rio Xingu, representado pelo projeto de Belo Monte.

Assim, mesmo com todas as limitações e questionamentos que podem ser feitas sobre os dados obtidos nos estudos de impacto ambiental de Belo Monte, percebe-se que a população xipaya que emerge destes é consideravelmente maior, o que supomos estar ligado à participação indígena na produção de conhecimento sobre ela própria, em que os dados são apropriados de maneira específica, fazendo sentido internamente para o grupo em questão.

Considerações finais

Esta dissertação é o resultado de uma primeira incursão na demografia. Entre a antropologia e a demografia, a produção de um texto que poderia representar uma ponte entre as duas áreas levou muito tempo até ser definido. De caminho vacilante, não pela demografia, que se mostrou campo de discussões e questões interessantes e instigantes, boas de pensar, mas sim pela tentativa de abarcar as duas áreas sabendo da imensidão que segue por ser descoberta. Este texto pode ser encarado como um primeiro ensaio sobre um tema fascinante e que por isso mesmo trata de apontar passos para uma abordagem que procura tratar de maneira interdisciplinar.

Buscou-se entender os processos pelos quais uma população indígena pode ser definida através de uma investigação que parte da bibliografia da descrição, visões e narrativas formadas e informadas pelo campo, alcançando em um momento posterior os dados produzidos no processo de conhecimento sobre outros povos. Como abordagem escolhida tratou-se de apresentar três momentos produtores de definições da identidade indígena: o contexto das relações locais; as descrições com baseadas nelas, e, por fim, a produção de dados. Nenhum deles é estanque, estando em diálogo uns com os outros e com contextos mais amplos.

O caso do povo xipaya parece ser especialmente interessante para pensar essas questões, por ter passado por um processo de descrição que em dado momento relata sua extinção enquanto povo indígena. Posteriormente, por um movimento do próprio grupo, a retomada da identidade étnica deste. A busca de uma reconstituição histórica desse processo através dos dados mostra-se reveladora, pois, acompanhando a descrição de cada autor, aponta as formas através das quais o povo xipaya foi descrito como extinto. Além disso, é interessante pensar como a dinâmica do desaparecimento o povo xipaya não faz parte da produção da descrição, para além de objeto estudado.

A dinâmica do reconhecimento, por sua vez, traz à tona a participação xipaya enquanto produtor de descrição, primeiramente como povo indígena. Esse movimento começa a se delinear na retomada de ocupação do território do rio Iriri, hoje Terra Indígena Xipaya, que reverbera nos primeiros estudos a apontarem a etnogênese ou ressurgimento xipaya. Houve um

passo além quando os próprios indígenas passaram a controlar ou ao menos a participar da produção de dados sobre os mesmos.

Chamou-se atenção aqui para o fato de que a demografia, por ser uma disciplina de caráter multidisciplinar, não guarda em si as explicações para todos os fenômenos da dinâmica demográfica das populações que, para além disso, também há uma dimensão essencial a ser explicitada que trata de definições de população, seja ela histórica ou atual, e especialmente em relação às populações indígenas em que há claramente uma definição de população para o próprio povo e uma definição que lhe é atribuída. Com o maior respeito aos povos indígenas, caminha-se para um estudo das populações que partilhe de concepções próprias, especialmente quando se trata da inclusão dos povos indígenas na produção dos dados sobre si em todas as três dimensões: concepção, execução e recepção.

Referências Bibliográficas

ABA - Associação Brasileira de Antropologia, 1954. Convenção para a grafia dos nomes tribais. Revista de antropologia, São Paulo: USP, ano 2, número 2.

ADALBERTO, PRÍNCIPE DA PRÚSSIA, 1977 [1847]. Brasil: Amazonas-Xingu/Príncipe Adalberto da Prússia; tradução de Eduardo Lima Castro. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, Edusp.

ALONSO, José Luis Ruiz-Penado, 2006. Amazonia Negra. In: PÉREZ, José Manuel Santos e PETIT, Pere (Eds.). La Amazonía brasileña en perspectiva histórica. Aquilafuente, Ediciones Universidad Salamanca.

ARNAUD, Expedito, 1981. Os Estudos de Antropologia no Museu Emilio Goeldi. Suplemento. Revista Acta Amazonia 11: 137-148. Disponível em: <<http://acta.inpa.gov.br/fasciculos/11-1/PDF/v11n1a38.pdf>>. Acesso em 15 de Setembro de 2012.

ARRUTI, José Maurício, 1998. Subversions classificatoires: paysans, indiens, noirs. Chronique d'une ethnogenese. Geneses (Paris), Paris, v. 32, p. 28-50.

ARRUTI, José Maurício Andion. 1995. "Morte e Vida do Nordeste Indígena: A Emergência Étnica como Fenômeno Histórico Regional". *Estudos Históricos*, 15:57-94.

AZEVEDO, Marta Maria do Amaral, 2000. Censo Demográficos e "os índios": Dificuldades para Reconhecer e Contar. In: Carlos Alberto Ricardo. (Org.). Povos Indígenas no Brasil - 1996 a 2000. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000, v. , p. 1-832.

AZEVEDO, Marta Maria do Amaral, 1994. Demografia dos Povos Indígenas do Alto Rio Negro. Revista Brasileira de Estudos da População, v. 11, n.2.

BALDUS, Herbert. 1945. Curt Nimuendajú. Boletim Bibliográfico, ano II, volume VIII, p. 91-99. São Paulo: Biblioteca Pública Municipal. Disponível em: <http://biblio.etnolinguistica.org/baldus_1945_nimuendaju>. Acesso em 10 de Dezembro de 2012.

BALDUS, H. 1954. Bibliografia crítica da Etnologia Brasileira. São Paulo, Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo – Serviço de Comemorações Culturais.

BARTH, Fredrik, 1976. “Introducción”. In: Los grupos étnicos y sus fronteras. F. Barth (org.). México: Fondo de Cultura Económica. P. 9-49.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto, 2006. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. MANA 12(1):39-68.

BIERNACKI, P; WALDORF, 1981. D. Snowball Sampling: Problems and Techniques of Chain Referral Sampling. *In: Social Methods Res.*;10(2):141-63.

BRASIL, 1992. Fundação Nacional do Índio. Despacho de aprovação do relatório de delimitação da Área Indígena Koatinemo. **Diário Oficial da União**, Brasília, n.33, 18 de nov., 1992. Seção 1, p. 16150.

BRASIL, 2005. Fundação Nacional do Índio. Despacho do presidente e Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Xipaya. **Diário Oficial da União**, Brasília, n.58, 23 mar. 2005. Seção 1, p. 23 – 27.

BRASIL, 2011. Fundação Nacional do Índio. Portaria N° 38, de 11 de Janeiro de 2011 . **Diário Oficial da União**, Brasília, n.8, 12 jan. 2011. Seção 1, p. 60.

BRASIL, 2013. **Diário Oficial da União** <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/49737152/dou-secao-1-11-01-2013-pg-41>>. Pg. 41, Seção 1. Brasília.

BETENDORF, João Felipe. 1910. Chronica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão. Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, Tomo LXXII, Parte I. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/betendorf_1910_chronica. Acesso em 10 de Dezembro de 2012.

BRUSQUE, Francisco Carlos de Araujo, 1862.Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia do Pará na primeira sessão da XIII legislatura pelo exm.o senr. presidente da provincia, dr. Francisco Carlos de Araujo Brusque em 1.o de setembro de 1862. Pará, Typ. de Frederico Carlos Rhossard. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>>. Acesso em: 20 de Dezembro de 2012.

BRUSQUE, Francisco Carlos de Araujo, 1863. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da provincia do Pará na segunda sessão da XIII legislatura pelo excellentissimo senhor presidente da provincia, doutor Francisco Carlos de Araujo Brusque, em 1.o de novembro de 1863. Pará, Typ. de Frederico Carlos Rhossard. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>>. Acesso em: 20 de Dezembro de 2012.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela, 1987. Os direitos do Índio – Ensaio e documentos. São Paulo, Ed. Brasiliense s.a.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela e ALMEIDA, Mauro W. B., 2001. Populações Tradicionais e Conservação. In: Biodiversidade/Amazônia, F. Capobianco et al. (Orgs.) São Paulo: ISA/Estação Liberdade.

CARTOGRAFIA HISTÓRICA, s.d. Biblioteca Digital de Cartografia Histórica da USP. Disponível em: <http://www.cartografiahistorica.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=14&Itemid=99&idMapa=649&lang=br>. Acesso em 06 de Setembro de 2011.

CEDEPLAR, s.d. Base de dados do Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica (NPHEd). População de 1872. Disponível em: <<http://nphed.cedeplar.ufmg.br/#>> . Acesso em 5 de Janeiro de 2013.

CENTRO LATINOAMERICANO Y CARIBEÑO DE DEMOGRAFÍA. (s.d.). 50 Años de demografía en América Latina y el Caribe – Antecedentes, Disponível em: <http://www.eclac.cl/celade/Antecedentes50.htm>. Acesso em 25 de Outubro de 2012.

Compêndios eras da província do Pará. Disponível em: <<http://fauufpa.files.wordpress.com/2012/07/compc3aandio-das-eras-da-provc3adncia-do-parc3a1-1838-por-antonio-ladislau-monteiro-baena.pdf>>. Acesso em 10 de Janeiro de 2013.

Convenção nº 169 da OIT, de 07 de junho de 1989. Convenção relativa aos povos indígenas e tribais em países independentes. Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: <<http://www.ilo.org/ilolex/cgi-lex/convds.pl?C169>>

CORBISIER, Ana; SERPA, Paulo, 2010. Índios citadinos de Altamira e Famílias Indígenas Ribeirinhas da Volta Grande do Xingu: Aspectos demográficos, Socioeconômicos e Culturais. Disponível em <http://www.ecsbarragens.ufpa.br/site/cd/ARQUIVOS/GT3-416-3-20101113190929.pdf>, acesso em 03 de Agosto de 2012.

CORRÊA, Mariza, 2003. Antropólogos & Antropologia. Belo Horizonte: Editora UFMG.

COUDREAU, Henri, 1977 [1896]. Viagem ao Xingu. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, Edusp.

CRIPPA, Giulia., 2011. A organização e as políticas do conhecimento ao longo do tempo: desbravando a Amazônia. *In: Revista de Ciência da Informação e Documentação*. Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 243 – 246, jan,jul.

CEDI- Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1989. Revista Tempo e Presença, Publicação do CEDI, Edição especial, números 244 e 245, ano 11, agosto, setembro.

CEDI- Centro Ecumênico de Documentação e Informação,, 1993. Revista Tempo e Presença. Publicação do CEDI, número 270, ano 15. julho, agosto.

CEDI- Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1981. Povos Indígenas no Brasil 1980. Aconteceu –especial-número 6. Povos Indígenas no Brasil.

CEDI- Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1982. Povos Indígenas no Brasil 1981.Aconteceu especial-número 10. Povos Indígenas no Brasil.

CEDI- Centro Ecumênico de Documentação e Informação,1983. Povos Indígenas no Brasil 1982. Aconteceu especial-número 12. Povos Indígenas no Brasil.

CEDI- Centro Ecumênico de Documentação e Informação,1983. Povos Indígenas no Brasil 1983. Aconteceu especial-número 12. Povos Indígenas no Brasil.

CEDI- Centro Ecumênico de Documentação e Informação, s.d.(a). Aconteceu especial 1984-número 12. Povos Indígenas no Brasil.

CEDI- Centro Ecumênico de Documentação e Informação, s.d.(b). Povos Indígenas no Brasil 1885-1986. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/>>. Acesso em 10 de maio de 2012.

CEDI- Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1991. Povos Indígenas no Brasil 1987-1990. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/>>. Acesso em 10 de maio de 2012.

Centro de Trabalho Indigenista (CTI), s.d. Ações estratégicas>Médio Xingu. Disponível em: <<http://www.trabalhoindigenista.org.br/pagina.php?p=maedio-xingu.php>>. Acesso em 20 de Dezembro de 2012.

DANTAS, B; SAMPAIO, J. A. L.; CARVALHO, M. R.G., 1992. Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico, IN: CUNHA, M. C. (org.), História dos índios no Brasil, Companhia das Letras, São Paulo.

ELETRONORTE, 1988. Usina Hidrelétrica Kararaô, Efeitos e Programas Ambientais: Síntese. Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE) e Consórcio Nacional de Engenheiros. Consultores S.A. (CNEC), São Paulo.

ESCADA, M. I. S et al. 2005. Processos de ocupação nas novas fronteiras da Amazônia (o interflúvio do Xingu/ Iriri). *Dossiê Amazônia brasileira II. Revista Estudos Avançados.* São Paulo: *Revista Estudos Avançados*, 54: 9-23.

Estudos de Impacto Ambiental (EIA) Belo Monte, 2009. Volume 35, Estudos etnoecológicos, Tomo 7 – Citadinos e Ribeirinhos da Volta Grande do Xingu.

Estudos de Impacto Ambiental (EIA) Belo Monte, 2011. Estudos Complementares, Estudo Socioambiental Complementar das Terras Indígenas Xipaya e Kuruaya.

FAJARDO, Raquel. 2009. Aos vinte anos da Convenção 169 da OIT: balanço e desafios da implementação dos direitos dos Povos Indígenas na América Latina. In: VERDUM, R. (Org.). Povos Indígenas. Constituições e Reformas Políticas na América Latina. Brasília, Instituto de Estudos Socioeconômicos. p. 9-62.

FARAGE, Nádia e SANTILLI, Paulo, 1992. Estado de sítio: territórios e identidades no vale do rio Branco. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras.

FARGETTI, Cristina e RODRIGUES, Carmem, 2008. Consoantes do Xipaya e do Juruna: uma comparação em busca do proto-sistema. *Alfa São Paulo*, 52 (2): 535-563.

FUNAI – Fundação Nacional do Índio. Portaria 2362 de 15 de dezembro de 2006. Disponível em <http://www.funai.gov.br/licitacao/2007/Anexo%2012%20-%20Xipaya.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2012.

FUNAI – Fundação Nacional do Índio, 2012. Parecer técnico - UHE Belo Monte Componente Indígena. <https://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/PBA_-revisado_2.pdf>

FUNAI – Fundação Nacional do Índio, 2001. Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Kuruaya. Brasília.

FUNAI – Fundação Nacional do Índio, 2002. Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Xipaya. Brasília.

FUNAI – Fundação Nacional do Índio, 2004. Relatório complementar de diligência para verificar a necessidade de readequação dos limites da Terra Indígena Xipaya. Brasília.

GARFIELD, Seth, 2009. A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de Guerra. In: Revista brasileira de História, v. 29, n. 57: São Paulo, p. 19-65.

GIANNI, Isabelle Vidal, 2001. Verbete Kayapó Xikrin. Instituto Socioambiental. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kayapo-xikrin>>. Acesso em 20 de junho de 2012.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado, 1988. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, pp. 5-27.

HALL, Anthony e BRANFORD, Sue. 2012. Development, Dams and Dilma: the saga of Belo Monte. In: *Critical Sociology*, 2012. Disponível em: <<http://crs.sagepub.com/content/38/6/851>>. Acesso em 11 de Dezembro de 2012.

HARTMANN, Thekla, 1984. Bibliografia Crítica da etnologia brasileira, V. III. Dietrich Reimer Verlag, Berlin.

ICMBio, s.d. Mosaicos e Corredores Ecológicos. s/d. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/mosaicos-e-corredores-ecologicos.html>>. Acesso em 20 de Dezembro de 2012.

IORIS, Edviges, 2010. Identidades negadas, identidades construídas: processos identitários e conflitos territoriais na Amazônia. *ILHA*, v.11, n.2.

ISA – Instituto Socio-Ambiental, 1996. Povos Indígenas no Brasil 1991-1995. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/>>. Acesso em 10 de maio de 2012.

ISA – Instituto Socio-Ambiental, 2006. Povos Indígenas no Brasil, 1996-2000. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/>>. Acesso em 10 de maio de 2012.

ISA – Instituto Socio-Ambiental, 2011. Povos Indígenas no Brasil, 2006-2010. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/>>. Acesso em 10 de maio de 2012.

ISA – Instituto Socio-Ambiental, s.d. Especial Belo Monte. Disponível em <<http://www.socioambiental.org/esp/bm/index.asp>>. Acesso em 10 de maio de 2012.

JUNGHANS, Miriam, 2009. Avis rara: a trajetória científica da naturalista alemã Emilia Snethlage (1868 – 1929) no Brasil. Dissertação. Disponível em: <http://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/4003/2/000034.pdf> . Acesso em 12 de Dezembro de 2012.

KREAGER, Philip. 1997. Population and Identity. In: KERTZER, D.I. E FRICKE, T. (Eds.) *Anthropological Demography: Toward a New Synthesis*. Chicago, University of Chicago Press, pp. 139-174.

LARAIA, Roque de Barros, 1988. A morte e as mortes de Curt Nimuendajú. *Série Antropologia*, no 64. Disponível em: <http://biblio.wdfiles.com/local--files/laraia-1988-curt/laraia_1988_curt.pdf>. Acesso em 10 de Dezembro de 2012.

LÉVI-STRAUSS, Claude, 1989. *O Pensamento Selvagem*. São Paulo: Papirus.

LOMBARDI, Thais Tartalha et al, 2012. Etnologia de uma população plural: categorias raça;cor no censo e a constituição de territorialidade. In: GUEDES, Gilvan R.; OJIMA, Ricardo. *Território, Mobilidade Populacional e Ambiente*. Governador Valadares: Editora Univale.

MAGALHÃES, A. C., 2008. Identidade e Reconhecimento étnico – Índios citadinos em Altamira, Instituto Humanitas, Coleção Índios, Belém.

MAGALHÃES, S.; HERNANDEZ, F., 2009. Painel de Especialistas: análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Belém. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf>. Acesso em: 10 de Junho de 2012.

MALCHER, José M. Gama, 1964. Índios: grau de integração na comunidade nacional, grupo linguístico, localização. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Proteção aos Índios.

MARTINO, N., 2011. A conquista da Terra do Meio. *Editora Horizonte*. 09 fev. 2011. Disponível em: <<http://horizontegeografico.com.br/exibirMateria/1124>>. Acesso em 20 de Dezembro de 2012.

MONTERO, Paula; ARRUTI, José M. e Cristina Pompa. (no prelo:2011). “Para uma antropologia do político”. In: O horizonte da política- Agendas de pesquisa e questões emergentes (org. por Adrian Gurza Lavalle). São Paulo: Ed. UNESP.

MONTERO, Paula, 2012(a). Multiculturalismo, Identidades discursivas e espaço público. In: Sociologia & Antropologia, vol. 02. pp. 81-101. Disponível em: http://revistappgsa.ifcs.ufrrj.br/pdfs/ano2-v2n4_artigo_paula-montero.pdf Acesso em: 10 de Dezembro de 2012.

MONTERO, Paula, 2012(b). Selvagens, Civilizados, Autênticos. A produção das diferenças nas etnografias salesianas (1920 – 1970). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

MONTEIRO, John M., 2001. Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo, Departamento de Antropologia, IFCH – UNICAMP, Campinas.

MONTEIRO, John M., 2007. “Entre o Etnocídio e a Etnogênese: Identidades Indígenas Coloniais”, in Tempos Índios: Histórias e Narrativas do Novo Mundo, org. John Monteiro e Carlos Fausto, Lisboa, Assírio e Alvim. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/HS18-09textos/JMMEtnocidio.pdf>>. Acesso em: 10 de Agosto de 2012.

MORAES, Padre José de, 1987. História da Companhia de Jesus na extinta província do Maranhão e Pará. Rio de Janeiro: Editorial Alhambra.

MÜLLER, Regina Polo, 1987. De como cinquenta e duas pessoas reproduzem uma sociedade indígena, os Asurini do Xingu. Tese de doutorado. São Paulo:USP.

MÜLLER, Regina Polo, 1990. Os Asurini do Xingu, História e Arte. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas.

NIMUENDAJÚ, Curt, 1948. Tribes of the lower and middle Xingu river. In: STEWARD, Julian H. (Ed.). Handbook of South American Indians. v.3. Washington : Smithsonian Institute.

NIMUENDAJÚ, Curt, 1981. Fragmentos de Religião e Tradição dos Índios Sipáia. Contribuições ao conhecimento das tribos de índios da região do Xingu, Brasil Central. Religião e Sociedade, 7. São Paulo. Ed. Cortez e Rio de Janeiro, Ed Tempo e Presença.

NIMUENDAJÚ, Curt, 1923. Nimuendajú, Kurt. 1923-1924. Zur Sprache der Šipáia-Indianer. Anthropos, Bd. 18/19, H. 4./6. (Jul. - Dec., 1923/1924), pp. 836-857. <<http://biblio.etnolinguistica.org/nimuendaju-1923-sprache-der-sipaia>>. Acesso em 20 de Junho de 2012.

NIMUENDAJÚ, Curt, 1928. Wortliste der Šipáia-Sprache. Anthropos, Bd. 23, H. 5./6. (Sep. - Dec., 1928), pp. 821-850. Disponível em: <<http://biblio.etnolinguistica.org/nimuendaju-1928-wortliste>>. Acesso em 20 de Junho de 2012.

NIMUENDAJÚ, Cur, 1930. Zur Sprache der Kuruáya-Indianer. In: Journal de la Société des Américanistes. Tome 22 n 2, 1930. pp. 317- 345.doi: 10.3406/jsa.1930.1074 http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/jsa_0037917_1930_num_22_2_1074

OLIVEIRA, Ad lia Engrácia de., 1970. Os  ndios Juruna do alto Xingu. D dalo 6 (11,12): 6:291.

OLIVEIRA FILHO, J. P., 1997. Pardos, Mestiços Ou Caboclos? Os  ndios Nos Censos Nacionais. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre (RS), v. 6, p. 60-83.

OLIVEIRA FILHO, J. P., 1999(a). “Uma etnologia dos ‘ ndios misturados’: situação colonial, territorialização e fluxos culturais” In: A viagem da volta. Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena, João Pacheco de Oliveira (org.). Contra Capa Livraria, Rio de Janeiro.

OLIVEIRA FILHO, J. P., 1999(b). Ensaios em Antropologia Histórica. Editora UFRJ, Rio de Janeiro.

PAGLIARO, Heloísa ; AZEVEDO, Marta Maria do Amaral ; SANTOS, Ricardo Ventura, 2005. Demografia dos Povos Indígenas no Brasil: um panorama crítico. In: Heloísa Pagliaro; Marta Maria Azevedo; Ricardo Ventura Santos. (Org.). Demografia dos Povos Indígenas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz e Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2005, v. , p. -.

PARÁ, 2012. Diário Oficial do Estado do Pará. P. 9, caderno 5. TEE Médio Xingu. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/37153167/doepa-caderno-5-21-05-2012-pg-9>. Acesso em: 12 de Janeiro de 2013.

PATRÍCIO, Marlinda Melo, 2000. Índios de verdade? O caso dos Xipaya e Curuaia. (Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal do Pará).

PATRÍCIO, Marlinda Melo, 2003. Verbete Xipaya. Em: Povos Indígenas do Brasil. (s/d). Disponível em <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/xipaya>. Consulta em 10 de maio de 2012.

PEREIRA, J. C. M., 2006. A urbanização da Amazônia e o papel das cidades médias na rede urbana regional. In: Cardoso, A.C.D. (org.), O rural e urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectiva. Belém, EDUFPA.

PEREIRA, Nilza, 2012. Inovações na pesquisa do indígena do Censo Demográfico 2010 do Brasil e um perfil demográfico dos indígenas residentes na fronteira brasileira. In: V Congresso da Associação Latinoamericana de População. Anais. Montevideo, Uruguai, 23 a 26 de outubro de 2012. Disponível em: http://www.alapop.org/2009/index.php?option=com_content&view=article&id=887&Itemid=518. Acesso em 10 de Novembro de 2012.

PEREIRA, Nilza de Oliveira Martins ; SANTOS, Ricardo Ventura ; AZEVEDO, Marta Maria do Amaral, 2005. Perfil demográfico socioeconômico das pessoas que se auto-declaram indígenas nos censos demográficos do IBGE - 1991 - 2000. In: Pagliaro, Heloísa; Azevedo, Marta Maria; Santos, Ricardo Ventura. (Org.). Demografia dos Povos Indígenas no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ e Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2005, v. , p. -.

PEREIRA, Nunes. 1946. Curt Nimuendajú: síntese de uma vida e de uma obra. Belém, Pará, Brasil. Disponível em: <http://biblio.etnolinguistica.org/pereira_1946_curt>. Acesso em 10 de Dezembro de 2012.

POPOLO, Fabiana del, CUNHA, Estela Maria G. de Pinto, RIBOTTA, Bruno e AZEVEDO, Marta (orgs.), 2011. Pueblos indígenas y afrodescendientes em América Latina: dinámicas poblacionales diversas y desafíos comunes. Rio de Janeiro, Ed. ALAP.

PREZIA, Benedito, 2001. Comunidade Xipaya busca a própria história”Entrevista de Luís Gonzaga Xipaya de Carvalho para o CIMI – Assembléia Geral do Cimi em Luizânia.CIMI, PORANTIM ano xxiii No 240 Brasília DF novembro 2001. P. 10.

PREZIA, Benedito, 2002. “Kuruaya – um povo em busca de sua autonomia”. PORANTIM, em defesa da causa indígena. Ano XXIII, No 243. Brasília DF-Março, 2002. P. 11.

RANDALL, Sara, COAST, Ernestina e LEONE, Tiziana. 2011. Cultural construction of the concept of household in sample surveys. *In: Population Studies*, Vol. 65, No. 2, pp.217-229. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00324728.2011.576768>>. Acesso em 10 de Dezembro de 2012.

RODRIGUES, Ayron, 1964. A Classificação do Tronco Linguístico Tupi, *Revista de Antropologia*, 12 (1,2), jan-dez, 1964, pp. 99-104. São Paulo.

SANTOS, Leinad Ayer de O. e ANDRADE, Lúcia M. M. de (orgs.), 1988. As hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas. São Paulo. Comissão Pró-Índio.

SARAIVA, Márcia Pires, 2005(a). Identidade multifacetada: a reconstrução do “ser indígena” entre os Juruna do Médio Xingu. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Pará, NAEA.

SARAIVA, Márcia Pires, 2005(b). Sob o Signo da Identidade: Os Índios Juruna da TI Paquicamba e a ameaça da UHE Belo Monte, Universidade Federal do Pará, NAEA n. 183.

SEVÁ FILHO, A, 2005. O. Tenotã – Mõ. Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no Rio Xingu. São Paulo: International Rivers Networ. Disponível em <http://www.fem.unicamp.br/~seva>.

SIG/FIOCRUZ, s.d. Disponível em: <<http://www.sig.cict.fiocruz.br/sig.html>>. Acesso em 10 de Janeiro de 2013.

STEINEN, Karl Von den, 1942. O Brasil Central: expedição em 1884 para a exploração do rio Xingu. Rio de Janeiro. Companhia Editora Nacional.

SNETHLAGE, Emilia, 1913. “A travessia entre o Xingu e o Tapajoz”. In: Boletim do Museu Emilio Goeldi, VII.

SNETHLAGE, Emilia, 1921. Die Indianerstaemme am mittleren Xingú. Im besonderen die Chipaya und Curuaya. Zeitschrift fuer Ethnologie. LII, LIII, Berlin. p. 395 – 427.

SNETHLAGE, Emilia, 1932. Chipaya und Curuaya-Woerter. Anthropos, XXVIII, ST. Moedling bei Wein, p. 65 – 93.

TARTALHA, Thais, 2009. Trajetórias na Transamazônica: Estratégias de vida e trabalho em uma área rural amazônica. Dissertação de Mestrado apresentada no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas.

TEIXEIRA-PINTO, Márnio, 1989. Os Arara : tempo, espaço e relações sociais de um povo Karibe. Rio de Janeiro : UFRJ-Museu Nacional (Dissertação de Mestrado).

TEIXEIRA-PINTO, Márnio, 1998. Verbete Arara. Instituto Socioambiental. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/arara>>. Acesso em 20 de junho de 2012.

VIEIRA JUNIOR, A. O. ; RAMOS, A. R. O., 2011 . Guia de Fontes para História da População na Amazônia 1750 - 1800, volume 1. Belém: Açaí.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo e EMMERICH, Charlotte 1981. Apresentação de Fragmentos de Religião e Tradição dos Índios Sipáia. Contribuições ao conhecimento das tribos de índios da região do Xingu, Brasil Central. Religião e Sociedade, 7. São Paulo. Ed. Cortez e Rio de Janeiro, Ed Tempo e Presença.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo, 1986. Araweté: os deuses canibais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo, e ANDRADE, Lúcia M.M. de, 1988. Os povos indígenas do Médio Xingu. In: *SANTOS, Leinad Ayer de O. e ANDRADE, Lúcia M. M. de (orgs.), 1988. As hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas. São Paulo. Comissão Pró-Índio.* pp. 135-145.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo, 1992. Arawete: o povo do Ipixuna. São Paulo. CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação.

Censos nacionais consultados

Diretoria Geral de Estatística, 1989. Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, filiação culto e analfabetismo da população recenseada em 31 de Dezembro de 1890. Rio de Janeiro. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=Sexo,%20ra%E7a%20estado%20civil,%20nacionalidade,%20filia%E7%E3o,%20culto%20e%20analfabetismo%20da%20popula%E7%E3o%20recenseada%20em%2031%20de%20dezembro%20de%201890&link=Sex_raca_est_civil_Nac_1890 . Acesso em 27 de Dezembro de 2012.

Diretoria Geral de Estatística, 1889. Synopse do recenseamento de 31 de Dezembro de 1890. Rio de Janeiro. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/synopse_recenseamento_1890.pdf . Acesso em 27 de Dezembro de 2012. MÜLLER

Diretoria Geral de Estatística, 1905. Synopse do Recenseamento de 31 de Dezembro de 1900. Typographia da Estatística. Rio de Janeiro, 1905. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/synopse_recenseamento_1900.pdf . Acesso em 27 de Dezembro de 2012.

Directoria Geral de Estatística, 1922. Recenseamento do Brazil realizado em 1 de Setembro de 1920. Introdução - aspecto physico do Brazil - Geologia, flora e fauna - Evolução do povo brasileiro - Historico dos inqueritos demographicos. Volume I. Typ. Da Estatística. Rio de Janeiro. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/synopse_recenseamento_1922.pdf

[%20RJ/Censode1920/RecenGeraldoBrasil1920 v1 Introduccao.pdf](#)> .Acesso em 13 de Janeiro de 2013.

Directoria Geral de Estatística, 1927. Recenseamento do Brazil realizado em 1 de Setembro de 1920. Relação dos proprietários dos estabelecimentos ruraes recenseados no Estado do Pará. Typ. Da Estatística. Rio de Janeiro. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Censode1920/Relacao%20de%20proprietario%20por%20UF%20censo%201920_PA.pdf> . Acesso em 27 de Dezembro de 2012.

Directoria Geral de Estatística, 1928 (a). Recenseamento do Brazil realizado em 1 de Setembro de 1920. Volume IV (2a parte). Tomo I - População. População do Brazil por Estados e municipios, segundo o sexo, a idade e a nacionalidade. Typ. Da Estatística. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Censode1920/RecenGeraldoBrasil1920 v4 Parte2 tomo1 Populacao.pdf>> . Acesso em 27 de Dezembro.

Directoria Geral de Estatística, 1928 (b). Recenseamento do Brazil realizado em 1 de Setembro de 1920. Volume IV (2a parte). Tomo II - População. População do Brazil por Estados e municipios, segundo o sexo, a idade e a nacionalidade. Typ. Da Estatística. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Censode1920/RecenGeraldoBrasil1920 v4 Parte2 tomo2 Populacao.pdf>> . Acesso em 27 de Dezembro de 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. Recenseamento Geral do Brasil (1o de Setembro de 1940). Série Nacional, Volume II. Censo demográfico - População e Habitação. Quadros de Totais para o conjunto da União e de Distribuição pelas regiões fisiográficas e unidades federadas. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940%20VII_Brasil.pdf> . Acesso em 27 de Dezembro de 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952. Recenseamento Geral do Brasil (1o de Setembro de 1940). Série Regional, Parte III - Pará. Censo demográfico - População e Habitação. Censos Econômicos - Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%20e%20Economico%201940_pt_III_PA.pdf> . Acesso em 27 de Dezembro de 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1956 (a). Conselho Nacional de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento. Série Regional, Volume X, Tomo 1. Estado do Pará - Censo Demográfico. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1950/CD_1950_X%20_t1_PA.pdf> . Acesso em 27 de Dezembro de 2012

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1956 (b). Conselho Nacional de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento. Série Nacional. Volume I. Brasil - Censo Demográfico. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1950/CD_1950_I_Brasil.pdf> . Acesso em 27 de Dezembro de 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1960(a). Serviço Nacional de Recenseamento. Censo Demográfico de 1960. VII Recenseamento Geral do Brasil. Brasil. Série Nacional. Volume I. Fundação IBGE. Departamento de Estatísticas de População. Rio de Janeiro, s/d. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1960/CD_1960_Brasil.pdf> . Acesso em 27 de Dezembro de 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1960(b). Censo Demográfico de 1960. Acre - Amazonas - Pará. VII Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional, Volume I, Tomo II, 1a parte. Rio de Janeiro, s/d. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1960/CD_1960_AC_AM_PA_1parte.pdf> . Acesso em 27 de Dezembro de 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1960(c). Censo Demográfico de 1960. Acre - Amazonas - Pará. VII Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional, Volume I, Tomo

II, 2a parte. Rio de Janeiro, s/d. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1960/CD_1960_AC_AM_PA_2parte.pdf> . Acesso em 27 de Dezembro de 2012

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1962. Serviço Nacional de Recenseamento. VII Recenseamento Geral do Brasil - 1960. Brasil. Sinopse Preliminar do Censo Demográfico. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1960/CD_1960_Brasil_Sinopse_Preliminar..pdf> . Acesso em 27 de Dezembro de 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1970. O quesito cor no censo de 1970. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=O%20quesito%20c%F4r%20no%20censo%20de%201970&link=Quesito_Cor_Censo1970> . Acesso em 27 de Dezembro de 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1980. IX Recenseamento Geral do Brasil. Censo Demográfico - Dados gerais, Migração, Instrução, Fecundidade e Mortalidade. Volume 1, Tomo 4, Número 6. Pará, Rio de Janeiro, 1983. Disponível em : <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/72/cd_1980_v1_t4_n6_pa.pdf> . Acesso em 27 de Dezembro de 2012.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1981. Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú/Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em colaboração com a Fundação Nacional Pró-Memória. Rio de Janeiro. IBGE, 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1991. Censo 1991 - Recenseamento geral do Brasil: questionário da amostra. Rio de Janeiro, IBGE. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em 5 Nov. 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010 (a). Manual do Recenseador Rio de Janeiro. Disponível em:

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc2601.pdf>. Acesso em 05 de Novembro de 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010 (b). Resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_Gerais_da_Amostra/resulta_dos_gerais_amostra.pdf>. Acesso em: 15 de Janeiro de 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010 (c). Características gerais dos indígenas. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/terrasindigenas/>>. Acesso em 15 de Novembro de 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010 (d). Questionário básico, <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc2585.pdf>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010 (e). Questionário amostra, <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc2584.pdf>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011. Evolução da Divisão Territorial do Brasil (1872 - 2010), Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/liv55077.pdf>> . Acesso em 13 de Janeiro, 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012(a). Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf>. Acesso em 15 de Novembro de 2012.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012(b). Resultados preliminares da amostra. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares_amostr_a/notas_resultados_preliminares_amostra.pdf>. Acesso em 20 de Novembro de 2012.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012(c). Censo Demográfico 2010. Características gerais dos indígenas – resultado do universo. Rio de Janeiro. Disponível em:

<ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_dos_Indigenas/pdf/Publicacao_completa.pdf>. Acesso em: 10 de Dezembro de 2012.

Recenseamento do Brazil em 1872(a). Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf>. Acesso em 27 de Dezembro de 2012.

Recenseamento do Brazil em 1872(b). Província do Pará. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Provincia%20do%20Para.pdf>. Acesso em 27 de Dezembro de 2012.

Anexo I

Terras Indígenas (Áreas indígenas)	Povo	1983	Fonte e ano	Povo	1984	Fonte e ano	Povo	1985-1986	Fonte e ano
		População			População			População	
Apyterewa	Parakanã (arredios)	101	Magalhães, 1983	Parakanã (arredios)	133/134(T?)	Magalhães, 1984	Parakanã	134	FUNAI, 1986
Arara (do sul)	Arara	51	Carneiro, B:1983	Arara	51	Carneiro, B:1983	Arara*	77	FUNAI, 1986
Arara do norte	Arara	21	Carneiro, B:1983	Arara	21	Carneiro, B:1983	sem info	sem info	Para atração e pacificação
Arara da VGX									
Araweté Igarapé Ipixuna	Araweté	136	Trevisan, 1983	Araweté	136	Trevisan, 1983	Araewté	151	FUNAI, 1986
Cachoeira Seca do Iiriri									
Kuruaia (antes, Curuá)	Xipáia/Kuruaya	52	FUNAI, 1982	Xipáia e Kuruaya	15 famílias +180	FUNAI, 1984	Xipaia-Kuruaia	45	FUNAI, 1985
Ituna Itatá									
Juruna Km17									
Kararaô	Kararaô do Iiriri	26	Trevisan, 1983	Kararaô	26	Trevisan, 1983	Kararaô	36	FUNAI, 1986
Koatinemo	Assurini do Xingu	53	Muller, 1982	Assurini do Xingu	56	Irm. Jesus, 1984	Assurini do Xingu	58	Muller, 1986
Paquicamba	Juruna (aldeia)	44	FUNAI, 1983		44	FUNAI, 1983	Juruna	44	FUNAI, 1983
Trincheira Bacajá	Xikrin Bacajá	197	Fuertes, 1983	Xikrin Bacajá	180	Fisher, 1984	Xikrin Bacajá	134	FUNAI, 1986
Xipaia									
Vila São Sebastião				Xipáia e Kuruaya	52	FUNAI, 1984	Xipaia-Kuruaia	52	Lamas, 1981
Curuá/Iriri							Xipaia-Kuruaia	60	Pansa, 1984

*Acreditava-se existir nesta área um grupo xipaya de isolados (população de 70 pessoas, que posteriormente confirmou se tratar de um grupo Arara.

Continua

Anexos

Terras Indígenas (Áreas indígenas)	Povo	1987-1990		Povo	1991-1995		Povo	1996-2000	
		População	Fonte e ano		População	Fonte e ano		População	Fonte e ano
Apyterewa	Parakanã	156	Vieira Filho, 1989	Parakanã	214	ADR/Altamira, 1996	Parakanã	248	FUNAI/Altamira 1999
Arara (do sul)	Arara	92	4a Suer, 1990	Arara	117	ADR/Altamira, 1996	Arara	143	FUNAI/Altamira 1999
Arara do norte	Arara	0	FUNAI, 1990						
Arara da VGX									
Araweté Igarapé Ipixuna	Araweté	184	4a Suer, 1990	Araweté	230	ADR/Altamira, 1996	Araweté	269	FUNAI/Altamira 2000
Cachoeira Seca do Iriri	Arara	35	4a Suer, 1990	Arara	48	ADR/Altamira, 1996	Arara	57	FUNAI/Altamira 1999
Kuruaia (antes, Curuá)	Xipaia-Kuruaia	147	4a Suer, 1990	Xipaia-Kuruaia	124	ADR/Altamira, 1994	Xipaia-Kuruaia	91	FUNAI/Altamira 1999
Ituna Itatá									
Juruna Km17									
Kararaô	Kararaô	22	4a Suer, 1990	Kararaô	25	ADR/Altamira, 1996	Kararaô	28	FUNAI/Altamira 1998
Koatinemo	Assurini do Xingu	63	4a Suer, 1990	Assurini do Xingu	81	ADR/Altamira, 1996	Assurini do Xingu	91	FUNAI/Altamira 1999
Paquicamba	Juruna	22	4a Suer, 1990	Juruna	30	ADR/Altamira, 1994	Juruna	35	FUNAI/Altamira 1998
Trincheira Bacajá	Xikrin do Bacajá	225	Vieira Filho, 1989	Xikrin do Bacajá	310	ADR/Altamira, 1996	Xikrin do Bacajá	382	FUNAI/Altamira 1999
Xipaia	Xipaia-Kuruaia						Xipaia-Kuruaia	67	FUNAI/Altamira 1999
Vila São Sebastião	Xipaia-Kuruaia	244	FUNAI, 1990	Xipaia-Kuruaia	25 famílias fora da TI	Pansa, 1984			
Curuá/Iriri	Xipaia-Kuruaia	639	Pansa, 1984	Xipaia-Kuruaia					

Continua

Terras Indígenas (Áreas indígenas)	Povo	2001-2005		Povo	2006-2010		2011		2012	
		População	Fonte e ano		População	Fonte e ano	População	Fonte	População	Fonte
Apyterewa	Parakanã	248	FUNAI/Altamira, 1999	Parakanã	452	FUNAI/Altamira, 2010	452	FUNAI/Altamira		
Arara (do sul)	Arara	199	FUNASA, 2006	Arara	256	FUNAI/Altamira, 2010	256	FUNAI/Altamira	274	SIASI/SESAI
Arara do norte										
Arara da VGX	sem info	80	Relatório GT/FUNAI, 2004	Arara da VGX	111	FUNAI/Altamira, 2010	111	FUNAI/Altamira	-	-
Araweté Igarapé Ipixuna	Araweté	320	FUNAI/Altamira, 2005	Araweté	397	FUNAI/Altamira, 2010	397	FUNAI/Altamira	-	-
Cachoeira Seca do Iriti	Arara	72	FUNAI/Altamira, 2004	Arara	86	FUNAI/Altamira, 2010	86	FUNAI/Altamira	87	SIASI/SESAI
Kuruáya (antes, Curuá)	Kuruaia	129	FUNASA, 2006	Kuruaya	159	FUNAI/Altamira, 2010	159	FUNAI/Altamira	-	-
Ituna Itatá				isolados	-	-	-	-	-	-
Juruna Km17										
Kararaô	Kararaô	28	FUNAI/Altamira, 1998	Kararaô	54	FUNAI/Altamira, 2010	54	FUNAI/Altamira	-	-
Koatinemo	Asurini do Xingu	124	FUNASA/2006	Asurini do Xingu	154	FUNAI/Altamira, 2010	154	FUNAI/Altamira	-	-
Paquicamba	Yudjá	35	FUNAI/Altamira, 1998	Yudjá	95	FUNAI/Altamira, 2010	95	FUNAI/Altamira	-	-
Trincheira Bacajá	Kararaô, Asurini do Xingu, e	382	FUNAI/Altamira, 1999	Xikrin Bacajá	746	FUNAI/Altamira, 2010	746	FUNAI/Altamira	-	-
Xipaia	Xipaya	48	Relatório GT/FUNAI, 2004	Xipaya	77	FUNAI/Altamira, 2008	84	FUNAI/Altamira	-	-
Vila São Sebastião										
Curuá/Iriti										